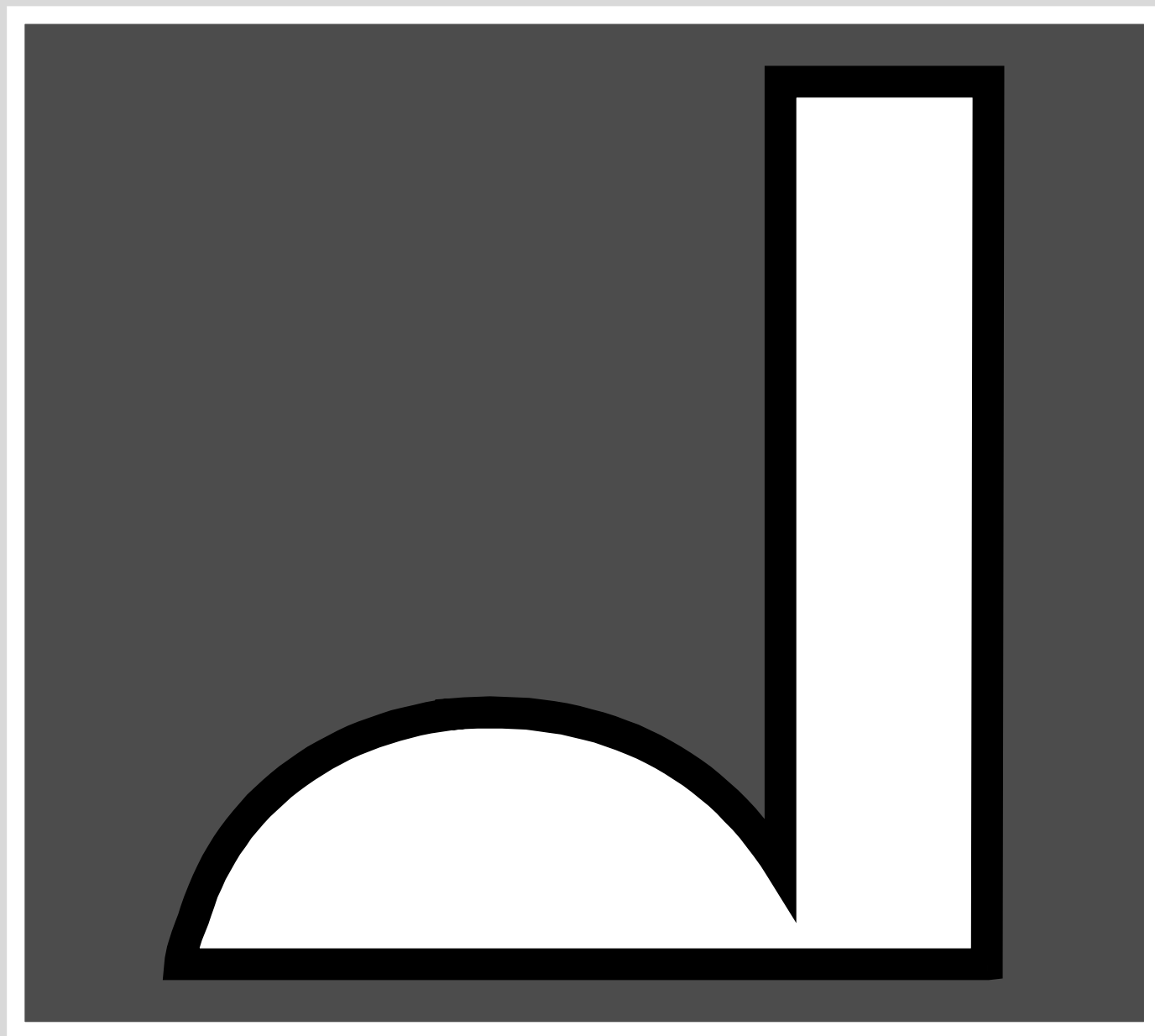




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 059 – TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT-13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB – 23 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL- 17, PSDB – 11 LÍDER Efraim Moraes – PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL LÍDER – PFL José Agripino – PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER – PSDB Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá – PMDB
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 39ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE ABRIL DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 448, de 2004, de autoria dos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. 10484

Nº 449, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. 10484

Nº 450, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2004, além da Comissão de Assuntos Sociais, seja ouvida também, a Comissão de Educação. 10484

Nº 451, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que os Projetos de Lei do Senado nºs 136 e 155, de 2000, seja ouvida também, a Comissão de Educação, além das comissões constantes do despacho inicial. 10484

Nº 452, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Lélia Abramo, ocorrido no último dia 9, aos 93 anos de idade. 10484

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento dos participantes do 2º Seminário Nacional de Juizes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais manifestação sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 284 e 285, de 2003. 10485

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registra eleição de Catarina Guerra em 4º lugar no concurso Miss Brasil 2004. Críticas à denúncia contra o governo brasileiro na Organização dos Estados Americanos –OEA, de maus tratos aos indígenas e demora na demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, na região da fronteira norte do país, feita pela índia do povo wapichana. 10485

SENADOR MÃO SANTA – Comentários à manchete do jornal **Meio Norte**, do Piauí, intitulada “Gáz bitributado sufoca o Piauiense”. 10488

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Manifestação em favor do aumento do salário mínimo. Saudações ao encontro entre Sílvia Santos e Sr. José Celso Martinez Correa, em prol da cultura brasileira, realizado ontem no Teatro Oficina em S. Paulo. 10491

SENADOR PAULO PAIM – Voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Antônio Andrade de Souza, que ateou fogo ao próprio corpo em protesto contra o desemprego. Debate sobre o salário mínimo. Apoio a política de cotas adotado pela Universidade de Brasília – UnB. 10494

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 453, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Antônio Andrade de Souza. 10501

1.2.5 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Críticas à forma de nomeação para cargos públicos no governo federal. 10501

SENADORA HELOISA HELENA – Cobranças ao governo Lula o compromisso assumido em campanha referente ao reajuste do Salário Mínimo. Solicitação de apoio ao projeto de sua autoria que possibilita um aumento do salário mínimo para 330 reais. 10502

SENADOR SÉRGIO GUERRA, como Líder –Proposta de união das lideranças nordestinas para pressionar o governo federal por maiores investimentos na região. 10503

SENADORA SERYS SLHESARENKO – Realização da feira agropecuária de Rondonópolis. Estranheza com as declarações do Secretário de Infra-Estrutura do Mato Grosso de que o governo federal não liberará recursos para a conclusão da Ferronorte. 10504

SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Homenagem de pesar pelo falecimento da Sra. Ivonete Guedes, ex-Prefeita de Barra d’Alcantara. .. 10505

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Participação de S. Exa. na abertura da Feira de Negócios de Colinas do Tocantins –TO. 10506

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Registra a inclusão do Presidente Lula entre as cem pessoas mais influentes do mundo, de acordo com a revista Time.....

10507

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 454, de 2004, de autoria do Senador Moza-rildo Cavalcanti e da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso e congratulações pelos 60 anos do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, transcorridos hoje.....

10508

Nº 455, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a retirada, em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2003.....

10508

Nº 456, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jovem Carlos Matheus Silva Santos, que obteve o título de mais jovem doutor na história do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), do Rio de Janeiro.....

10508

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe.....

10508

Projeto de Resolução nº 13, de 2004, de autoria do Senador Ramez Tebet, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para incluir, como competência da Comissão de Assuntos Econômicos, o disposto no inciso XV do art. 52 da Constituição Federal (avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional), introduzido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003.....

10510

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de 5 dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 13, de 2004, lido anteriormente.....

10512

1.2.9 – Mensagens do Presidente da República

Nº 45, de 2004 (nº 175/2004, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor *Alexandre Silveira de Oliveira* para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.....

10512

Nº 46, de 2004 (nº 176/2004, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor *Hideraldo Luiz Caron* para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.....

10516

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da

República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Votação transferida** para próxima terça-feira, dia 27, solicitada pelo Senador Delcídio Amaral, Relator Revisor.....

10519

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**.....

10519

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004. **Apreciação sobrestada**.....

10519

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Apreciação sobrestada.....

10520

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Seminário do PSDB sobre educação, realizado em São Paulo. Homenagem à professora mineira Alaíde Lisboa pelos 100 anos de existência.....

10520

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Protesto contra o governo federal, pela falta de repasse de recursos ao estado de Santa Catarina.....

10521

SENADORA ANA JULIA CAREPA, como Líder – Homenagem ao “Dia do Índio”. Conflito entre os índios cinta-larga e garimpeiros em Rondônia.....

10523

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Comentários à entrevista que o médico João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito petista Celso Daniel, de Santo André/SP, concedida ao jornal O Estado de S. Paulo. Preocupação com os rumos da política social do governo Lula.....

10525

SENADOR HÉLIO COSTA – Comentários à inclusão do nome do Presidente Lula na lista dos 100 mais influentes do mundo. Regulamentação do registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior.....

10527

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Análise das causas da violência entre os jovens . Homenagem pelo “Dia do Índio”.....

10534

SENADOR *RAMEZ TEBET* –Lançamento da candidatura de Michel Temer, pelo PMDB, para concorrer à Prefeitura de São Paulo. 10539

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* –Preocupação com o aumento da violência e com o número de invasões em todo o Brasil. Apoio à presença do Presidente Lula à 4ª Bienal do Livro. 10541

SENADOR *TIÃO VIANA* – Homenagem ao Dia do Índio..... 10544

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Pesar pelo falecimento do desempregado José Antônio de Souza. Questionamentos sobre a decisão do Diretório Nacional do PT, de proibir que seus candidatos recebam dinheiro para campanha eleitoral oriundo do jogo do bicho, de bingos e de empresas permissionárias de serviço público. Considerações sobre a agressão sofrida pelo Sr. Mario Haag, durante assalto a sua residência. 10545

1.3.2 – Leitura de requerimentos

Nº 457, de 2004, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Augusto Botelho, solicitando voto de aplauso ao Comando do Exército pelo transcurso, hoje, do dia do Exército Brasileiro. Usa da palavra o Sr. Romeu Tuma. 10548

Nº 458, de 2004, de autoria do Senador Paulo Octávio e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial em 20 de abril de 2004, em comemoração ao aniversário de Brasília. 10550

1.3.3 – Ofício

S/Nº, de 15 do corrente, comunicando que tendo em vista o desligamento do Partido Liberal do Bloco de Apoio ao Governo, ocorrido em 13 do corrente, a Liderança da Maioria será exercida pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. 10551

1.3.4 – Leitura de requerimentos

Nº 459, de 2004, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, solicitando a prorrogação, por mais 11 dias, da licença para tratar de interesse particular..... 10551

Nº 460, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar ao Sr. José Antônio Andrade de Souza, desempregado que havia tentado ser recebido pelo Presidente Luiz Inácio da Silva. 10551

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Considerações sobre a III Conferência da Amazônia realizada entre os dias 2 e 4 de abril em Porto Velho – RO.. 10551

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários sobre publicação da organização feminista Agende –Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – intitulada “Brasil para Todas e Todos”..... 10555

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária terça-feira, dia 27 de abril do corrente, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 10556

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – TERMO DE REUNIÃO

Da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, referente ao dia 13 de abril do corrente ano..... 10557

3 – ATOS DO DIRETOR DO PRODASEN

Nºs 12 a 26, de 2004. 10558

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL –52ª LEGISLATURA

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 39ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Augusto Botelho*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima –
Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa
– Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães
– Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto
Botelho – Delcídio Amaral – Demostenes Torres
– Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo
– Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Ge-
raldo Mesquita Júnior – Hélio Costa – Heloísa Helena
– Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – João Ribeiro – Jorge
Bornhausen – José Agripino – José Maranhão – José
Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha
– Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Mão Santa – Marcelo
Crivella – Marcos Guerra – Mozarildo Cavalcanti – Ney
Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia
Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro
Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan
Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho
– Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sér-
gio Guerra – Serys Slhessarenko – Tasso Jereissati
– Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 57
Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos
pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto
Botelho.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 448, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto
de Lei do Senado nº 527, de 2003 que, “Altera o De-
creto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº
8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os
alimentos e bebidas que contenham caféina indiquem,
em rótulo, a presença e a concentração dessa subs-

tância.”, seja encaminhado à Comissão de Educação
para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em 19 de abril de 2004. – **Osmar Dias.**

REQUERIMENTO Nº 449, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto
de Lei do Senado nº 47, de 2004 que, “Altera a Lei nº
9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova re-
dação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a
incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio
cultural”, seja encaminhado à Comissão de Educação
para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em 19 de abril de 2004. – **Osmar Dias**

REQUERIMENTO Nº 450, DE 2004

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea o, item
12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto
de Lei do Senado nº 30 de 2004, além da Comissão
de Assuntos Sociais, seja ouvida, também, a Comis-
são de Educação.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Leo-
nel Pavan.**

REQUERIMENTO Nº 451, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre os
Projetos de Lei do Senado de nºs 136/2000 e 155/2000,
seja ouvida também, a Comissão de Educação, além
das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Ideli
Salvatti, Líder do PT.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão
incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos ter-
mos do art. 255, inciso II, alínea “c”, Item 12, do Re-
gimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º
Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 452, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo
com as tradições da Casa, as seguintes homenagens

pelo falecimento de Lélia Abramo, ocorrida no último dia 9, aos 93 anos de idade: **a)** inserção em ata de voto de profundo pesar e **b)** apresentação de condolências à família.

Atriz e militante política, foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores e sempre esteve à frente dos mais importantes movimentos político-sociais brasileiros.

Sua história de vida confunde-se com sua história política e profissional, era uma mulher apaixonada por tudo o que fazia. Sua morte deixa um vazio entre todos os que lutam e acreditam num Brasil digno e justo.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2003. – **Ideli Salvati**, Líder do Bloco de Apóio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência recebeu, dos participantes do II Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais, manifestações sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 284 e 285, de 2003.

A matéria, reunida em Processo Especial, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para conhecimento dos respectivos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Antes de conceder a palavra aos oradores inscritos, desejo esclarecer ao Plenário que a Senadora Heloísa Helena e os Senadores Mozarildo Cavalcanti e João Ribeiro estão inscritos para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para dar oportunidade à Senadora Serys Slhessarenko, falarei como Líder, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, a Senadora Serys Slhessarenko fica inscrita em segundo lugar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço minha inscrição. Sei que ficarei como suplente, mas, gostaria que V. Ex^a garantisse a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será o primeiro suplente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para lembrar que, como V. Ex^a já mencionou, também estou inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode falar. Já está com a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não, ainda há inscritos. Falarei para uma comunicação inadiável, mas, se V. Ex^a quiser conceder-me a palavra como Líder de meu novo Partido, poderei falar logo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É que estava tão ansioso para ouvir a fala de V. Ex^a que confundi.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Muito obrigada, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder. Em seguida, falará o Senador Mão Santa, como inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava inscrito para fazer uma comunicação inadiável. No entanto, para dar oportunidade à Senadora Serys Slhessarenko, pedi a palavra como Líder.

Para o meu Partido, principalmente em Roraima, é uma honra a notícia que quero dar neste momento. Falo da eleição de Catarina Guerra, uma estudante de medicina roraimense que obteve a quarta colocação no concurso Miss Brasil, realizado quinta-feira passada em São Paulo. Faço este registro como uma homenagem às mulheres de Roraima e às mulheres do Brasil como um todo.

Muitas vezes, julga-se o concurso para Miss Brasil uma futilidade, uma forma de a mulher exibir sua beleza exterior. Como bem disse a candidata colocada em quarto lugar, Catarina Guerra, o importante é registrar

que – ela é estudante de medicina – há várias candidatas com nível superior. Esse fato demonstra que a mulher não se impõe só por sua beleza, mas também por suas qualidades intelectuais. Como roraimense, sinto-me muito orgulhoso de fazer este registro.

O meu Estado tem sido manchete nos noticiários nacionais somente, ou na maioria das vezes, por fatos ruins, e essa é uma notícia agradável de comunicar ao Brasil. Também aproveito a oportunidade para parabenizar Catarina e seus familiares por essa importante conquista.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, peço que considere como lido um pronunciamento que encaminharei à Mesa.

Registro, agora de maneira desconfortável, que outra roraimense, no caso uma índia nascida na Guiana Inglesa, mas que possui documentação brasileira, foi à Organização dos Estados Americanos, OEA, denunciar o Governo brasileiro por, segundo ela, maus-tratos aos índios. Importante frisar, nessa denúncia, que ela foi secundada por uma ONG americana chamada Rainforest Foundation.

Analiso essas questões e quero ressaltar que só no meu Estado, onde essa índia representa o Conselho Indígena de Roraima, existem 32 reservas indígenas demarcadas. O Presidente Lula, depois que assumiu seu mandato, já demarcou cinco reservas indígenas no meu Estado. Portanto, essa é uma denúncia mentirosa, que carece de fundamentos e que macula a imagem do Brasil. Com tal denúncia, pretende-se pressionar o Presidente Lula a demarcar uma reserva no meu Estado, a reserva Raposa Serra do Sol. É lamentável o emprego desses mecanismos, sem levar em conta sequer a imagem do País, podendo até manchá-la, usando, o que é pior, mentiras comprovadamente constatadas.

Encaminho à Mesa o pronunciamento que peço seja dado como lido.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.**

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, inconformada com a demora na homologação das terras indígenas na região Raposa/Serra do Sol, em Roraima, uma índia do povo wapichana apresentou denúncia à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA, contra o Governo brasileiro. Com a denúncia, apresentada em conjunto com a ONG americana Rainforest Foundation, a índia Joênia Batista Wapichana – advogada, e não por acaso assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima – CIR, quer que a OEA

pressionasse o Governo brasileiro a homologar rapidamente a demarcação de 1,7 milhão de hectares para os povos indígenas daquela região.

Caso a denúncia atenda aos critérios da OEA, e não havendo uma solução negociada entre as partes envolvidas, o Governo brasileiro pode ver-se na contingência de ter que responder a uma ação na Corte Interamericana de Justiça.

Essa denúncia, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz parte de uma grande orquestração que tem por objetivo coagir o Governo brasileiro a homologar as terras indígenas nas condições ditadas por entidades religiosas e ONGs que atuam naquela região. Esses grupos, sob o pretexto de defender os direitos dos índios, pleiteiam que a reserva Raposa/Serra do Sol seja homologada como área contínua, somando nada menos que 1,7 milhão de hectares para cerca de 15 mil índios que ali vivem dos povos Wapichana, Macuxi, Ingaricó, Patamona e Taurepang.

É de se observar, Sr. Presidente, que, entre os próprios índios que habitam aquela área, não há consenso a esse respeito; ou, para melhor esclarecimento, a grande maioria dos índios que ali vivem tem se manifestado, inclusive em plebiscitos, favoravelmente à homologação em ilhas, o que equivaleria a uma redução de aproximadamente 15% da área demarcada. Esse ponto de vista é compartilhado também por representantes das Forças Armadas, empresários, governantes e pela imensa maioria da população civil.

Nenhuma dessas categorias, Sr. Presidente, opõe-se à homologação da reserva. Pelo contrário, o direito dos índios é reconhecido unanimemente pela sociedade roraimense, que, entretanto, questiona os critérios a serem empregados nessa tarefa. Entre outros motivos, a homologação em ilhas evitaria a repetição de erros como o ocorrido na demarcação da área São Marcos, onde índios que já viviam um processo de aculturação relativamente adiantado foram isolados do convívio com os não-índios. No caso da reserva Raposa/Serra do Sol, as comunidades indígenas há muito interagem com o restante da sociedade e não desejam esse isolamento.

O simples e precipitado anúncio da homologação da reserva em área contínua bastou para que a sociedade roraimense se mobilizasse e divulgasse o Manifesto pela Refundação de Roraima. No documento, os signatários criticam a proibição de atividades produtivas em mais de dois terços do território de Roraima, graças a uma “equivocada e míope estrutura jurídico-fundiária que criou áreas de proteção ambiental e reservas indígenas de proporções reconhecidamente exageradas”.

Os signatários, cobertos de razão, acusam ONGs e outras entidades, nacionais e estrangeiras, de promover uma orquestração para colocar interesses escusos acima dos interesses da sociedade e das prerrogativas do Poder Público.

De fato, Sr. Presidente, a homologação da reserva, na forma como pretendem os falsos ambientalistas, privaria o Estado de Roraima de desenvolver atividades produtivas naquela área, o que configura um absurdo, se considerarmos que apenas sete milhões de hectares, dos 22 milhões que perfazem o território de Roraima, são terras livres.

As razões citadas pelas autoridades estaduais, pelos empresários, pelos moradores em geral, aí incluída a maioria dos índios, são corroboradas pelas verificações feitas *in loco* pelos Colegas integrantes da Comissão Temporária Externa do Senado Federal, constituída com essa finalidade, a qual tenho a honra de presidir, e também pelos Parlamentares que integram comissão idêntica na Câmara dos Deputados.

Após exaustivos estudos, entrevistas, audiências e visitas ao local, o Relator da Comissão nesta Casa, Senador Delcídio Amaral, enfatiza: “Realmente, a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol de forma contínua provocaria dificuldades praticamente incontornáveis para a subsistência dos casais interétnicos formados na área em decorrência da consolidada interação social ali existente”.

Aliás, as dificuldades de integração étnica que ali se observam não ocorrem entre índios e não-índios, mas entre os próprios povos indígenas – mais especificamente, os Ingarikó, que não mantêm relações amistosas com as demais etnias, justificando, nesse caso, a demarcação de um território em separado, e não de forma contínua, como vêm apregoando os falsos ambientalistas.

Em relação às demais etnias e aos habitantes não índios, a demarcação em ilhas não é contestada, e isso foi comprovado pela Comissão Especial desta Casa, como aponta o Relator, Senador Delcídio Amaral: “(...) o que permite a convivência de povos distintos em um hábitat que não dispõe de fronteiras – o que justificaria uma demarcação contínua, em área única – é, precisamente, a identidade cultural, que se reconheceu, na visita desta Comissão Externa, não haver entre as etnias Macuxi, Ingarikó, Taurepang, Wapixana e Patamona. As semelhanças quanto à organização social, aos valores, às crenças e à cosmologia não garantem, por si sós, essa possibilidade.”

Essa constatação encontra amparo também no plebiscito realizado para saber a opinião dos moradores sobre a emancipação do Município de Uiramutã, que fica no território demarcado. Dos 1.096 votantes,

63% do eleitorado local, nada menos que 1.089 foram favoráveis à emancipação do município. Em alguns casos, essa preferência foi surpreendente, como na aldeia Maracanã, em que todos os 40 eleitores inscritos votaram pela emancipação; e até mesmo na vila Socó, onde mora a maioria dos índios ligados ao Conselho Indigenista de Roraima – CIR, 185 dos 222 eleitores votaram pela emancipação de Uiramutã. Cabe lembrar aqui que, das quatro principais associações indígenas de Roraima, a CIR é a única que defende a homologação em área contínua. As demais, Associação dos Povos Indígenas de Roraima, Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima e Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima, defendem a convivência pacífica entre índios e não índios na região.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a homologação da reserva em forma de ilhas se impõe tanto pela interação já consolidada entre os índios e os não índios da região, quanto pela possibilidade de o Estado de Roraima, resgatando suas prerrogativas, realizar, lá, um programa de desenvolvimento sustentável que possa melhorar as condições de vida de toda a população.

Além disso, não podemos esquecer as razões que se alicerçam na defesa da soberania, visto tratar-se de uma longa faixa de fronteira, numa região explosiva, que convive com a proximidade de guerrilheiros e de narcotraficantes. Ouvido pela revista **Istoé**, em sua edição de 14 do mês corrente, Geraldo Cavagnari, Coronel da reserva e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas – Unicamp, é peremptório: “Nenhum país do mundo concede soberania a qualquer povo, indígena ou não, numa área de fronteira”.

Em outro trecho, o General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, presidente do Clube Militar, e com a autoridade de quem foi comandante militar da Amazônia, lembra que o Norte “é a parte mais desguarnecida do País”. “Há um enorme vazio, de 1,6 mil quilômetros na fronteira amazônica, sem nenhuma presença do Estado” – assinala.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao encerrar este pronunciamento, quero apelar ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que não se deixe influenciar por denúncias sem fundamento como a que foi apresentada à OEA – entidade que certamente receberá informações seguras e embasadas do Governo brasileiro. Ao mesmo tempo, peço a atenção e o apoio dos nobres Colegas desta Casa, para que o Presidente da República possa decidir sobre a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol com serenidade e na hora certa, de forma a atender à comunidade indígena sem,

entretanto, obstruir o desenvolvimento da região, sem engessar a Administração Pública e sem submeter os grandes interesses nacionais aos interesses espúrios de alguns grupos ali atuantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma – PFL – SP) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, primeiro inscrito, que dispõe de vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem ao sistema de comunicação do Senado Federal, Senadora Heloísa Helena, um dos privilégios de estar nesta Casa é vê-la falar. Todos nós aprendemos – o Brasil todo aprende. Aprendemos e acreditamos.

A Senadora Heloísa Helena foi quem mais invocou Deus nesta Casa durante seus pronunciamentos. Então, falarei aqui sobre matéria publicada por um jornal do Estado do Piauí, o **Meio Norte**, beleza de jornal, que traduz o desenvolvimento da gente piauiense, como os outros órgãos de comunicação. Diz a manchete: “Gás bitributado sufoca piauienses”. Consumidores do Piauí pagam alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 29% no botijão do gás de cozinha, o maior preço do Nordeste. “A bitributação foi confirmada pelo Secretário Estadual de Fazenda (...)”. Ainda não há ação dos consumidores na Justiça para evitar a ilegalidade.

Senadora Heloísa Helena, o Filho de Deus feito homem, quando aqui passou, já havia essa confusão de imposto, lá na Roma dos Césares. Provocaram o líder Cristo, Senador Augusto Botelho: é justo pagar o imposto cobrado por César? E Cristo, com a sua inteligência privilegiada, parou e disse: “O que está cunhado na moeda é o retrato de César. Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Apesar de na Bíblia haver muitas passagens que menosprezam os cobradores de impostos, sabemos que o imposto é necessário, os governos funcionam assim. E, Senadora Heloísa Helena, o mundo busca a melhor forma de imposto, cada vez mais.

Se o nosso irmão Cristo andasse hoje pelas ruas e alguma brasileira ou brasileiro – principalmente se fosse do Piauí – indagasse se é justo pagarmos esse imposto, Ele pularia lá e puxaria do chicote, como fez na passagem dos vendilhões do templo, e diria: não! De maneira alguma pagaremos mais esse imposto para esse PT. O PT é o Partido do tributo.

Senador Mozarildo Cavalcanti, está aqui V. Ex^a, que tanto defende os problemas do Norte. Vamos adiante. Interessante. Ô Governo mais ligeiro e rápido

para sugar e fazer dinheiro! De repente, o Partido dos Trabalhadores se tornou o partido mais rico do mundo. Nem Bush terá tanto dinheiro na sua eleição quanto o PT terá, ou já tem.

Senador Mozarildo Cavalcanti, há algo que foi dito aqui. Senador João Ribeiro, os políticos dão 24% dos seus ganhos para o Partido. Deus me livre! Eu não dou, não. Eu fujo de um partido desses como o diabo foge da cruz. Senador Romeu Tuma, é preciso fazer uma aritmética igual à do Palocci. Vinte e quatro por cento para o Partido, 27% é a alíquota do Imposto de Renda. Onde ficam as nossas mulheres? Onde fica Adalgisinha? Onde ficam nossos filhos e netos? Eles estão tirando de outras fontes, porque eu, que tenho uma vida de luta, sou aposentado como médico, não sei como fazem essas doações. Então, quero denunciar aqui.

Outro dia, ouvi falar da cassação do Senador que gastou R\$26 num voto. Abuso! Imoralidade é o PT! Isso é dinheiro do povo. E esse negócio de dar dinheiro para partido? Eles que busquem outras fontes para complementar. Eu não tenho condições de viver, honrada e honestamente, dando 24% para o partido, 27% para o Imposto de Renda, ICMS, taxas toda hora.

Senador Romeu Tuma, assisti aqui – e todo o Brasil também – ao aumento de todos os impostos. O CPMF, que era temporário, foi para a saúde, mas não melhorou a saúde. O **Correio Braziliense** publica que o Hospital Universitário de Brasília vai parar porque deve dez milhões. Brasília, Senador Siqueira Campos, é essa ilha da fantasia e do poder. O hospital está ameaçado de fechar. O CPMF persistiu com seu aumento; o Cofins, o PIS, o PASEP aumentaram, bem como todos os impostos.

Agora, Senador Duciomar Costa, atingem também o seu Estado com a bitributação do gás, conforme denuncia o jornal do Piauí, o **Meio Norte**. O gás natural, hoje, paga 30% de imposto. Paga na fonte, no Estado onde é originário e no consumidor. Isso está ocorrendo no meu Estado do Piauí e em alguns Estados do Norte, Paraíba e Minas Gerais.

Este Governo, que é tão pronto, de chofre manda caminhões, carretas de medidas provisórias como nunca dantes, assaltando as diretrizes e os rumos dados por Rui Barbosa, de que só a lei e dentro da lei está a salvação, e não manda uma medida provisória para corrigir isto que afeta principalmente a população mais pobre.

O botijão de gás de cozinha está sendo vendido em Teresina a R\$35,00, e no interior o Estado do Piauí a R\$40,00.

Este salário mínimo do Brasil é dos mais baixos de toda a História do Mundo. Senador Duciomar

Costa, no Chile, país que visitei, o salário mínimo é US\$250,00. Nos Estados Unidos, Senador Almeida Lima, US\$8,00 a hora. Qualquer americano ou americana trabalha dez hora por dia, ganham em um dia, Senador Almeida Lima, o que nós ganhamos em um mês. Com tudo isso, o meu trabalhador e minha trabalhadora do Piauí pagam R\$40,00 pelo botijão de gás. Senador José Maranhão, também na sua Paraíba estão fazendo esse assalto.

Senador Eduardo Siqueira Campos, o PMDB tem que acordar. Já ouvi um pronunciamento advertindo sobre isso que está nas manchetes de jornais. Senador Paulo Paim, o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB, vangloria esse acordo de apoio. Só nos jantares que S. Ex^a oferece em sua casa aos Ministros do PT, eu acho que já engordei uns oito quilos. Por que o PT, esse núcleo, duro, insensível e burro não nos manda uma medida provisória para defender o pequeno do Piauí?

Senador Almeida Lima, quarenta. Presidente Lula, Vossa Excelência candidatou-se, a primeira vez e eu não votei, a segunda também não, a terceira não. Na quarta, ensinei o Piauí a cantar, Senador Almeida Lima, Mão Santa cá, Lula lá. E ele cantou conosco. Mas acreditei, Presidente Lula, naquela sua conversa que o País deve ter ouvido: o operário tem direito de ser feliz. O trabalhador tem direito a salário e dignidade, Senador Duciomar, “mas também tem de ter dinheiro para tomar uma cervejinha no fim da semana”. Presidente Lula, esse núcleo duro é o responsável por sua queda nas pesquisas. Não parou não! Isso é conversa. Eu sei o que é opinião publicada, Senador Duciomar. Há a pública e a publicada. E está caindo. Parou, porque a mídia tem de sobreviver e porque quem está pagando bem é o Palácio.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Mão Santa, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, concederei a V. Ex^a o aparte já já.

Registro que, em Fortaleza e em Recife, o gás é R\$27,00. No Piauí, onde elegemos um Governador do PT, é R\$40,00. Que fome zero!

Senadora Heloísa Helena, estive estudando o problema e quero dizer o seguinte: Ó, Presidente Lula, vamos meditar sobre os acontecimentos. Não há bem nem mal. Para Shakespeare, o que vale é a interpretação.

Como Senador do Piauí, presidi a última reunião e elogiava o gesto de amor que o Presidente demonstrou ao pegar o seu lenço e enxugar o rosto da sua esposa, da sua “Adalgisinha”. Está tudo certo!

É! É! Para Shakespeare, o que vale é a interpretação. Senador Heráclito, hoje a imprensa divulga que

o Presidente Lula estava com terçol, uma glândula do globo ocular infeccionada pelas bactérias **staphylococcus** – aquelas que formam um cacho de uvas. Também viram isso a Senadora Heloísa Helena e o Senador Mozarildo Cavalcanti, médico e enfermeira. Ao passar o lenço em seu rosto, o Presidente passou essas bactérias **staphylococcus** para sua amada Marisa. Às vezes, Presidente Lula, pensamos que estamos fazendo algo bom, mas, na verdade, não estamos.

Com esse núcleo duro, Sua Excelência está levando é dureza para a população pobre do nosso Estado. Por que esse núcleo duro não faz uma medida provisória em prol do povo? Dia 21 de abril é Dia de Tiradentes, dia contra a derrama. Foi a luta contra a exploração feita pelos portugueses a nós na cobrança de impostos. Dela nós nos livramos. Não bastou Tiradentes e seu sacrifício nos livrando da derrama portuguesa, pois agora temos a derrama do PT.

Senador Almeida Lima, em todo o País, quando V. Ex^a usa da tribuna, aumenta a audiência. Por isso, antes de ouvi-lo, vou falar sobre um assunto para que V. Ex^a complemente. Noutro dia, vi o mundo todo voltar-se contra V. Ex^a, mas V. Ex^a ressurgiu das cinzas com a verdade.

Senadora Heloísa Helena, hoje a carga de impostos do gás é de 59,2%. Então, dos R\$40,00 com que são exploradas a família piauiense, a família paraibana – está calado o Senador José Maranhão, já falou o Senador Ney Suassuna, mas S. Ex^a é zangado e é capaz de derrubar este Governo, pois não vai admitir isso –, uns R\$23,00 são para o Governo.

Quando Getúlio Vargas era menino, o Brasil despertou: o petróleo era nosso. Senadora Heloísa Helena, o imposto do gás, do petróleo e do combustível era de 4,8%. Hoje, ele é de 59,2% na Petrobras do PT, no Governo do PT.

Senador Almeida Lima, a Petrobras tem um bocado de programas simpáticos. A Petrobras está garantindo à mídia a propaganda mais cara. Mas o dever dela era fornecer o combustível e o gás mais baratos. Isso seria o Fome Zero e a Felicidade Dez.

Concedo um aparte ao Senador Almeida Lima e, em seguida, ao bravo paraibano, que também está pagando o gás a R\$40,00, Senador José Maranhão.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Mão Santa, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje. Fazendo uma referência ao que V. Ex^a disse sobre ressurgir das cinzas, ressalto que o couro é grosso. Apreendi política quando ainda estudante, participando da resistência contra a ditadura militar. E tive a oportunidade de enfrentar, como estudante de Direito na Faculdade de Direito de Serpique, coturnos e fardas, com tantos e tantos outros

companheiros que sofreram imensamente aquilo que não sofri, embora eu tenha participado com eles da resistência e da reabertura do DCE, da ala jovem do então MDB, tendo de fugir para não ser preso. Agora que estamos na democracia, nada disso me assusta. Venho exatamente de baixo, de família pobre, e estou evidentemente sofrendo várias e várias agruras hoje no plano nacional, como ocorreram outras no plano estadual no meu pequeno Estado de Sergipe. Portanto, Senador Mão Santa, tenha certeza absoluta de que continuarei na luta, sem temer, em hipótese nenhuma, aqueles que tentaram me detrair muito menos aqueles que colaboraram com a mídia para que essa situação ocorresse. Continuarei em pé. Não sei se aqui falei tudo quanto disse no dia 2 de março, em Aracaju, quando conseguimos levar mais de 10 mil pessoas à Praça Fausto Cardoso para protestar exatamente contra o Governo, contra sua falta da transparência, dizendo: “Chega de corrupção. CPI já!”, em uma demonstração de que, se sou incompreendido por algumas figuras do plano nacional, sou muito bem compreendido no meu Estado, Sergipe, onde o povo sabe muito bem da minha luta e da minha história. V. Ex^a tem toda razão quando faz esta crítica veemente ao Governo. Hoje pela manhã, ainda no meu Estado, concedi uma entrevista numa emissora de rádio e um daqueles petistas populares, numa intervenção me questionou: Senador Almeida Lima, V. Ex^a não acha que este Governo do Partido dos Trabalhadores tenha feito nada que possa merecer o seu elogio? Eu respondi: Não; porque ele passou exatamente 24 anos prometendo atuar de forma diferente do que faz hoje. Alguém pode argumentar que ele teve pouco tempo. Concordo que, para fazer o que prometeu, ele tenha tido pouco tempo, mas o pior é que ele faz exatamente o que disse que não faria, ou seja, privilegiar os bancos e o capital internacional. O que ele tem feito é dar aos bancos nacionais e internacionais o maior lucro que tiveram em toda a história financeira deste País. Portanto, não posso dizer que este Partido e este Governo esteja condizente com a sua teoria e com o que pregou durante todos os tempos. Dizia ainda o ouvinte: Mas está aí o setor de exportação! Eu sei que é um setor que realmente está em crescimento, mas isso decorre de uma política – embora discordante como sempre fui do Governo de Fernando Henrique Cardoso – implantada anteriormente. O superávit na exportação decorre do trabalho do homem do campo e não se trata do reflexo de nenhuma política estabelecida pelo atual Governo. Portanto, quero solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que o que devemos fazer é exatamente, de forma precisa, clara e objetiva, oposição a este Governo, porque ele não

está no rumo certo. E o povo brasileiro está sofrendo, não apenas o do Piauí e o da Paraíba, mas o povo de Sergipe e de todo o Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço permissão para incorporar todas as palavras de V. Ex^a ao meu discurso e dizer o significado da sua presença, que torna mais grandioso seu extraordinário partido, que tem talvez o mais extraordinário Presidente, Leonel Brizola.

Concederia a palavra ao Senador José Maranhão, da Paraíba. Antes – agora acredito nessa luta –, o Senador Ney Suassuna a começou, mas foi como Tiradentes, que nada conseguiu. Ficou o ideal, e agora o Senador José Maranhão pega essa luta. A única ressalva que gostaria de fazer é que o nome de S. Ex^a deveria ser José Piauí, mas é da Paraíba. Para estimular, eu ia ler um resumo do jornalista Efraim Ribeiro, segundo o qual as revendedoras pagam imposto na fonte, de forma que o Estado de Pernambuco, que faz a distribuição do gás, cobra 17% sobre o valor do produto, e o Governo da Paraíba cobra mais 17%. Então, a Paraíba conseguiu pior condição do que a do Piauí!

Estão assaltando as famílias! Cobram 34%: 17% mais 17%. Ó, Palocci, sei que a sua matemática é pouca, mas isso chega. Trinta e quatro por cento de imposto bitributado à Paraíba!

Concedo um aparte ao Senador do povo sacrificado da Paraíba.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Gostaria de me congratular com V. Ex^a pela defesa que faz dos consumidores de gás de vários Estados da Federação, inclusive do meu Estado. Ao ouvir seu vibrante e patriótico discurso, digo que a regra se confirma: quem cala consente. Se estou calado, é porque estou consentindo com V. Ex^a. Não sei se V. Ex^a fez algum pronunciamento antes, mas, como V. Ex^a o está fazendo agora, gostaria de dizer que não somente o Senador Ney Suassuna, mas também eu, antes de V. Ex^a, fiz um discurso em defesa da Paraíba e dos consumidores de gás, que são todos os paraibanos. Defendi sobretudo aquela parcela mais sacrificada da população, aqueles que ganham pouco na Paraíba ou no Piauí. Com relação à referência que V. Ex^a faz ao meu nome, que deveria ser José Piauí, não recebo isso como uma cessão de direitos da Paraíba, porque, se há alguma coisa de que não abro mão é da minha “paraibanidade”, da minha condição de paraibano. Mas também sou cidadão do Piauí, e, por sinal, por iniciativa de V. Ex^a, pois, quando era Governador do Estado, fui lá receber esse título de cidadão piauiense, que muito me honra! Mas, quanto à minha cidadania natural, continuo honrado com a cidadania paraibana.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e digo a V. Ex^a que sua grandeza é tanta que não deveria se chamar José Maranhão, nem José Paraíba, nem José Piauí, mas José Brasil.

E eu gostaria de dizer a V. Ex^a que seu aparte foi mais agravante ao réu do que ao Governo do PT, pois V. Ex^a – eu vi – foi à luta, foi um dos primeiros que defendeu a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Nordeste e na Paraíba.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mesmo assim, seu povo é explorado, é sacrificado e humilhado.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Não cheguei a fazer como V. Ex^a, que elegeu dois candidatos do PT: o Presidente da República e o Governador do Estado. Elegei apenas um.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas, se arrependimento matasse, eu estaria morto agora.

Ao encerrar, permito-me invocar novamente o nome da Senadora Heloísa Helena, assim como fiz no início. Cristo dizia – e, assim como Cristo, Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a possui um homem extraordinário como pai: “Em verdade vos digo”. Tudo o que eu disse, Senadora Heloísa Helena, foi verdade. Aqui está o documento que passarei a V. Ex^a, a estrela que brilhava no PT e cuja luz, com certeza, iluminou a vitória do Presidente da República. Está aqui o documento, publicado em 17 de dezembro de 2003 e republicado em 22 de dezembro de 2003. Observem que foi elaborado em 12 de dezembro de 2003, pelo mecanismo do Ministério da Fazenda. Quem era Presidente? Quem era Ministro da Fazenda? Então, a culpa é do Presidente da República!

E digo agora: vamos nos unir todos nós, brasileiros e brasileiras que pagam o gás mais caro do mundo, tributado. Uni-vos todos! Nas eleições que vêm aí, vamos fazer renascer a esperança e a vitória da competência no Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero fazer minha inscrição, pela Liderança do Bloco, para o período de comunicações inadiáveis; e, pela Liderança do PT, para a Senadora Ana Júlia Carepa, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrita para uma comunicação de interesse partidário antes da Ordem do Dia, na hora em que V. Ex^a solicitar, e a nobre Senadora Ana Júlia, por cessão de V. Ex^a, após a Ordem do Dia.

Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a: quero encaminhar um voto de pesar; devo fazer a justificativa neste momento ou envio a V. Ex^a o requerimento, para discuti-lo no momento adequado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O procedimento adequado, de acordo com o Regimento Interno, é o encaminhamento à Mesa, que, por sua vez, fará a leitura no momento apropriado e dará a V. Ex^a a oportunidade para a justificação, em se tratando de ser o caso de votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Será encaminhado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, por permuta com o nobre Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos; Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar de dois assuntos hoje. Primeiro, uma reflexão sobre a definição do salário mínimo, salário-família e sua relação com a Renda Básica de Cidadania, quando foi instituída, e o próprio Bolsa-Escola e Bolsa-Família. E, como segundo tema, quero trazer o meu testemunho sobre um fato que acredito seja de enorme relevância para a cultura brasileira: o encontro realizado ontem, no Teatro Oficina, entre Sílvio Santos e José Celso Martinez Corrêa, duas pessoas de extraordinária importância na área das comunicações e no meio artístico.

Peço a atenção dos Srs. Senadores e, em especial, a do Senador Paulo Paim, dada a dedicação que tem dispensado a esse tema. Temos acompanhado sua batalha por uma remuneração mais condigna aos trabalhadores brasileiros, inclusive na base de remuneração, que é o salário mínimo. O Senador Paulo Paim tem interagido comigo na batalha em que, há anos, tenho me empenhado pela garantia de uma renda mínima para todos, na forma de uma renda básica de cidadania.

Lemos nesta semana e até nos jornais de hoje que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, está con-

siderando, além de assegurar um aumento do salário mínimo que recomponha a perda do poder aquisitivo diante da inflação, um pouco mais. S. Ex^a ainda não definiu o valor, mas considera a proposta do Presidente Lula de dobrar o salário mínimo durante o seu mandato. O reajuste que vai haver agora envolve um passo na direção da meta do Presidente Lula. O Ministro da Fazenda mencionou que considerava aumentar o salário mínimo, a remuneração dos trabalhadores, levando em conta um possível aumento do salário-família.

Seria interessante recordarmos que o salário-família é um benefício previdenciário pago ao trabalhador assalariado e avulso de baixa renda – assim entendido o que percebe uma remuneração de até R\$560,81 –, para ajudar no sustento dos filhos de no máximo 14 anos de idade ou inválidos. São equiparados aos filhos os enteados e os tutelados que não possuem bens suficientes para o próprio sustento. Têm direito ao salário-família os trabalhadores empregados e os avulsos. Os empregados domésticos, os contribuintes individuais e os facultativos não recebem salário-família. Para a concessão do salário-família, a Previdência Social não exige tempo mínimo de contribuição.

O salário-família será pago mensalmente ao empregado pela empresa à qual está vinculado e deduzido do recolhimento das contribuições sobre a folha salarial. Os trabalhadores avulsos receberão dos sindicatos mediante convênio com a Previdência Social.

O benefício será pago diretamente pela Previdência Social quando o segurado estiver recebendo auxílio-doença se já recebesse o salário-família em atividade.

Caberá também à Previdência Social pagar o salário-família para os aposentados por invalidez. Os demais aposentados terão direitos ao salário-família a partir dos 60 anos – mulheres – e 65 anos – homens. O trabalhador rural aposentado receberá o benefício desde que comprove ter dependentes com menos de 14 anos de idade ou inválidos.

O salário-família começará a ser pago a partir da comprovação do nascimento da criança ou da apresentação dos documentos necessários para pedir o benefício.

O pagamento do benefício será suspenso se não forem apresentados atestados de vacinação e frequência escolar dos filhos. O trabalhador só terá direito a receber o benefício no período em que ficou suspenso se apresentar esses documentos.

Qual o valor do benefício? O trabalhador tem direito a uma quota de R\$13,48 por filho ou equiparado. Se a mãe e o pai estão nas categorias e faixa salarial que têm direito ao salário-família, os dois recebem o benefício.

O valor da quota será proporcional aos meses de admissão e demissão do empregado. Para o trabalhador avulso, a quota será integral independentemente do total de dias trabalhados.

Ora, trata-se de uma instituição social importante. Houve uma evolução na legislação brasileira a respeito desse assunto, mas gostaria de ressaltar que o salário-família beneficia apenas aqueles trabalhadores que estão no mercado formal ou naquelas condições que mencionei. Portanto, não estão considerados os empregados domésticos e os que estão na informalidade.

A grande vantagem de termos a Renda Básica de Cidadania, quando estiver plenamente instituída, é que ela significará para toda e qualquer pessoa no País o direito de receber uma renda, na medida do possível suficiente para a sua subsistência, que será um direito inalienável da pessoa humana, o que obviamente poderá significar um aumento importante da remuneração de todos os trabalhadores.

Suponhamos que pudéssemos hoje já instituir a Renda Básica de Cidadania, de forma modesta, a um nível de R\$40 por mês por pessoa. Numa família com pai, mãe e quatro crianças, a remuneração significaria R\$240. Para o trabalhador chefe de família que fosse o único empregado na família e que tivesse um rendimento da ordem de um salário mínimo pelo seu trabalho, a renda básica de cidadania a R\$40 por mês para uma família de seis significaria praticamente o dobro de remuneração, portanto R\$480 – R\$240 mais R\$240.

Todos viriam a receber, inclusive os mais ricos, sim, só que esses, obviamente, colaborariam proporcionalmente mais para que eles e todos os demais viessem a receber. Dessa maneira, teríamos as vantagens significativas de evitar grande burocracia na hora de se querer saber quanto cada um ganha para efeito de receber a Renda Básica de Cidadania, eliminar-se-ia o estigma e, do ponto de vista da dignidade, da liberdade do ser humano, seria muito melhor para cada um saber de antemão que todos passarão a ter o direito de receber o suficiente para suas necessidades vitais, como um direito de todos sermos brasileiros.

Chamo a atenção dos Ministros da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e da Previdência, do Presidente Lula e de todos os que estão pensando a respeito desse assunto, tendo em vista inclusive que a lei que institui a Renda Básica de Cidadania menciona que ela, estando já sancionada, será implementada gradualmente a partir de 2005. Assim, estaremos mais e mais levando em consideração que no Brasil haverá essa Renda Básica de Cidadania, um elemento importante

a ser considerado na hora de analisarmos a definição do salário mínimo e dos direitos dos trabalhadores.

Sr. Presidente, eu gostaria hoje de transmitir uma boa nova às minhas amigas e amigos Senadores. Conheci José Celso Martinez Corrêa e o Teatro Oficina na minha adolescência. Quando estudante, fui diretor cultural e presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e costumava organizar a compra de espetáculos de teatro, seja no Teatro Oficina, seja no Teatro de Arena, seja no TBC, seja no Nydia Licia, seja nos principais teatros de São Paulo. Convidava os professores, os alunos e os funcionários para debater, após os espetáculos, com os diretores, autores e artistas. Vi **A Engrenagem**, de Jean-Paul Sartre; **Os Pequenos Burgueses**, de Máximo Gorki; **Galileu Galilei**, de Bertold Brecht; **Um Bonde Chamado Desejo**, de Tennessee Williams e tantos outros espetáculos, como uma peça de Roberto Freire referente aos pegue-e-pague, aos supermercados que se estavam instituindo no Brasil à época. Também houve espetáculos sobre a histórias das favelas no Rio de Janeiro e dos sambas.

Tudo isso faz parte da minha formação. Tenho a convicção de que a abertura de janelas para a verdade da realidade brasileira e de que boa parte da minha formação deu-se freqüentando teatro. Naquela ocasião, tornei-me amigo de José Celso Martinez Corrêa, ator, diretor, autor, principal Diretor e fundador do Teatro Oficina. Hoje com 67 anos, José Celso vem mantendo há algumas décadas uma certa disputa com o Presidente do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, que adquiriu boa parte do grande quarteirão da Rua Jaceguai e adjacências, na Bela Vista e no Bexiga, São Paulo, onde está o Teatro Oficina.

Em 1958, o grupo de José Celso deu início a apresentações de peças num pequeno teatro de uma casa onde antes funcionava um centro espírita. Depois de adaptado pelo arquiteto Joaquim Guedes, o esse teatro viveu anos importantes. Foi nessa época que assisti a peças como **A Engrenagem**, **Galileu Galilei**, em especial esta que muito me chamou atenção pela vontade extraordinária de descobrir a verdade, uma tendência humana, que mexia com as pessoas do poder da época. Essas peças me tocaram muito e com elas fui aprendendo.

Em 1967, após um incêndio que destruiu o prédio, Flávio Império construiu um novo Teatro Oficina. Posteriormente, com a perseguição a Sr. José Celso e aos que ali trabalhavam, seguida de seu exílio, foi fechado o Teatro Oficina.

Já de volta, José Celso, Lina Bo Bardi e outros criaram um teatro especialmente belo, que dispõe de

uma longa passagem, tendo ao fundo o Viaduto Jaceguai. De um lado, há uma bonita janela por onde entra o sol, seu teto se abre, do outro, estão as arquibancadas, onde o público pode interagir com os atores naquele espaço comprido, o terreiro, onde se desenrolam as peças, como **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. Nesse espaço, centenas de estudantes assistiram a peças como essa, e isso se deve ao mérito extraordinário de José Celso.

Ainda ontem, conversei com Walnice Nogueira Galvão, grande conhecedora, prefaciadora e organizadora da bela obra de Euclides da Cunha, **Os Sertões**, a quem transmiti o que se passara. José Celso, sem dúvida, tem estimulado os jovens deste Brasil a ler essa extraordinária obra.

Já há algum tempo, vinha pensando em promover um diálogo entre José Celso e Sílvio Santos. Eis que, na quinta-feira, Contardo Calligaris, em carta aberta a Sílvio Santos, sugeriu o encontro do empresário com José Celso.

Há algum tempo, Martinez buscava – já tendo inclusive escrito uma peça sobre o tema – persuadir Sílvio Santos a transformar o Oficina em um teatro de arena, um estádio. Daquela janela, um palco se abria e o teatro, que antes recebia 500 pessoas, como um teatro grego, abrigaria 15 mil pessoas.

Sexta-feira última, telefonei para Sílvio Santos e sugeri o diálogo com José Celso. O empresário me disse que tinha muita vontade de conhecer o Teatro Oficina, que tinha lido um artigo bonito do Contardo Calligaris e aceitaria o encontro.

O encontro aconteceu ontem, às 17 horas. Sílvio Santos foi ao teatro guiando o seu próprio carro; chegou às 17 horas em ponto. Lá foi recebido por cinquenta membros do elenco de **Os Sertões**, que cantaram a bonita **Ave Maria**, uma das canções da peça. Por uma hora e meia, José Celso contou a Sílvio Santos a história do Teatro Oficina; transmitiu o seu respeito por ter o empresário conseguido, ao longo dessas décadas, fazer com que a televisão também mexesse com as classes excluídas do Brasil. José Celso reconheceu a qualidade artística de Sílvio Santos, homem de um poder de comunicação extraordinário.

Os arquitetos contratados por Sílvio Santos haviam planejado, para aquele local, um centro de espetáculos, com supermercados, talvez inspirados nas grandes áreas de lazer de centros comerciais que existem em cidades norte-americanas, como Miami ou outras cidades da Europa. Todavia, José Celso, preocupado, declarou que o projeto poderia cercar a bela idéia de Lina Bo Bardi e de sua equipe. Há a preocupação de preservar o teatro, inclusive pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico. Mas, quem

sabe, desse encontro de José Celso e Sílvio Santos possa surgir uma boa nova, uma agradável e inesperada surpresa – aquilo que, em inglês, costuma ser dito em uma única palavra: *serendipity*, que é o dom de fazer descobertas felizes por acaso.

Torço por um diálogo bonito. Emocionado pela música que lhe dedicaram, Sílvio Santos disse aos jovens cantores, atores e atrizes, que “se nas suas próximas apresentações, vocês cantarem com tanto carinho, como estão fazendo, vocês terão o maior sucesso.” Percebi, naquele instante, sua sensibilidade especial. Os atores e atrizes do Teatro Oficina cantaram, especialmente para ele, o enredo da Escola de Samba de Vila Isabel, composto por Flávio Rangel nos anos 70, cuja letra diz: “Eu sou o teatro brasileiro / da vida, o espetáculo verdadeiro”. Sílvio Santos, que estava em um dia feliz, se emocionou e, assim como José Celso, qualificou esse encontro como extraordinário, fantástico, maravilhoso, mágico. Sílvio Santos brindou, tomou uma água de coco e tudo se deu de uma forma realmente mágica.

Espero que o Ministro Gilberto Gil, da Cultura, o Presidente Lula, a Prefeita Marta Suplicy, o Governador Geraldo Alckmin, o Secretário de Cultura Municipal, Celso Frateschi, a Secretária de Estado da Cultura, Claudia Costin, colaborem para que a audiência de quinhentas pessoas que, às vezes, se repetem, possa ser multiplicada por cem ou mil, assistindo **Os Sertões**.

Convidados, José Celso Martinez Corrêa e toda a sua equipe embarcarão, em maio, para Alemanha e Itália, onde apresentarão **Os Sertões**. José Celso ainda prepara a parte final do espetáculo, o Massacre de Canudos, quando 25 mil brasileiros acabaram, como que por um engano de informação, sendo massacrados pelo Exército brasileiro.

Fui condecorado hoje, Dia do Exército, com a Ordem do Mérito do Exército. Fiquei pensando como o Exército brasileiro tem uma vocação para a paz. Espero que o Brasil nunca mais repita episódios como o de Canudos e que a peça de Zé Celso signifique o massacre daquele massacre, para que possamos sempre realizar transformações por meios pacíficos no Brasil.

Então, saúdo esse encontro, que, quem sabe, seja o começo de uma revolução cultural no Brasil. O encontro foi como, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, uma chuva de sensibilidade nos olhos da razão, que poderá ser o início de uma formidável e bela revolução democrática, cultural e pacífica para o Brasil.

Eu gostaria de mostrar a todos as fotos publicadas hoje nos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado**

de S. Paulo, com José Celso Martinez, Sílvio Santos, eu próprio, Contardo Calligaris, meu filho Supla, que participou desse encontro e o testemunhou, com as meninas entregando a Sílvio Santos uma das mais belas obras da Literatura Brasileira, em uma edição especial de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha.

Viva o Teatro Oficina!, viva o teatro brasileiro! E longa vida para esse encontro entre José Celso Martinez Corrêa e Sílvio Santos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Paulo Paim, 1º Vice-Presidente desta Casa, que falará por cessão do Senador Heráclito Fortes. Em seguida, para preservar as inscrições, passaremos às comunicações inadiáveis, para as quais estão inscritas as Senadoras Heloísa Helena e Serys Slhessarenko e o Senador João Ribeiro.

Nobre Senador Paulo Paim, V. Exª dispõe da palavra por até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em um primeiro momento, registro que encaminhei à Presidência e à Mesa um voto de pesar pelo falecimento de José Antônio Andrade de Souza. Alguém poderia perguntar: quem é José Antônio Andrade de Souza? É um estadista? É um escritor? É um poeta? Explico quem é José Antônio Andrade no final da minha justificativa.

José era um desempregado, que morreu ontem, dia 18 de abril de 2004. Deixou a mulher grávida e uma filha de 8 anos. Quantos Antônio, Paulos, Josés e Marias estão morrendo, desesperados a cada dia, graças à miséria, ao desemprego e à fome? Seu corpo tombou como uma tocha viva. Este cidadão de 40 anos morreu queimado; estava desempregado e queria trabalhar, ele queria um salário, o coitado! Tombou em frente ao Palácio do Planalto. O incêndio nas suas roupas, na sua carne, parecia uma estrela a pedir socorro, confundia-se com os raios e trovões daquela manhã nublada de terça-feira aqui em Brasília.

Que essas chamadas tão doloridas sirvam para iluminar nossas mentes e mostrar o caminho da humanidade na busca de emprego e do salário sonhados. Terminando dizendo: Não nos deixem só a sonhar, o nosso povo está morrendo.

Estou encaminhando à Mesa o voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Antônio Andrade de Souza.

O Senador Eduardo Suplicy já se referiu ao assunto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Heráclito Fortes, com a

maior satisfação, porque, graças a V. Ex^a, que cedeu o seu espaço neste horário privilegiado, é que este Senador está na tribuna.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a o merece e o tema por si só já justifica minha atitude. Em nome do PFL, quero me associar ao requerimento de pesar que V. Ex^a envia à família enlutada. Peço também seja enviada cópia do expediente à CUT e às entidades representativas da população brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, o Presidente dará o encaminhamento necessário.

Sr. Presidente, volto ao debate sobre o salário mínimo. No final da semana passada, eu, que sempre falo de improviso sobre salário, escrevi alguns argumentos que entendo importantes para o debate.

O debate sobre o salário mínimo é inevitável, pois os últimos dados do IBGE sobre a miséria do nosso povo são alarmantes, preocupantes. Segundo o IBGE e não Paulo Paim, 56 milhões de brasileiros possuem renda que não ultrapassa a R\$78,00, ou seja, um terço da população brasileira ganha um terço do salário mínimo.

Como vemos, esses milhões de brasileiros estão abaixo da linha da miséria absoluta. Por consequência, podemos afirmar que, no mínimo, outros 56 milhões estão na faixa dos que recebem entre um terço e um salário mínimo. Estes números mostram que 112 milhões de brasileiros recebem na faixa de zero a um salário mínimo.

A questão do salário mínimo, que envolve a vida da maioria dos brasileiros, merece um debate respeitoso, sério e solidário. Não podemos ficar no julgamento fácil, desqualificado de quem é bonzinho ou quem é malvado, demagogo, oportunista ou mesmo, como disse uma revista internacional, um Dom Quixote.

Vamos aos números e aos argumentos:

a) Ninguém tem dúvida que o salário mínimo, conforme o próprio IBGE, repercute sobre a vida de aproximadamente 2/3 dos brasileiros;

b) Portanto, com certeza é falsa a afirmação de que o salário mínimo só interessa a 3 milhões de brasileiros, como alguns dizem.

Vejam a diferença: 112 milhões para 3 milhões!

c) O salário mínimo repercute positivamente sobre o piso das categorias, sobre os aposentados e pensionistas, idosos acima de 65 anos, pessoas com deficiência, no mercado informal de trabalho, nos planos de cargos e salários das empresas, sobre os pisos regionais, sobre aqueles que têm carteira de trabalho assinada e também sobre o seguro-desemprego.

d) Fortalece o mercado interno, pois, assim, teremos milhões de pessoas recebendo mais, comprando mais, o que aumentará a demanda. Por consequência, gerará mais empregos;

e) O salário mínimo é inflacionário? Não. É só lembrarmos que ultrapassamos a barreira dos 100 dólares em 1991, em 1995 e em 1998. A inflação não aumentou e o desemprego diminuiu.

Mas alguém me lembra: “Ah, as contas públicas!” Vamos às contas públicas, então! Compete ao Governo definir as prioridades. O combate à fome, à miséria e a busca ao emprego não estão em primeiro lugar? Para mim, estão. Com essa afirmação, indico as fontes de recursos para o aumento do salário mínimo. Os dados do Siafi demonstram que, este ano, há um superávit na seguridade social de 31 bilhões de reais. Alguém poderia dizer: “Ah, mas aí há outros gastos como a saúde, assistência e previdência!” Vou mais além: vamos dizer que, além de saúde, previdência e assistência, vamos destinar aqui 5 bilhões de reais para o combate à pobreza e vamos incluir o pagamento dos servidores públicos. Mesmo assim, Sr. Presidente, há um superávit de cinco bilhões. Se nos lembrarmos que recentemente a Receita Federal publicou dados de que houve um aumento de 15,5%, teremos mais três bilhões. Até aqui, oito bilhões. Para o reajuste que estamos propondo ao salário mínimo não são necessários oito bilhões.

E mais. Se o Governo deslocar o pagamento da contribuição previdenciária que está sobre a folha – já incluída na emenda da Previdência aprovada – para o faturamento, teremos outros bilhões que também serão utilizados para pagar o salário mínimo. Com certeza, se houvesse a cobrança dos devedores da Previdência, arrecadaríamos outros bilhões que sustentariam o salário mínimo. De acordo com o próprio Ministério da Previdência, as dívidas para com o INSS são superiores ao Orçamento anual daquela autarquia.

Vamos à história das pequenas Prefeituras. Para não dizer que não falei das pequenas Prefeituras, pergunto: há na História do Brasil uma única Prefeitura que fechou por culpa do salário mínimo? Ou uma única empresa? Até porque é o aumento do salário mínimo que fortalece a economia nos pequenos centros. Por exemplo, no Nordeste, em mais de 70% – de acordo com dados oficiais – dos Municípios brasileiros, o salário mínimo pago pela Previdência a aposentados e pensionistas é a principal receita na economia do Município. Na maioria deles, os benefícios da Previdência ultrapassam em valor as transferências, inclusive do Fundo de Participação dos Municípios. Vamos combater a fraude, a sonegação, a corrupção. Para cada real

arreCADADO neste País um outro é desviado em forma de fraude, de sonegação, de corrupção.

É bom lembrarmos ainda que, mesmo que ultrapassássemos a barreira dos R\$300,00, o Brasil continuaria sendo o País que tem um dos piores salários mínimos.

Por último, para aqueles que insistem em dizer que todo ano fazemos uma guerra política em relação ao salário mínimo, queremos informar que existe a possibilidade de pôr fim a essa incerteza. Senador Geraldo Mesquita, lembro que está em discussão no Senado um projeto que apresentei há mais de dez anos na Câmara e reapresentei aqui, o PL nº 5, que diz que se o salário mínimo for reajustado somente com a inflação dos últimos 12 meses e acrescentarmos anualmente um aumento real de 20 centavos a hora, que corresponde a 44 reais/mês, teríamos uma política permanente para o salário mínimo. Em dez anos, Sr. Presidente, o salário mínimo atingiria o que manda a Constituição. A pergunta que fica: será que a sociedade brasileira não assimilaria um reajuste real no salário mínimo de 20 centavos a hora? Todos sabemos que, para o combate à violência e para a garantia da inclusão social, o salário mínimo é um dos melhores caminhos. Em pesquisa recentemente publicada, foi comprovado que, quanto mais caem a renda e o emprego, mais cresce a violência.

Antes de dar um aparte ao Senador Eduardo Suplicy, quero concluir com as palavras daquele que deu a sua vida no combate à pobreza e à violência. Refiro-me ao Prêmio Nobel da Paz em 1980, Mahatma Gandhi. Disse Gandhi – as palavras são de Gandhi, não são do Paulo Paim:

Nunca ninguém disse que uma miséria opressora leva a outra coisa que não a degradação moral. Todo ser humano tem direito de viver e, portanto, de encontrar o necessário para a saúde, para alimentar-se, para vestir-se e habitar. Para essa incumbência, tão simples, não precisamos da ajuda da burocracia, do economês, que procura burlar esses encaminhamentos.

Sr. Presidente, com as palavras de Gandhi, dizendo que é possível sim, neste País, ultrapassarmos a barreira dos R\$300,00, concedo a palavra para esse que é lutador no combate à pobreza, o nosso grande Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Ex^a pela incansável batalha para assegurar a todos os trabalhadores brasileiros o seu direito, tal como Mahatma Gandhi expressou tão bem, ele que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1980, dizendo que toda e qualquer pessoa precisa ter o direito de viver com dignidade e receber, sem qualquer burocracia, o necessário para

ter alimentação, vestimenta, assistência educacional, saúde e habitação. Assegurar ao trabalhador esse direito é muito importante. A melhor forma de fazê-lo, o salário mínimo, tem se constituído em um instrumento muito importante. Os economistas, ao estudarem a melhor maneira de assegurar, ao mesmo tempo, o pleno emprego, a remuneração, o direito de todos ao trabalho, consideraram que uma combinação adequada seria renda mínima e salário mínimo. São instrumentos que devem ficar lado a lado. Senador Paulo Paim, se por hipótese aumentássemos o salário mínimo de R\$240,00 para R\$500,00, poderíamos ter como consequência no mercado de trabalho, do ponto de vista das empresas que contratam trabalhadores, um efeito interessante: os que ganham R\$240,00 e que apresentam razoável produtividade – e portanto contribuem para a empresa significativamente – para esses trabalhadores poderia haver folga para a empresa contratá-los, mesmo pagando R\$500,00. Mas, poderia ocorrer que, na medida em que a regra para as empresas contratarem trabalhadores tenha como regra observar os termos em que o valor adicionado seja pelo menos igual ao salário pago, alguns trabalhadores poderiam, eventualmente, ter dificuldades em conseguir trabalho. Então, além dos outros argumentos, seja o das pequenas Prefeituras, ou do valor pago na Previdência e assim por diante, mas só no mercado de trabalho é que poderia ocorrer esse efeito. Considerando esse aspecto, se instituímos a garantia de uma renda para além do salário mínimo, poderemos aumentar a remuneração do trabalhador, mas sempre é importante preservar a existência do salário mínimo com a meta de se chegar à melhoria do seu poder aquisitivo. Só queria cumprimentá-lo, e mais uma vez dizer que V. Ex^a, ao trazer o tema para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, dá uma contribuição muito importante, fazendo com que todos se sintam obrigados a refletir a respeito da melhor decisão, inclusive os Ministros da Economia, do Trabalho e do Planejamento. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a sabe que comungo com o pensamento da elevação do salário mínimo e também da Renda Mínima, que assegurará àqueles que não têm direito a nada o mínimo para que possam sobreviver – não falo nem em dignidade para um País que paga R\$240,00 a quem trabalha, conseqüentemente aquele que não trabalha não receberá, pela projeção que faço, neste século, algo semelhante a isso.

Lembro aqui que apresentei na semana passada um cálculo segundo o qual, considerando o salário de R\$240,00 para o trabalhador, sem falar em aluguel, saúde e lazer, sobram R\$17,00 para a cesta básica, cujo custo não é menor, em hipótese nenhuma, que R\$138,00. Por isso concordo com V. Ex^a com essa combinação.

Também aplaudo V. Ex^a, que, ao referir-se ao salário-família, disse que tem de ser atualizado – isso é importantíssimo –, sem prejuízo de uma elevação digna do salário mínimo. Por isso, estou com uma expectativa positiva, Senador Geraldo Mesquita Júnior – e V. Ex^a me informou que já entregou na Comissão o seu parecer, que garante um salário mínimo de pelo menos R\$300,00 –, porque, no projeto, consideramos a inflação do período mais R\$0,20 a hora. Isso daria hoje em torno de R\$300,00.

Não acredito que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva vá deixar o salário mínimo em R\$256,00 até o momento mencionado pelo Ministério da Fazenda. Creio que irá além e, claro, estou torcendo para que o seu substitutivo seja incorporado ao projeto do Executivo.

Na mesma linha, é bom lembrar, à luz da verdade – por isso aponteí uma série de fontes de recursos –, que estendemos aos aposentados e pensionistas – leia-se do Regime Geral da Previdência – o mesmo percentual concedido ao salário mínimo.

Vou encerrar em 38 segundos, Sr. Presidente.

Encaminho à Mesa, mais uma vez, um pronunciamento defendendo a política de cotas adotada pela Universidade de Brasília (UnB).

Fiquei dentro do tempo para dar exemplo, como membro da Mesa.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: o noticiário sobre a inscrição dos candidatos ao vestibular da Universidade de Brasília, o primeiro a ser realizado numa universidade federal com reserva de vagas para negros, tem dado ênfase quase exclusivamente à fotografia exigida dos candidatos que se autodefinem como negros.

A Reitoria da Unb tem procurado justificar a medida afirmando que a intenção é inibir as pessoas que querem se apresentar indevidamente como negros.

O jornal **O Estado de S. Paulo** veiculou ontem uma reportagem sobre um candidato que, embora reconhecendo que “seus traços nem de longe lembram os da raça negra”, inscreveu-se no vestibular declarando-se negro, “como forma de protesto contra o sistema de cotas”.

O candidato declarou ainda a **O Estado de S. Paulo** que primeiro “pensou em ir com o rosto pintado de preto”. Não o fez porque temeu que sua inscrição fosse indeferida. E mais: caso não tenha sua inscrição homologada, o estudante ameaça ir à justiça.

A idéia de pintar o rosto de preto para disputar uma vaga reservada a candidatos negros lembrou-me uma novela exibida pela rede Globo em 1969, “A cabana do Pai Tomás”.

O personagem principal, embora negro no roteiro, era representado pelo ator Sérgio Cardoso com o rosto pintado de preto. Houve grandes protestos na época. Hoje, felizmente, a realidade é outra, e Taís Araújo é a primeira protagonista negra de uma novela da Globo, o primeiro crédito da novela, que aliás tem tido uma audiência extraordinária para o horário das sete.

O episódio relatado pela reportagem de **O Estado de S. Paulo** só vem fortalecer a iniciativa da Universidade de Brasília, que pretende que o seu programa de inclusão beneficie negros.

No mercado de trabalho, as fotos sempre serviram, sob o pretexto da “boa aparência”, para discriminar negros. Agora, elas servem para fazer discriminação positiva e causam uma celeuma desproporcional.

A Universidade de Brasília aprovou um programa para dez anos, tem o direito de experimentar todas as formas que julgar mais adequadas para que seu programa de inclusão possa ser implementado.

A UnB assumiu um compromisso com a democratização do acesso à Universidade. Isto é novo entre nós. As propostas inovadoras criam polêmicas, é natural.

Outro assunto a que me refiro, diz respeito à necessidade de reajuste do salário mínimo.

O debate sobre o valor do salário mínimo é inevitável, pois os últimos dados do IBGE sobre a miséria do nosso povo são alarmantes, preocupantes. Segundo o IBGE, 56 milhões de brasileiros possuem uma renda que não ultrapassa a R\$78,00, ou seja, um terço do salário mínimo.

Como vemos, esses milhões de brasileiros estão abaixo da linha da miséria absoluta. Por consequência, podemos afirmar que no mínimo outros 56 milhões estão na faixa daqueles que recebem entre um terço a um salário mínimo. Esses números mostram que cerca de 112 milhões de brasileiros recebem até um salário mínimo.

A questão do salário mínimo, que envolve a vida da maioria dos brasileiros, merece um debate respeitoso, sério e solidário. Não podemos ficar no julgamento fácil, desqualificado de quem é bonzinho ou malvado, demagogo, oportunista ou mesmo um Dom Quixote.

Vamos aos números e aos argumentos:

a) Ninguém tem dúvida de que o salário mínimo, conforme o próprio IBGE, repercute sobre a vida de aproximadamente dois terços de brasileiros;

b) Portanto, com certeza é falsa a afirmação de que o salário mínimo só interessa a 3 milhões de brasileiros, como alguns dizem;

c) O salário mínimo repercute positivamente sobre o piso das categorias, sobre os aposentados e pensionistas, idosos acima de 65 anos, as pessoas com deficiência, no

mercado informal de trabalho, nos planos de cargos e salários das empresas, sobre os pisos regionais, sobre aqueles que tem carteira de trabalho e recebem o salário mínimo, no seguro-desemprego;

d) Fortalece o mercado interno, pois assim teremos milhões de pessoas recebendo e comprando mais, o que aumentará a demanda e, por consequência, gerará mais empregos;

e) O salário mínimo é inflacionário? Não. É só lembrarmos que ultrapassamos a barreira dos US\$100.00 no Brasil em 1991, 1995 e 1998. A inflação não aumentou e o desemprego diminuiu;

f) E as contas públicas? Compete ao Governo definir prioridades. O combate à fome, à miséria e a busca do emprego não está em primeiro lugar? Para mim está. Com essa afirmação indico as fontes de recursos para o aumento do salário mínimo. Os dados do Siafi demonstram que este ano há superávit na seguridade social de R\$31 bilhões. Alguém poderia dizer: estão aí incluídos gastos como saúde, assistência e previdência, pagamento dos servidores públicos, mais de R\$4 bilhões para o fundo de pobreza. Tirando tudo que se possa imaginar, o superávit ainda permanece com R\$5 bilhões. A Receita Federal teve este ano o aumento de arrecadação de mais de 15,5%, aproximadamente R\$3 bilhões. Esse valor, somado aos R\$5 bilhões citados já garante o reajuste do salário mínimo;

g) Se o Governo deslocar o pagamento da contribuição previdenciária do empregador da folha de salários para o faturamento, daria para dar um aumento maior ao salário mínimo que estamos propondo e ainda estaríamos gerando mais empregos por meio da desoneração da folha;

h) Com certeza, se houvesse a cobrança dos devedores da previdência, arrecadaríamos outros bilhões que sustentariam o reajuste do salário mínimo e dos aposentados e pensionistas. De acordo com o próprio Ministério da Previdência, as dívidas para com o INSS são superiores a um orçamento anual da autarquia;

i) Para não dizer que não mencionamos as pequenas prefeituras, respondemos que não há na história do Brasil uma única prefeitura que fechou por culpa do salário mínimo, até porque é o aumento do salário mínimo que fortalece a economia dos pequenos centros.

Sabe-se que não apenas no Nordeste, mas em 70% dos municípios brasileiros, o salário mínimo para os aposentados e pensionistas pagos pela Previdência Social é a principal receita da vida e da economia desses municípios. Na maioria deles, os benefícios da Previdência ultrapassam em valor as transferências do Fundo de Participação dos Municípios;

j) Vamos combater a fraude, a sonegação e a corrupção. Para cada real arrecadado neste País, um outro é desviado em forma de fraude, sonegação, corrupção.

É bom lembrarmos que, mesmo que ultrapassássemos a barreira dos R\$300,00, o Brasil continuaria tendo um dos piores salários mínimos do mundo.

Por último, para aqueles que insistem em dizer que todo ano fazemos uma guerra política em relação ao salário mínimo, queremos informar que existe a possibilidade de por fim a essa incerteza e a essa discussão que se repete a cada ano às vésperas do seu reajuste.

Se aprovássemos o PLS nº 5, de nossa autoria, apresentado ao Senado no ano passado e há mais de uma década na Câmara dos Deputados, teríamos uma política permanente para o salário mínimo até que fosse atingido o que manda a Carta Magna. O que menciona o projeto? Em todo dia 1º de maio de cada ano, o salário mínimo será corrigido pela inflação dos últimos 12 meses, acrescido de R\$0,20 a hora, ou seja, R\$44,00.

Será que a sociedade brasileira não assimila o reajuste real para o salário mínimo de R\$0,20 a hora uma vez ao ano? Isso significa os R\$44,00.

Todos sabemos que, para combater a violência e garantir a inclusão social, o salário mínimo é um dos melhores caminhos. Em pesquisa recentemente publicada foi comprovado que, quanto mais a renda e o emprego do brasileiro cai, mais cresce a violência.

Concluimos com as palavras daquele que deu a sua vida no combate à pobreza e à violência, prêmio Nobel da paz em 1980, Mahatma Gandhi: “Nunca ninguém disse que uma miséria opressora leva a outra coisa que não à degradação moral. Todo ser humano tem direito de viver e, portanto, de encontrar o necessário para alimentar-se, vestir-se e habitar. Para esta incumbência, tão simples, não precisamos da ajuda dos economistas e de suas leis.”

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de requerer, como parte do meu pronunciamento, a transcrição das duas referências a artigos que mencionei sobre o encontro de José Celso Martinez Corrêa e Silvio Santos na **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência defere, nos termos do Regimento, a transcrição solicitada pelo nobre Senador Eduardo Suplicy.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLYCY:

ILUSTRADA Empresário e diretor teatral se reuniram para conversar sobre projeto de construção de shopping na área do teatro

Silvio Santos encontra Zé Celso no Oficina

DA REDAÇÃO

Depois de mais de duas décadas de conflitos, o empresário e apresentador de TV Silvio Santos e o diretor José Celso Martinez Corrêa se reuniram ontem, no teatro Oficina, em São Paulo. Eles conversaram sobre projeto de shopping que o Grupo Silvio Santos pretende construir em terreno de sua propriedade em torno do teatro, no bairro do Bexiga.

O encontro foi extraordinário, mágico, é uma coisa que há 25 anos eu sonho", afirmou o diretor, que pela primeira vez se avisou com o empresário.

Na reunião também participaram o senador Eduardo Suplicy, acompanhado de seu filho, o cantor Supla, e o polemista Contardo Calligaris, colunista da *Folha*.

O encontro foi intermediado por Suplicy, que telefonou ao empresário, dono da rede de TV SBT, na última sexta, um dia após a publicação, na *Folha*, de coluna em que Contardo Calligaris propunha em carta aberta a Silvio Santos que ele conversasse com Zé Celso e fizesse uma visita ao teatro. Silvio Santos manifestou a Suplicy o interesse em conhecer o Oficina, e a reunião foi marcada.

O empresário chegou ao teatro desacompanhado, às 17h. Foi recebido por integrantes do grupo teatral, que cantaram músicas do espetáculo *"O Homem 2"*.

Zé Celso contou um pouco da história do grupo e apresentou o teatro a Silvio Santos. Depois en-

caminharam-se para o mezanino do Oficina, onde Zé Celso detalhou seu projeto de construir um anfiteatro para grandes peças populares, espécie de "universidade popular do teatro".

O diretor teatral enfatizou não se opor a iniciativas de desenvolvimento do bairro do Bexiga e disse não ver contradições entre o projeto do Grupo Silvio Santos e a manutenção do Oficina. O grupo de Zé Celso entregou a Silvio Santos um projeto de expansão do teatro que prevê a utilização dos terrenos que o shopping e o centro de diversões ocupariam, numa tentativa de conciliar as duas propostas. O trabalho foi desenvolvido pela arquiteta Cristiane Cortilio. Silvio Santos afirmou que o levaria para sua equipe avaliar a viabilidade do projeto.

"Os Sertões" e água-de-coco

A reunião durou cerca de uma hora. O empresário tomou água-de-coco, recebeu uma edição de *"Os Sertões"*, de Euclides da Cunha, com dedicatória escrita pelo diretor, e deixou a promessa de que voltariam a se encontrar.

Ao final da visita, o grupo Oficina cantou para Silvio Santos samba dos anos 70 da escola carioca Vila Isabel cuja letra diz: "Eu sou o teatro brasileiro/Da vida o espelho verdadeiro". Silvio Santos escutou até o fim e foi acompanhado por aplausos do grupo até sua saída do teatro.

"Se nas suas próximas apresentações vocês cantarem com tanto carinho, terão o maior sucesso", declarou Silvio Santos.

"Ele achava que a disputa era exclusivamente pela preservação do teatro. Foi recebido pelo elenco todo, agradeceu e ficou impressionado", disse Zé Celso.

"Outra dimensão"

No final, o diretor fez uma avaliação positiva do encontro. "O Silvio veio sozinho, sem paranóia, chegou na hora, isso é importantíssimo. Estávamos nos preparando para recebê-lo de corpo aberto, de alma aberta. Fui caminhando com ele e mostrando os buracos que existem no fundo do teatro, e os atores ficaram o tempo todo se concentrando. Estou orgulhosíssimo, os atores conseguiram manter uma atmosfera zen, tântrica", disse ele.

Segundo Zé Celso, foi dito a Silvio Santos que o grupo pretende fazer um "teatro dedicado à cultura brasileira antropofágica, e que já estamos preparados para isso. Ele se surpreendeu. Quis saber quanto custa o projeto. E o convidei para atuar", contou. Para ele, "a partir de hoje, mudou a relação" com Silvio Santos.

"Vi nele uma pessoa de carne e osso e, por trás do homem em que existe só comércio, vi uma outra dimensão, muito contagiante, muito talentosa. Esse encontro pode ser uma revolução na cultura de São Paulo", disse.

Para o senador Suplicy, o encontro foi entre "duas pessoas de genialidade e talento". E considerou o episódio "uma experiência de 'serendipity' [dom de fazer descobertas felizes, por acaso]".

POLÍTICA CULTURAL

O dia em que Silvio Santos visitou o Oficina

Empresário pede para conhecer projeto de núcleo cultural e sela paz com trupe teatral

JOTABÊ MEDEIROS

O empresário e apresentador Silvio Santos foi ao teatro. Chegou às 17 horas dirigindo o próprio carro e foi recebido por um grupo de 40 atores e atrizes, que cantou para ele a *Ave-Maria*. Depois, ele subiu ao balcão e, enquanto o elenco cantava, engatou uma conversa de uma hora e meia com o diretor da trupe, José Celso Martinez Correa.

O teatro que Silvio Santos visitou foi o Oficina, ontem à tarde, no Bexiga. A surpresa de sua visita era bastante justificável: o empresário poderia ser recebido com algo mais do que frieza, já que seu projeto de construção, na área vizinha, de um centro comercial de 55 mil metros quadrados, avaliado em R\$ 75 milhões, criou uma espécie de rivalidade com o diretor Zé Celso e seus bacantes. O encenador tem os próprios planos para a região – a criação de um centro de formação cultural e artística. No encontro, Silvio Santos manifestou inclusive disposição em engajar-se no projeto de Zé Celso.

“Nunca entrei nesse teatro porque achava pequeno”, disse Silvio, espantado com as dimensões do local, projeto da arquiteta

ATORES
CANTARAM
'AVE MARIA'
PARA ELE

Lina Bo Bardi tombado pelo Condephaat.

O encontro foi sugerido pelo próprio Silvio Santos, durante conversa telefônica com o senador Eduardo Suplicy (PT). “Eu liguei para ele para falar sobre o assunto e ele me disse que tinha lido uma carta bonita que tinha mexido com ele”, contou Suplicy. Falaram então sobre marcar o encontro e o senador sugeriu que fosse hoje. “Mas ele disse que ia viajar e que seria bom no domingo”, contou o senador, que também levou o filho Supla ao happening-trégua.

“Foi um milagre o que aconteceu, mas um milagre para o qual eu estava preparado, para o qual eu passei 25 anos me preparando”, disse Zé Celso Martinez Correa, que citou a atriz Vivien Leigh no papel de Blanche Dubois, de *Um Bonde Chama-se Desejo*, para materializar a cena. “Às vezes, Deus se mostra tão prontamente”, disse o diretor, repetindo uma frase dita por Vivien no filme.

“Deus esteve aqui e foi fantástico. Me disseram que ele era um homem que só falava e a gente escutava, mas ele se mostrou um ouvinte paciente e maravilhoso”, elogiou Zé Celso. A antiga desconfiança foi substituída por um diálogo franco. Silvio Santos, que confessou desconhecer o projeto, pediu pa-

ra ver o plano do Oficina para a região e foi objetivo. Quis saber dos custos e salientou que, dos projetos factíveis, “5% é sonho e 95%, execução”.

Zé Celso rebateu dizendo que tem aliados fortes para o projeto, que inclui a revitalização de pontos nevrálgicos do Bexiga, incluindo TBC, Vila Itoiroró e entorno do Oficina. Um dos aliados é a cineasta Monique Gardenberg (de *Benjamin*), que se ofereceu para formatar o plano.

“Sei que dentro de você tem um louco”, disse Zé Celso ao apresentador. Silvio deu uma gargalhada e o diretor emendou: “Você é um ator maravilhoso. Quem me dera eu ter você em uma peça. Se nós nos aliássemos, seria uma coisa assombrosa.”

O grupo Oficina continuava cantando, no que o diretor chama de “uma espécie de concentração mántrica”. E explicou ao empresário que aquilo tudo era um velho sonho de Oswald de Andrade, que também se integrava à estética do próprio Silvio Santos. “Mesmo entre os empresários, há uma rejeição quanto à qualidade dele. Mas a Lina Bo Bardi, num artigo já antigo, dizia que a obra de Silvio trabalhava com a exclusão e deveria ser estudada na USP.”

Ao fim do encontro, crianças que participam dos espetáculos do Oficina deram ao apresentador um exemplar de *Os Serões*, de Euclides da Cunha. Enquanto os atores cantavam o *Samba do Teatro Brasileiro*, de Flávio Rangel, Silvio Santos embarcou no Lincoln e foi embora.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já me inscrevi como Líder da Minoria para falar após a Ordem do Dia, apenas queria dizê-lo publicamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a já está inscrito em segundo lugar, após a Senadora Ana Júlia Carepa, para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 453, DE 2004

Requeremos, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do José Antonio Andrade de Souza.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Espírito Santo

Brasília, 19 de abril de 2004. – **Paulo Paim**, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência prorroga a Hora do Expediente, a fim de ouvir, conforme designação feita pela Liderança do PFL, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem concedo a palavra por cinco minutos, para, em seguida, convocar os Senadores inscritos para Comunicação Inadiável, sendo a primeira oradora a nobre Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o noticiário da imprensa dos últimos dias criou em mim, e acredito que em toda a Casa, uma expectativa muito grande. Chegamos a uma fase em que o Presidente está acossado por todas as forças políticas aliadas no sentido de receber cargos e distribuir diretorias de empresas públicas.

Acho gravíssimo esse procedimento, daí por que o melhor serviço que poderia prestar o Senhor Presi-

dente da República seria dizer que, independentemente de Partidos, ou mesmo com eles, o importante, nesta hora de dificuldades que o Brasil vive, talvez das mais difíceis dos últimos tempos, é prevalecer a competência acima de tudo, porque do contrário Sua Excelência não fará um bom governo em nenhuma hipótese. Não é que ele venha a desprezar o seu Partido – ninguém iria pedir-lhe esse absurdo –, mas que Sua Excelência escolha no seu partido os melhores e nos partidos aliados, também aquelas figuras que possam dar credibilidade ao Governo.

Não creio que seja o melhor caminho oferecer duas diretorias da Petrobras a determinado Partido. A Petrobras é uma das maiores empresas do mundo e não pode estar sujeita a essa divisão fisiológica que a política brasileira há muito tempo pratica e que agora está mais acentuada, porque, não somente no primeiro escalão, mas também no segundo e no terceiro escalões, isso está acontecendo e se verifica em toda parte. Nos Estados, os representantes dos partidos aliados não são os melhores, nem tampouco os do PT. Ninguém nega que no PT e nos partidos aliados haja pessoas de valor. Todos os partidos apresentam membros ilustres. Digo isso como alguém que acredita que seu próprio Partido não quer cargos; ele quer ajudar o Governo naquilo que for certo e combater o Governo naquilo que for errado.

Por isso, muitas vezes, tenho votado com o Governo para ajudá-lo. O Presidente deve estar atento à necessidade de escolher os melhores homens do Brasil, independentemente até de Partido.

A situação é grave demais para se querer lotear o Governo e, se o Presidente teve o respaldo do povo, como nunca nenhum outro teve, não pode abandonar o povo por causa de forças políticas no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados. Ninguém nega que S. Ex^a deve dar atenção a essas forças políticas, mas nunca deve comprometer seu Governo com figuras menores.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Creio que não posso. Mas, se puder, conceder-lhe-ei o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pelo fato de o tempo do orador ser exíguo – apenas cinco minutos –, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a contribuiria com o Senador Antonio Carlos Magalhães se lhe permitisse concluir o pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sei que V. Ex^a está de acordo comigo, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a traz uma reflexão muito significativa. Segundo a imprensa, o Presidente estaria considerando substituir Luís Pinguelli Rosa, pessoa de extraordinário conhecimento e competência e que tem realizado uma administração importante na Eletrobrás. Entretanto, ouvi o comentário: será que ele não dá votos no Senado? Ora, se ele está administrando bem a Petrobras, então tenho a convicção de que os que defendem, aqui no Senado, o interesse público jamais deixariam de votar no Presidente com a continuação de Luiz Pinguelli Rosa na administração. Eu queria apenas reforçar a recomendação que V. Ex^a faz sobre o tema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu diria: Presidente Lula, ouça os seus correligionários, ouça os partidos aliados, mas faça sempre o que for melhor para o Brasil. Não é por pressão ou por ganhar uma votação, na Câmara ou no Senado, que o Governo vai ficar mais forte. Não. O Governo ficará mais forte se ganhar a opinião pública com um trabalho digno, decente, sobretudo na área social, que vive muito abandonada. Se isso for feito, não tenho dúvidas de que o Presidente vai crescer, como também crescerão Câmara e Senado. E ele terá o apoio indispensável de todos os partidos ou de todos os Senadores ou Deputados.

Os que ficarem contra o povo não terão o apoio popular. Daí eu apelar para o Presidente, com toda a energia: Presidente, pense no Brasil e não aceite imposições de quem quer que seja. Não digo que não faça pessoas de partidos políticos. Pode fazer, mas escolha os bons, com folha corrida decente, para que possamos ficar felizes, e, certamente, o Presidente com a sua consciência mais leve em relação ao votos que recebeu dos brasileiros.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Gostaria apenas de fazer uma correção, para colaborar inclusive com o Senador Suplicy e com V. Ex^a. A frase “o Pinguelli é um grande homem público, mas não me traz um voto, nem no Senado nem na Câmara” foi do próprio Presidente Lula – evidentemente que em um momento de desabafo. Peço que isso fique registrado, para que a História tome conhecimento disso e guarde para as análises do futuro. A frase partiu do próprio Presidente Lula.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Segundo li, é verdade a afirmativa do Sena-

dor Heráclito e a crítica, justa, do Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, vou finalizar. V. Ex^a sempre é generoso. Todos aqui estão de acordo com esta idéia, e duvido que neste plenário uma voz se levante contra ela, inclusive o nosso querido Líder do Governo, Aloizio Mercadante: todos nós queremos um Governo competente, independentemente de barganhas ou de forças políticas, que estão a exigir aquilo que o povo não quer, que é a incompetência dominante atualmente, em grande parte, do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É o meu apelo, Sr. Presidente. Tenho certeza de que, se o Presidente não ouvir, V. Ex^a fará com que ele ouça, com a chegada do meu discurso ao Palácio do Planalto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Peço a palavra a V. Ex^a, depois da Ordem do Dia, pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está certo. V. Ex^a fica inscrito para após a Ordem do Dia.

Senador Sérgio Guerra, a Mesa acusa a designação de V. Ex^a. A Presidência concederá à Senadora Heloísa Helena o uso da palavra para uma comunicação inadiável. Em seguida, dará a palavra a V. Ex^a e garantirá aos outros dois inscritos o uso da palavra. Após, iniciaremos a Ordem do Dia.

Tem V. Ex^a a palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já tive a oportunidade de falar hoje – outros oradores também o fizeram –, mas volto ao tema do salário mínimo. A Deputada Luciana Genro e eu apresentamos um projeto de lei referente ao salário mínimo, para cobrar do Presidente da República o cumprimento de sua promessa de campanha.

Fizemos um debate sobre o assunto com várias entidades. Respeito os Senadores que, ao longo de sua história, trabalharam a questão da referência do salário mínimo de cem dólares. Há mais de dois meses, em nossos trabalhos, a referência utilizada foi o compromisso de campanha do Presidente da República de dobrar o poder de compra do salário mínimo.

O ano passado foi um ano perdido para o Presidente da República. Efetivamente, não se estabelece-

ram mecanismos para aumentar o poder de compra do salário mínimo, pois seu ajuste deu-se apenas em relação à recomposição das perdas inflacionárias. Então, é fundamental que estabeleçamos esse aumento do poder de compra.

Todos sabemos que, de fato, existe um cínico memorial de contradições. Muitos dos compromissos assumidos, tanto pelo Partido majoritário do Governo quanto pelas forças que dão sustentação ao Presidente Lula, fazem parte do cínico memorial das contradições. Muitas promessas feitas na época da campanha hoje só são avistadas diante do abismo constituído pela ação do Governo. Mesmo assim, nós, que fomos eleitores do Presidente, sentimo-nos à vontade e com autoridade moral de cobrar da Presidência da República aquilo que foi estabelecido como compromisso de campanha, que é dobrar o poder de compra do salário mínimo.

É evidente que, se tivemos um ano perdido, para garantir que o poder de compra do salário mínimo seja dobrado até o último ano do mandato do Presidente da República, é fundamental que agora, além das perdas inflacionárias, haja um aumento de 26% do salário mínimo, o que o elevaria para R\$330,00. Não há nada de mirabolante em relação a isso. Sei que, no cínico memorial de contradições, os partidos que compõem a Presidência da República tratam a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso como justificativa para não implementar ações sociais. É a tal da herança maldita. Do mesmo jeito, a continuação virtuosa da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso também é usada para agradar aos setores conservadores da sua base de bajulação ou aos mercados.

Apesar de tudo isso, continuamos insistindo: é imprescindível que o Governo Lula cumpra o seu compromisso de campanha de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Para que isso seja feito, é necessário muito mais do que o teto de US\$100. É preciso que haja um reajuste de 26%, além da recomposição das perdas inflacionárias.

Portanto, Sr. Presidente, para que o Presidente da República não esteja, mais um vez, inserido no cínico memorial de contradições que tem sido seu Governo, é importantíssima a aprovação do projeto de lei que aumenta em 26%, além das perdas inflacionárias, o salário mínimo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PMDB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a já fica inscrito em quarto lugar, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao nobre Líder, Senador Sérgio Guerra, para fazer uma comunicação de interesse partidário pelo PSDB, pelo prazo de cinco minutos. Em seguida, a Presidência concederá a palavra à segunda oradora inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retomo as últimas palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, que faz referência à indicação e nomeação de lideranças políticas para cargos no Governo Federal ou nas empresas estatais do Governo Federal.

Para nós, essa situação compõe plenamente o cenário de um País que não se encontrou. Não que partidos não devam participar com indicações do Governo. Mas, evidentemente, a vulgarização desse processo, sem considerar o conteúdo dessas indicações, que deve ser o seu mérito técnico, é uma marca dos últimos meses desse Governo, que promete ser agora aprofundada, quando há uma ampla e provável instabilidade. Não me parece que seja esse o caminho para enfrentar um problema nas ruas, um problema de desemprego, de falta de reforma agrária e de desrespeito a direitos adquiridos.

Várias situações vão se generalizando e criando nas ruas um ambiente de ampla insatisfação refletida nas pesquisas e numa certa e crescente insubordinação civil.

Desconhecer esse fato no País de hoje é fechar os olhos à realidade. Sobre a realidade, que era o tema desta nossa pequena intervenção, eu quero dirigir uma palavra, especialmente aos Senadores da nossa região, do Nordeste brasileiro, e de outras regiões periféricas do Brasil, que necessitam mais do que outras da ação e do investimento público federal.

O caso do Nordeste é revoltante. Um ano e meio de Governo e nenhum tostão. Obras, pequenas, médias e grandes estão paralisadas e as instituições absolutamente desmoralizadas, como a antiga e a nova Sudene. As outras instituições regionais também estão desmistificadas. Se ainda tinham uma certa simbologia, hoje não têm mais nenhuma e não foram substituídas por uma nova realidade, e sim por uma fraude organizacional.

Pessoas que não se consideram, que não se entendem, que não têm competência técnica assumem

funções para não fazerem rigorosamente nada. Dinheiro federal ninguém vê; recursos para o enfrentamento dos problemas decorrentes das últimas chuvas são desconhecidos.

No tempo dos militares, havia enorme proliferação de números fantasiosos que, nos jornais, anunciavam bilhões e bilhões de recursos que iam para o Nordeste e que os nordestinos nunca viram.

Este Governo começa bem! A cada dia anuncia um programa bilionário que não tem conteúdo, forma nem projeto. Darei um exemplo típico: a ferrovia transnordestina. Ao longo dos últimos catorze ou dezesseis meses, o Ministro Ciro Gomes organizou um grupo interministerial para cuidar do assunto.

Sem essa ferrovia, não há integração econômica do interior do Nordeste com as possibilidades de crescimento econômico do litoral, no qual foram feitos, no passado, investimentos. Esse grupo chegou a um modelo que viria refletir a vontade do Governo inteiro. Esse modelo foi aceito pelo Presidente da República, que comunicou publicamente a sua decisão de realizar a construção da ferrovia transnordestina. Esse modelo foi ao Ministério da Fazenda, e não foi autorizado sob o argumento generalizado do superávit primário.

O Fundo Monetário Internacional resolveu – e nós resolvemos também no Brasil – que não se pode fazer ferrovia no Brasil, que não se pode fazer investimento público em áreas de periferia e pobreza – e o Estado precisa fazer esses investimentos, porque na sua falta ninguém irá fazê-lo.

Essa é a realidade, que está muito além desse processo contaminado e prolífero de nomeações e interesses combinados. Está muito por fora de tudo isto: por fora da fantasia do crescimento econômico que o Presidente anunciou; por fora das centenas e dezenas de entrevistas que são dadas todos os dias pelo Presidente do PT, anunciando um novo ciclo de desenvolvimento econômico no Brasil, uma retomada da expansão econômica.

Ora, nenhuma expansão econômica tem conteúdo e sustentação se não for suportada por investimentos na infra-estrutura, na educação e na saúde. Este Governo não investe em nenhuma dessas áreas! Portanto, o anúncio dessa retomada nada mais é do que uma bolha eventual de crescimento e não tem consistência. Na prática, regiões como a nossa estão mais fora do núcleo de poder do que estavam antes deste Governo, intrinsecamente paulista e concentrador, que reflete no Brasil interesses que não são da maioria do povo brasileiro.

Esse é o discurso de sempre do PT; e essa é a situação com a qual nos deparamos hoje sem reação nenhuma concreta. É preciso reagir; é preciso que Lide-

ranças de todos os Partidos que tenham compromisso com a realidade, e não com pequenos interesses, se juntem para promover mudanças que precisam ser feitas, para que o Nordeste e áreas de pobreza do Brasil deixem a situação de sempre, exploradas, sem voz e sem chance de melhorar!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à segunda oradora inscrita, para uma comunicação inadiável, a nobre Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Mato Grosso.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar rapidamente a grande feira de produção que acontece, nestes dias, no nosso Estado de Mato Grosso, no nosso Município de Rondonópolis. Em três dias, o volume total de negócio dessa feira teve um saldo parcial de R\$400 milhões.

Há declarações de que o Agrishow Cerrado já compete com as feiras agropecuárias de Ribeirão Preto, consideradas as mais movimentadas do País. E se nossas estradas, Sr^{as} e Srs. Senadores – digo, agora, como registro, todas as vezes que ocupo a tribuna – estivessem em melhor estado, essa feira teria condições de superar as melhores do País. Portanto, mais uma vez, ressalto a necessidade de deslocarmos recursos da Cide diretamente para os órgãos federais responsáveis pelas estradas federais nos Estados brasileiros, especialmente em meu Estado, Mato Grosso.

Mas ocupo a tribuna na tarde de hoje para tratar de um assunto da mais alta relevância e que se relaciona ao transporte de produção no Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei com surpresa, e por que não dizer, com indignação, a entrevista que o Secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso, uma das altas autoridades do Governo Blairo Maggi, concedeu, no último final de semana, ao jornal **Folha do Estado**, que circula em Cuiabá.

De acordo com o que declara o Secretário, vejam só, “não há sinalização positiva do Governo Federal para a liberação de recursos e a retomada das obras”. Ele se reportava à Ferronorte.

Sr. Presidente, considero lamentável que o Secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso desconheça a história da Ferronorte e se exponha dessa forma com relação ao projeto da ferrovia. Mais que isso, é estranho que esse representante do Governador Blairo Maggi demonstre desconhecimento com relação ao interesse declarado do nosso Governo, do Governo Federal, relativamente à obra da Ferronorte, demonstrado no

ano passado, quando nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve pessoalmente na inauguração do Terminal de Alto Araguaia.

O Presidente Lula não somente percorreu de trem o trecho Alto Taquari/Alto Araguaia, em Mato Grosso, como também assegurou, naquela oportunidade, perante todos nós – e lá estava o Governador Blairo Maggi – que estariam assegurados os recursos para a ferrovia chegar até Rondonópolis e, posteriormente, até Cuiabá.

Pelo que o Presidente Lula declarou naquela oportunidade, parece-me que não se possa concluir, como estranhamente faz o Secretário de Infra-Estrutura do Governo Maggi, que existe falta de interesse do Governo Federal em construir as obras da Ferronorte.

Não aceito isso!

Tão logo tomei conhecimento das declarações estranhas e surpreendentes – e por que não dizer –, irresponsáveis desse representante do Governo de Estado, entrei em contato com autoridades do Ministério da Integração Nacional e com o Presidente do Conselho de Administração da Ferronorte, Sr. Guilherme Narciso de Lacerda. Esses contatos deixaram-me tranqüila quanto ao apoio irrestrito do Ministro Ciro Gomes à liberação de recursos da Sudam, bem como o já anunciado acordo com o BNDES para que esse banco seja o grande parceiro da Ferronorte.

Temos o compromisso do Presidente Lula, temos o compromisso do Ministro Ciro Gomes e de toda a estrutura do Governo Federal de que as obras da Ferronorte serão tocadas, de que os trilhos da ferrovia chegarão, sim, até Rondonópolis e que brevemente estarão chegando também à cidade de Cuiabá.

Sr. Presidente, o Senador José Sarney, ilustre Presidente desta Casa, sabe muito bem, pois foi colega do ex-senador Vicente Vuolo, neste Senado, a história de lutas que cerca essa ferrovia. O Senador José Sarney, inclusive, quando Presidente da República, fez questão de assinar, em Cuiabá, o contrato de concessão da Ferronorte, ao lado do ex-senador Vuolo.

A Ferrovia Senador Vicente Vuolo, que está sendo construída pela Ferronorte, não é uma obra por si só de bitola larga e de dormentes de concreto, ecologicamente mais correta; ela é uma obra de integração nacional, um sonho de mato-grossenses e paulistas, defendida pelo grande brasileiro que foi Euclides da Cunha, já em 1901, em seu livro **Contrastes e Contritos**.

Infelizmente, o meu tempo está se esgotando, mas gostaria de dizer que tenho certeza absoluta, pelo compromisso que vi o Presidente Lula assumir em Mato Grosso, por ocasião da inauguração da Ferronorte, trecho Alto-Taquari/Alto-Araguaia, que esse

projeto da Ferronorte – Ferrovia Vuolo – irá se concretizar com certeza. E não aceitamos que o Secretário de Infra-estrutura do Estado venha dizer que duvida disso, que não acredita e que isso não vai acontecer. A Ferronorte vai chegar sim, e muito em breve – está com os recursos já em condições de serem liberados –, a Rondonópolis e, logo depois, chegará a nossa capital do Estado, a nossa Cuiabá.

Com a certeza de que o compromisso assumido pelo nosso Governo com as condições de trafegabilidade, de escoamento da produção, em especial no maior produtor de soja, no maior produtor de algodão, no detentor do maior rebanho bovino do País, que é o meu Estado de Mato Grosso, teremos, sim, as obras da Ferronorte indo avanti e rapidamente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDT – TO) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador João Ribeiro.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos. (Pausa.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDT – TO) – Senador João Ribeiro, peço a V. Ex^a que aguarde que o Presidente José Sarney assuma a Presidência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, reitero meu pedido de inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, comunico ao Plenário a presença da Sr^a Carol Bellamy, Diretora Executiva da Unicef, que honra o Senado Federal com sua visita.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Peço permissão a V. Ex^a e à Casa para registrar o falecimento, há pouco, no Piauí, da Prefeita de Barra d'Alcântara, a Sr^a Ivonete Guedes, pertencente aos quadros do PSDB.

A Prefeita faleceu aos 48 anos de idade, cumprindo seu segundo mandato. Jovem, dinamizou a administração da cidade. Por isso contou, na sua reeleição, com 83% dos votos válidos de Barra d'Alcântara. Era irmã do atual editor de jornalismo do jornal **O Dia**, Mussoline Guedes, e da jornalista Ana Cristina, que presta serviços, no Estado do Piauí, à minha assessoria política.

Faço este registro com o maior pesar. Tratava-se de uma jovem administradora que foi vítima de um acidente automobilístico.

Solicito de V. Ex^a que determine o encaminhamento de voto de pesar ao seu esposo e a todos os familiares, bem como à Associação dos Prefeitos Municipais do Piauí por esta perda.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PFL – AP)

– V. Ex^a será atendido.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PFL – AP)

– V. Ex^a já está inscrito.

Tem a palavra o Sr. Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive nesse último final de semana, junto com o Governador Marcelo Miranda, em Colinas do Tocantins, com a presença do Prefeito municipal Gilson Pereira da Costa e o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Colinas, a Acicolinas, o laborioso Rui Batista Ferreira, participando da abertura da II Fenecol, um evento multi-setorial que engloba negócios na área da indústria, comércio, serviços e pecuária e que estará ocorrendo até a próxima quarta-feira, dia 21.

Já nessa segunda edição, a feira mostra sua importância para a região Norte do Estado, pois atraiu expositores da capital, Palmas, de Tocantinópolis e de Conceição do Araguaia, e reúne participantes de nada mais, nada menos do que 15 municípios do “nortão” tocaninense.

Dentre muitas das autoridades presentes à inauguração, não posso deixar de destacar a presença da ex-delegada de ensino, a competente assistente social Maria Helena Defavari; dos Vereadores da cidade, capitaneados pelo incansável Presidente Edmilson Gomes de Sousa, nosso querido Vereador Jacá.

Também estiveram presentes à abertura da feira o Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do meu Estado, Emilson Vieira Santos; os Deputados Estaduais Joseli Ângelo Agnolin, Geraldo Vaz, Palmeri Bezerra e Carlos Henrique Gaguim; o Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, José Messias

de Souza; a gerente regional do Banco da Amazônia, Marisa Helena Miranda Maracaípe; e o Presidente do Sindicato Rural de Colinas, Sandoval Lobo Cardoso.

O Município de Colinas do Tocantins vem experimentando um forte desenvolvimento nestes últimos anos, e a realização de evento deste tipo reafirma o progresso econômico da região.

A Acicolinas espera que a feira receba cerca de 30 mil visitantes, no total, e quer ver movimentado algo em torno de R\$10 milhões em negócios, fazendo do acontecimento uma oportunidade ímpar para que empresários que desejam investir na região possam perceber a potencialidade local.

Para os promotores e patrocinadores do evento – Caixa, Sebrae, Basa e Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Tocantins –, a expectativa é grande. Só com a Caixa Econômica Federal, a Associação Comercial e Industrial da cidade assinou um convênio na ordem de R\$5 milhões, o que dará grande impulso aos negócios na região porque a Caixa estará financiando para os microempresários e empresários os recursos para que possam desenvolver suas atividades.

A iniciativa de Colinas do Tocantins é mais um exemplo do espírito empreendedor que pulsa sem cessar na alma tocaninense e que já faz do meu Estado uma força econômica da região norte brasileira.

Sr. Presidente, usando o tempo que me resta, venho hoje a esta tribuna para fazer um registro muito importante: essa feira de negócios, que também está acontecendo na nossa capital, Palmas, ao mesmo tempo – registrei isso na semana passada – e, agora, para nossa alegria, na cidade de Colinas do Tocantins, com enorme participação da nossa população.

Senador Eduardo Siqueira Campos, essa cidade foi berço político de seu pai, nosso ex-governador Siqueira Campos. S. Ex^a saiu como Vereador daquela cidade para ser Deputado Federal e criar o nosso querido Estado do Tocantins. Portanto, ocorre um evento muito importante no meu querido Estado do Tocantins. Deixo isso registrado com muita alegria porque lá estavam presentes todos os políticos, os nossos companheiros e os que vão estar em outros palanques, em uma demonstração de que trabalhamos de forma a desenvolver o Estado, independentemente das correntes políticas.

Portanto, Colinas do Tocantins está de parabéns, assim como meu querido amigo Rui, por realizar esse grande evento, os Vereadores, o Prefeito, enfim, toda a comunidade colinense. Faço esse registro com muita alegria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer o registro que entendo de suma importância para o nosso País acerca da inclusão do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lista das cem pessoas mais influentes no mundo que a revista **Time** lança periodicamente.

Temos a honra de ter o nosso Presidente da República incluído entre as cem pessoas mais influentes exatamente por ser o porta-voz dos países em desenvolvimento. Sua Excelência é a pessoa que tem sido hoje no cenário mundial o porta-voz dos anseios, das reivindicações dos países excluídos dos benefícios da globalização e do desenvolvimento econômico do nosso planeta.

Lula é o único latino-americano incluído entre os cem mais influentes do mundo e é um dos poucos Presidentes da República. Apenas cinco Chefes de Estado foram indicados pela **Time**.

A inclusão do Lula nessa lista deve-se ao trabalho muito firme que o nosso Presidente vem desenvolvendo desde o primeiro dia de mandato na busca de parcerias, no levantamento de problemas relevantes ao cenário internacional. Agora, acompanhamos toda essa busca de modificação nos critérios para o estabelecimento do que pode ser incluído em termos de gastos públicos, de investimento ou não, segundo o que é estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional.

O assunto levantado pelo Presidente Lula acabou tendo, inclusive, apoio de vários outros países em reunião recente realizada em Lima, no Peru, e abriu o debate no Fundo Monetário Internacional, com perspectiva de conseguirmos mudar o critério de investimentos, principalmente em infra-estrutura, tão importante e fundamental para o desenvolvimento dos países emergentes, que têm uma condição diferenciada e que não fazem parte dos industrializados e desenvolvidos. É preciso que tenhamos esse critério alterado. Exatamente a presença, a palavra e a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornaram esse debate possível nesse momento.

Saudamos, como parte desse trabalho que o Presidente vem fazendo no sentido de abrir parcerias e novos campos, a chegada, no dia de hoje, do Vice-Primeiro Ministro da China, esse parceiro comercial que vem assumindo uma prioridade nas relações internacionais com o Brasil. Hoje estamos recebendo o Vice-Primeiro Ministro da China como ato preparatório da viagem que o Presidente Lula fará em maio àque-

le importante País não somente para a discussão do investimento de US\$10 bilhões em infra-estrutura em nosso País, como, principalmente, para a viabilização e agilização da exportação de dois produtos essenciais para a República Popular da China neste momento: o minério de ferro e a soja. Todos sabemos do estrangulamento da infra-estrutura brasileira e da situação das nossas estradas e portos, e a China exatamente tem a possibilidade, o potencial e a perspectiva de investir US\$10 bilhões para viabilizar a infra-estrutura de exportação do minério-de-ferro e da soja.

É importante ainda lembrar que a China já é o nosso terceiro parceiro comercial. Somente no ano passado, tivemos 60% de crescimento em exportações para a China. Portanto, a chegada do importante representante daquele país que vem assumindo cada vez mais essa parceria é algo que corrobora o nome internacional que o Presidente Lula vem desenvolvendo.

Outra questão importante que está nos noticiários deste final de semana e que tem relação com essa liderança internacional é o fato de o acordo Mercosul/União Européia, que se está desenhando cada vez como algo mais sólido e com fortes perspectivas de ser fechado no mês de outubro, vir exatamente para consolidar essa liderança, porque, com as dificuldades criadas pelos Estados Unidos na Alca, ninguém dormiu, ninguém sossegou e foi buscar novas parcerias.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Portanto, a intransigência norte-americana fez com que o Brasil e seus parceiros do Mercosul procurassem a União Européia em busca de tarifas mais baixas e de quotas maiores em benefício de todos os países do Mercosul.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, não é à toa nem é de graça que o Lula está sendo indicado como uma das cem personalidades mais importantes no cenário internacional. Esses fatos que estão ligados aos acordos Mercosul/União Européia e à ampliação da parceria com a China são inequivocamente a confirmação da liderança que Sua Excelência vem desenvolvendo e desempenhando e que tanto honra o nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Eduardo Azeredo, comunico a V. Ex^a que iniciaremos a Ordem do Dia. Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a, porque o Relator comunicou-me que teria uma informação a fazer ao Plenário, o que não prejudicaria o tempo a ser destinado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 454, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata e comunicado ao homenageado voto de aplauso e congratulações pelos 60 anos do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, transcorridos hoje, 19 de abril.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso e congratulações solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 455, DE 2004

Nos termos do inciso I, do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2003.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 456, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao jovem Carlos Matheus Silva Santos, por sua habilidade excepcional para a matemática.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que sela consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao jovem Carlos Matheus Silva Santos, de 19 anos, que obteve o título de mais jovem doutor na história do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), do Rio de Janeiro.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pela excepcional habilidade do jovem Carlos Matheus

nos mais diferentes campos da matemática. O mais jovem doutor do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), do Rio de Janeiro, pleiteia agora uma bolsa de pós-doutorado na Universidade de Paris.

Nesse contexto, se insere a reportagem que o jornal **Folha de S.Paulo** de 17-4-2004, publicou sob o título “Doutor de 19 anos ainda precisa concluir seu curso de graduação”, de autoria do jornalista Alessandro Greco.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2004

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe.

Art. 2º A Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju será uma instituição de ensino médio profissionalizante, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas no setor petroquímico da região.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de ensino de que trata esta lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como a criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento, por iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Parágrafo Único – Para a instalação do estabelecimento de que trata este artigo poderá ser utilizado, ainda, recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, do Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR e do denominado Sistema “S”, destinados às confederações empresariais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Ministério da Educação ao lançar a “Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, em dezembro de 2003, por meio da Secretária de Educação Média e Tecnológica, expressamente acentuou que “a educação profissional e tec-

nológica é parte do processo integral de formação dos trabalhadores, portanto, deve ser compreendida como uma política pública e estratégica”.

No que se refere especificadamente às Escolas Técnicas, é de se reconhecer o papel importante dos cursos oferecidos por essas instituições, na formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra para o mercado de trabalho, este cada vez mais exigente, notadamente em uma área de ponta tecnológica como a indústria petroquímica.

Desta feita, sendo o Estado de Sergipe dotado de relevantes potencialidades no setor petrolífero, com vocação para a formação de um pólo industrial cloroquímico, pois tem o privilégio, talvez inédito no mundo, de, num círculo com trinta quilômetros de raio, possuir jazidas de petróleo, gás natural, calcário, sais sódicos, potássicos e magnésianos, o que, por si só, justifica a existência de um complexo mineral químico e petroquímico, o que, aliás, plenamente justifica a qualificação de um povo trabalhador, quiçá por meio da Escola Técnica do Petróleo que estamos propondo.

Portanto, para que o País, e em particular o Estado de Sergipe, possa melhorar a qualidade da mão-de-obra, é de se reconhecer o papel importante dos cursos oferecidos por essas instituições, na formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Para tanto, o Governo Federal conta com os recursos do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR), que foram dirigidos a todos os estados da Federação e aos municípios por meio das Secretarias de Trabalho, com a participação das Comissões de Emprego que aprovaram projetos públicos, privados e comunitários (associações, organizações não-governamentais), e outros aprovados diretamente pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ademais, há outra fonte de recursos considerável para a educação profissional e tecnológica no País, bem superior aos recursos destinados pelo FAT. São aqueles destinados às confederações empresariais, ao Sistema “S”, que ainda mantém o monopólio da formação profissional no País. Os dados de 1998, quando o Planfor recebeu mais recursos, R\$397 milhões de reais são quase 12 vezes menores em relação aos recursos destinados aos Sistema “S” que alcançaram R\$4.350 bilhões de reais (Qualificação, 2002, p. 17).

Outra fonte de financiamento da educação profissional e tecnológica concentra-se no Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP (Portaria MEC nº 1.005/97), que alicerçou a expansão do ensino técnico público e privado, dispondo de US\$500

milhões (US\$250 milhões do BID, US\$125 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e US\$125 milhões provenientes de recursos orçamentários do Governo Federal). Suas instruções normativas para realização de convênios não contemplaram o financiamento da articulação das ações de educação profissional e tecnológica com as de elevação da escolaridade e da educação básica. Ao contrário, foi previsto apenas o financiamento para infra-estrutura, construção e reforma de prédios, laboratórios, capacitação de profissionais da educação profissional e tecnológica e consultorias.

Portanto, há recursos disponíveis para a criação da Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação profissionalizante e tecnológica visa à expansão, modernização, melhoria de qualidade educacional e a permanente atualização profissional no País. Estes propósitos se consolidam com as metas de ampliação e diversificação da oferta de vagas, da adequação de currículos e cursos, da qualificação, capacitação, profissionalização de trabalhadores, independente do nível de escolaridade, e da formação e habilitação de jovens e adultos, nos níveis básico, técnico e tecnológico.

Apenas para se ter uma idéia da geração de emprego e da qualificação profissional que se poderá possibilitar a centenas de jovens e adultos, os cursos técnicos ofertados pela Escola Técnica Federal do Petróleo de Sergipe, para o fiel cumprimento de sua finalidade, poderão ser nas seguintes áreas:

- Técnico em Petroquímica
- Tecnólogo Químico Mod. Petroquímica
- Técnico em Análises Químicas
- Técnico em Bioquímica
- Técnico em Biotecnologia
- Técnico em Gestão de Processos Industriais
- Técnico em Laboratório
- Técnico em Meio Ambiente
- Técnico em Meio Ambiente – ênfase em controle Ambiental
- Técnico em Meio Ambiente – ênfase em Saneamento Básico
- Técnico em Plásticos
- Técnico em Processos Químicos
- Técnico em Química
- Técnico em Química com ênfase em colorimetria
- Técnico em Química com ênfase em galvanoplastia
- Técnico em tratamento de resíduos industriais
- Técnico laboratorista industrial
- Tecnólogo Ambiental
- Tecnólogo em controle ambiental

Tecnólogo em gestão ambiental
 Tecnólogo em química
 Tecnólogo em saneamento
 Tecnólogo em saneamento básico
 Tecnólogo Químico mod. Análise Química INDL

Por fim, se diz que o presente projeto obedece aos trâmites regimentais pertinentes e integra medida de juridicidade, haja vista que, na conformidade do Parecer nº 527 da CCJ, de 1998, exarado pelo então Senador Josaphat Marinho, adotado pelo Senado Federal, são jurídicos e constitucionais os projetos de lei de natureza autorizativa.

Assim, a criação de uma Escola Técnica Federal do Petróleo irá contribuir para a expansão da oferta da Educação Profissional no Estado de Sergipe, pois sua missão será promover a educação profissional de qualidade por meio da oferta de cursos de nível básico, técnico e tecnológico visando à formação e qualificação de jovens e adultos, ao desenvolvimento social e ao desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe, com enfoque para o setor petrolífero.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – Senador **Antonio Carlos Valadres**, PSB/SE.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP)
 – O Projeto de Lei do Senado que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2004

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para incluir, como competência da Comissão de Assuntos Econômicos, o disposto no inciso XV do art. 52 da Constituição Federal (avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional), introduzido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do inciso VI, com a redação que se segue, renumerando-se os atuais incisos VI e VII:

“Art. 99.

VI – avaliação periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutu-

ra e seus componentes, e do desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

..... (NR)”

Art. 2º O Capítulo IV do Título X do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido da seguinte Seção III-A:

“SEÇÃO III-A

Da atribuição estabelecida no art. 52, XV, da Constituição

Art. 394-A. A avaliação a que se refere o inciso VI do art. 99 deverá atender, ao menos, os seguintes requisitos:

I – realização de, pelo menos, uma avaliação, no período de uma Legislatura, com elaboração de relatório final;

II – solicitação de depoimento de autoridades federais, estaduais, distritais e municipais, nos termos do art. 58, VI, da Constituição Federal, e art. 90, V, deste Regimento Interno;

III – solicitação, aos entes federados, das informações necessárias à mensuração do desempenho de suas administrações tributárias;

IV – apresentação, se for o caso, de proposição com vistas à correção das falhas constatadas;

V – encaminhamento, às autoridades e aos órgãos referidos no art. 396, de relatório final.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O nosso objetivo é tão-somente dar efetividade ao dispositivo constitucional introduzido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, que acrescentou às competências privativas do Senado Federal, relacionadas no art. 52 da Constituição Federal, a de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

O constituinte derivado reforçou, desse modo, a especialização desta Casa da Federação com vistas a zelar pelo equilíbrio das finanças públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao prever, também, o acompanhamento da eficiência da administração tributária desses entes, que não foi objeto de preocupação do constituinte originário.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é o órgão do Senado Federal que detém as atribuições regimentais para tratar dos assuntos atinentes

às finanças públicas, entre os quais se incluem as matérias tributárias. Em razão de o dispositivo introduzido pela EC nº 42, de 2003, especificar nova competência que se inclui no âmbito da CAE tornou-se indispensável a alteração do Regimento Interno do Senado Federal para que sejam disciplinadas as regras necessárias ao cumprimento da norma constitucional.

O projeto prevê, ao menos, uma avaliação, no período de uma legislatura, da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional e do desempenho das administrações tributárias dos entes federados. Nada obsta, portanto, que sejam feitas avaliações mais amígdas, caso seja do interesse dos Senhores Senadores, em especial, dos membros da CAE.

Também propomos que essa avaliação resulte em relatório final que deverá ser encaminhado ao Presidente da República, Governadores e Prefeitos e aos Poderes Legislativos dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

A CAE poderia realizar o previsto no projeto mediante o uso dos instrumentos que a Constituição Federal (art. 58, § 2º) e o Regimento Interno do Senado Federal (art. 90) conferem às comissões parlamentares. Todavia, entendemos que a inovação constitucional, introduzida pela EC nº 42, de 2003, merece tratamento específico a fim de que não reste qualquer dúvida quanto à competência da CAE para solicitar o depoimento de autoridades dos demais entes federados que não a União ou o envio de documentos desses entes.

Em face do exposto, temos a certeza que podemos contar com a compreensão de nossos Pares para a aprovação do projeto que, não temos dúvida, contribuirá para destacar a atuação do Senado Federal, tornando-o mais associado ao federalismo que caracteriza o Estado brasileiro.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – Senador **Ramez Tebet**.

Regimento Interno do Senado Federal

TÍTULO VI Das Comissões

CAPÍTULO VI Da Competência

SEÇÃO I

SEÇÃO II Das Atribuições Específicas

Art. 99. A Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos:

I – aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – direito agrário, planejamento e execução da política agrícola, agricultura, pecuária, organização do ensino agrário, investimentos e financiamentos agropecuários, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, definição da pequena e da média propriedade rural;

III – problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio e propaganda comercial;

IV – tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; orçamento, juntas comerciais, conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública e fiscalização das instituições financeiras;

V – escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União (Const., arts. 49, XIII, e 52, III, **b**), e do presidente e diretores do Banco Central (Const., art. 52, III, **d**);

VI – matérias a que se referem os arts. 389, 393 e 394;

VII – outros assuntos correlatos.

TÍTULO X Das Atribuições Privativas

CAPÍTULO IV Das Atribuições Previstas nos arts. 52 e 155 da Constituição

SEÇÃO I Da autorização para Operações Externas de Natureza financeira

SEÇÃO II

**Das Atribuições Estabelecidas no art. 52,
VI, VII, VIII e IX, da Constituição**

SEÇÃO III

**Das Atribuições Relativas à Competência
Tributária dos Estados e do Distrito Federal**

Art. 394. Ao Senado Federal, no que se refere à competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, compete:

I – fixar alíquotas máximas do imposto sobre transmissão **causa mortis** e doação de quaisquer bens ou direitos (Const., art. 155, § 1º, IV);

II – estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Const., art. 155, § 2º, IV);

III – estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas (Const., art. 155, § 2º, V, **a**);

IV – fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, **b**). Parágrafo Único. As decisões do Senado Federal, quanto ao disposto neste artigo, terão forma de resolução tomada por iniciativa:

I – da Comissão de Assuntos Econômicos, no caso do inciso I do **caput**;

II – do Presidente da República ou de um terço dos membros do Senado, no caso do inciso II do **caput** e aprovação por maioria absoluta de votos;

III – de um terço dos membros do Senado Federal, no caso do inciso III do **caput**, e aprovação por maioria absoluta de votos;

IV – da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, no caso do inciso IV do **caput**, e aprovação por dois terços da composição da Casa.

.....

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV
Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....

SEÇÃO VII

Das Comissões

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º – Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º – Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

.....

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– O Projeto lido será publicado e ficará sobre a mesa por cinco dias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, §1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 45, DE 2004
(Nº 175/04, na origem)

Senhores membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea **f**, da Constituição, combinado como art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 14 de abril 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA**IDENTIFICAÇÃO:**

Nome: Alexandre Silveira de Oliveira

Filiação: Adilson de Oliveira
Maria da Conceição Aparecida Silveira de Oliveira

Naturalidade: Belo Horizonte – MG

Data de Nascimento: 15 de Julho de 1970

Endereço Residencial: Rua Desembargador Custódio Lustosa,
103/402 , Itapoã , BH/MG

Endereço Trabalho: Av. Prudente de Moraes nº 1641, Belo
Horizonte/MG

e-mail: aos@uninet.com.br

DOCUMENTAÇÃO PESSOAL:

MA SP: 573.145 0

REGISTRO: M-3.991.168

CPF Nº de Inscrição: 790.224.996-34

OAB/MG: 65.923

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

- Supervisor Administrativo Serviços de Engenharia de Fundação e Arquitetura
- Técnico em Contabilidade Formação Colégio AEC BH/MG
- Bacharel em Direito Fundação Monsenhor Messias/FADISETE Sete Lagoas/MG
- Consultor Jurídico Direito Público inscrito sob nº 65.923 OAB/MG
- Delegado de Polícia de Carreira ocupando o cargo de Supervisor da área Administrativa do Trânsito, Ciretran e Identificação da 1ª Delegacia Regional de Segurança Pública SESP/MG

- Coordenador Geral 6ª UNIT (Unidade de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes em Minas Gerais 2003/2004

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL



- Coordenador da 6ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes em Minas Gerais.
- Gerência Administrativa e Comercial rede de lojas São Tomé Móveis e Colchões Ltda/Alexandre Móveis.
- Consultoria Técnico Administrativa Construtora AOS Edificações Ltda.
- Supervisão Administrativa de Obras Engenharia Estrutural e Arquitetônica abaixo elencadas:
 - Complexo Bela Vista constituído com 51(cinquenta e uma) unidades estruturais área total de pavimentação estrutura e arquitetura 2.650 m².
Endereço: rua dos Maçaricos nº 158 e 190 e rua das Tangerinas nº 268 e 304, bairro Vila Clóris.
 - Residencial Nápoles e Florença constituído de 14(quatorze) unidades habitacionais já comercializadas.
Endereço: rua Professor Cristão da Cunha nº 108.
bairro Planalto
 - Complexo estrutural Madri constituído de 7(sete) unidades estruturais e arquitetônicas área 360 m².
Endereço: rua Urutaus nº 92, bairro Vila Clóris
 - Residencial Valência constituído de 7(sete) unidades habitacionais já comercializados.
Endereço: rua Urutaus nº 103, bairro Vila Clóris
 - Residencial Mônaco constituído de 7(sete) unidades habitacionais já comercializados.
Endereço: rua Manoel Lopes Coelho nº 524, bairro Itapoã

Complexo estrutural San Marino constituído de unidade pavimentação, estrutura e arquitetura medida área 420 m².

Endereço: rua Gumercindo Couto e Silva nº 442, bairro Itapoã

- Residencial Milão constituído de 6(seis) unidades habitacionais já comercializados.

Endereço: rua Moura Costa nº 17, bairro Planalto.

- Residencial Roma constituído de 6(seis) unidades habitacionais já comercializados.

Endereço: rua Professor Coelho Júnior nº 223, bairro Planalto.

CURSOS, SEMINÁRIOS E EVENTOS:

 Estágio na Projectar Projetos e Construções Engenheiro responsável Rubens Luiz Gonçalves, Engenheiro Civil CREA-MG 61219/D.

- Cursos de Operador de Microcomputador:
IPD/MS-DOS
WINDOWS
WORD
EXCEL
POWERPOINT
INTERNET
Local: Acadepol SESP/MG
- Curso de Língua Inglesa iniciante, intermediário English School Center.
- Curso DETRAN/MG participação na fiscalização de sinalização e na modificação de fluxo de trânsito com a liberação ou não das solicitações em processo.
- Seminário de Direito Público FADISETE/MG 1993.
- Seminário de Direito Administrativo Fundação Monsenhor Messias 1994.
- Simpósio sobre obras de Grande Porte 2000.

- XI Seminário e II Simpósio de Segurança de Obras 1999.
- Simpósio Administração de Obras e Serviços correlatos EUA/Miami 2001.
- Curso CESPE Intervenção e Resgate BH/MG.
- Conferência sobre Revisão Constitucional Escola Advocacia OAB/MG.
- V Seminário Jurídico Direito Público Diretório Acadêmico Magalhães Drumond.
- IV Seminário Jurídico Direito Administrativo e Internacional Diretório Acadêmico Magalhães Drumond.



ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Aviso nº 373 – C. Civil

Brasília, 14 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Serviços de Infra-estrutura.)

MENSAGEM Nº 46, DE 2004
(Nº 176/04, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Hideraldo Luiz Caron para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 14 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Curriculum Vitae

1. Identificação:

1.1 Nome: Hideraldo Luiz Caron

1.2 Data de nascimento: 30/06/1960

1.3 Naturalidade: São Jose do Cedro – SC

1.4 Filiação: Darvilo Caron e Carmen Rizzotto Caron

1.5 Carteira de identidade: 2056496074 SSP RS

1.6 CPF: 323.497.930/87

1.7 Endereço: SAN Qd. 03 Lt. 3º andar Sala 34.29 Brasília – DF CEP. 70040-902

1.8 Local de trabalho: DNIT (61) 315-4320 / 4319 / 4316 / Cel. (61) 9974-5022

1.9 E-mail: hideraldo.caron@dnit.gov.br

2. Formação universitária:

2.1 Graduação: Engenharia Civil

2.2 Cursos de extensão: Graduação em Engenharia Civil UFSM-RS.

3. Atividades profissionais:

- 3.1 - 1983/1984 - **Presidente** do Diretório Acadêmico Centro de Tecnologia da UFSM-RS.
- 3.2 - 1984 - Filiação ao Partido dos Trabalhadores.
- 3.3 - 1986/1987 - **Tesoureiro** do Partido dos Trabalhadores de Santa Maria-RS.
- 3.4 - 1987/1988 - **Assessor Administrativo** da Câmara de Vereadores de Santa Maria-RS.
- 3.5 - 1989 - **Coordenador de Obras** do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre-RS.
- 3.6 - 1990/1992 - **Coordenador** do Centro Administrativo da Restinga da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS.
- 3.7 - 1993/1996 - **Diretor Geral** do Departamento Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura de Porto Alegre-RS.
- 3.8 - 1997/1998 - **Secretário Municipal** do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS.
- 3.9 - 1998 - **Vice Presidente** do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre-RS.
- 4.0 - 1999/2002 - **Diretor Geral** do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens (DAER) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- 5.0 - 2003 - **Coordenador Geral** de Manutenção e Restauração de Rodovias (DNIT) Ministério dos Transportes Governo Federal.



Hideraldo Luiz Caron

Aviso nº 374 – C. Civil

Brasília, 14 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Hideraldo Luiz Caron para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– As matérias vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral
(Bloco/PT – MS)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Relator revisor. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª o adiamento da votação para terça-feira da semana seguinte, porque precisamos trabalhar ainda neste projeto. Estou levantando uma série de dados junto ao Ministério do Planejamento, à

Casa Civil e à Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais.

Peço, Sr. Presidente, que adiemos para terça-feira da próxima semana a votação deste Projeto de Lei de Conversão nº 20.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Como V. Exª não apresentou o seu relatório e como o projeto não poderá ser votado sem ele, atendo a sua solicitação.

Em consequência, a sessão de amanhã será não-deliberativa, uma vez que o Relator pediu que a matéria fosse incluída na sessão da próxima terça-feira.

Assim, ficam sobrestados os demais itens da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(PMDB – RR).

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)**Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos**do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB – GO).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, como Líder do PSDB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PSDB está realizando, em São Paulo, um seminário sobre educação, abordando pontos importantes que precisam da atenção permanente do Poder Público. Aqui, gostaria de lembrar alguns deles.

Atualmente, quase 100 milhões de brasileiros têm menos de 30 anos, portanto, estão na faixa de estudo. Dados mostram que evoluímos bastante. Atualmente 97% das crianças estão na escola. De 1994 a 2002, conseguimos um avanço significativo: das crianças de 7 a 14 anos, apenas 3% não estão hoje em sala de aula.

Na educação infantil, os números também são significativos. Passamos de 4,2 milhões, em 1994, para 4,973 milhões em 2002, um saldo de 21%, fruto, em especial, do avanço do Fundef, que deu melhores condições aos Municípios de assumirem a educação infantil.

No ensino médio, os dados também são significativos. Avançamos de cinco milhões de alunos, em 1994, para 8,8 milhões, em 2002, acréscimo de 78% apenas no período de gestão do meu Partido, o PSDB.

O seminário tem também o objetivo de discutir questões da educação superior, outro ponto que carece de atenção maior, já que está havendo uma demanda muito grande pelo ensino superior, o que, evidentemente, é muito positivo. Entretanto, como não há como atender a todos, esse assunto precisa ser discutido de maneira mais adequada.

É importante lembrar que foi defendido e aprovado nesse seminário do PSDB o aumento, em um ano, do ciclo do ensino fundamental.

Em Minas Gerais, este ano, o aluno ingressa no ensino fundamental aos seis anos, perfazendo um total de nove anos de estudo. Em meu Estado, já são cem mil alunos a mais apenas neste ano. Os alunos começam a alfabetização, o ciclo fundamental mais cedo, aos seis anos.

Sr. Presidente, também relativo à educação, trago aqui um pronunciamento a respeito de alguns dos mais importantes movimentos de renovação do nosso sistema educacional, cujo nascedouro seu deu em meu Estado, Minas Gerais.

Para mim, é motivo de grande júbilo render, desta tribuna, merecida homenagem à Professora Alaíde Lisboa de Oliveira, em seu centésimo aniversário. Uma das mais destacadas luminárias da cultura e da educação brasileiras, Alaíde Lisboa completa, no próximo dia 22, cem anos, esbanjando saúde, lucidez e alegria de viver.

A Professora Alaíde nasceu em Lambari, a bela cidade mineira do Circuito das Águas. Ela, que, na infância, gostava de contemplar a liberdade das águas que jorravam das fontes em sua cidade natal, passou a adolescência em Campanha, Minas Gerais, mudando-se, depois, para o Rio de Janeiro, onde viveu de 1924 a 1934. De lá, transferiu-se para Belo Horizonte, cidade onde vive há 70 anos e que a tem como uma de suas mais queridas filhas.

Foi na capital mineira que Alaíde Lisboa construiu toda sua brilhante carreira, vivenciando a efervescência cultural e compartilhando idéias com alguns dos mais importantes intelectuais e literatos brasileiros. Sua obra, no entanto, transcendeu os limites de Minas Gerais, firmando-se como importante referência para os estudos educacionais realizados em todo o País.

Na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Belo Horizonte, Alaíde Lisboa teve como professora, entre outros grandes mestres da educação mineira, Helena Antipoff, notável educadora vinda da Universidade de Genebra, de onde trouxe, com pioneirismo, a luz da psicologia e da psicanálise para o desenvolvimento das ciências da educação no Brasil.

Sr. Presidente, em 1950, Alaíde Lisboa tornou-se a primeira mulher a exercer cargo político em Minas Gerais, na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Como vereadora, dedicou-se a defender os profissionais do ensino e a propor melhorias no sistema educacional da cidade. Entre suas mais importantes iniciativas, destaca-se a criação da instituição de ensino que deu origem ao famoso Colégio Municipal Marconi, um marco de qualidade na educação do meu Estado.

A atuação de Alaíde Lisboa no desenvolvimento da cultura acadêmica mineira foi também muito significativa. Sua contribuição foi fundamental para a estruturação da área de educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora emérita daquela instituição, Alaíde organizou o mestrado em Educação e foi sua primeira coordenadora, atuando por diversos anos nos cursos de pós-graduação em Medicina. Foi também vice-diretora da Faculdade da Educação e diretora do Colégio de Aplicação por 13 anos. Trata-se, portanto, mais que uma carreira, de uma vida dedicada à pesquisa e ao magistério.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Alaíde Lisboa, imortal ocupante da cadeira nº 6 da Academia Mineira de Letras, publicou mais de 20 livros e inúmeros artigos, entre obras dedicadas ao público infantil, de caráter didático e sobre temas educacionais em geral.

Não obstante a importância dos estudos acadêmicos desenvolvidos pela respeitadíssima catedrática da UFMG, em sua obra se destacam dois singelos livros infantis: **A Bonequinha Preta**, com mais de um milhão de volumes publicados, e **O Bonequinho Doce**. Esses personagens encantadores, que povoam o imaginário de várias gerações de brasileiros, fizeram-nos descobrir, entre muitas outras coisas, o gosto pelos livros, o prazer da leitura. Talvez essa seja a mais importante lição ensinada por Alaíde Lisboa ao longo de sua vida.

Sr. Presidente, não poderia deixar de mencionar o fato de que, dando continuidade à tradição familiar de compromisso com a educação no Estado de Minas Gerais, a professora Maria Lisboa, filha da nossa querida Professora Alaíde, tem construído também carreira digna dos mais insígnios elogios.

Fundadora do meu Partido em Minas Gerais, foi Secretária Municipal de Educação em Belo Horizonte, exerceu também o cargo de Secretária Adjunta de Educação do Estado de Minas Gerais no Governo Hélio Garcia. Na Prefeitura, na Administração Pimenta da Veiga e depois comigo.

Em exemplos edificantes assim, encontramos o combustível necessário para a luta cotidiana contra a desigualdade e pela construção de um País mais fraterno e mais humano.

Obrigado, Professora Alaíde Lisboa, pela sensibilidade com que tratou a educação e por tudo que nos tem proporcionado ao longo de sua belíssima vida.

Carlos Drummond de Andrade já falava, com muita clareza, da importância e da sensibilidade do seu trabalho, especialmente em relação à educação Infantil.

“O que seria do mundo se os homens não sonhassem?”, escreveu certa vez Alaíde Lisboa. Afinal, ela sabe que é das utopias que se extraem as energias para a construção de um mundo melhor. O que seria de nós, brasileiros, sem exemplos de vida, de dedicação e de sabedoria como o da Professora Alaíde Lisboa?

Nossos parabéns a essa grande educadora, que completa os seus cem anos daqui a dois dias, vivenciando a realidade brasileira, os sonhos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, seria possível inverter a ordem?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de relatar o infeliz fato ocorrido com um membro da Secretaria de Turismo do meu Estado, a Santur.

No dia 03 de novembro de 2003, membros da Santur se dirigiram a Buenos Aires para participar de *workshops* realizados em parceria com a Associação Argentina de Operadores de Viagens.

Para tanto, foram organizados materiais como revistas e panfletos em espanhol que seriam distribuídos às agências de turismo argentinas, visando divulgar as belezas do Estado de Santa Catarina e atrair um número maior de turistas ao Estado.

Contudo, no Aeroporto de Ezeiza, todo o material foi apreendido por agente da Administração Nacional de Aduanas. Mesmo após a intervenção da Embaixada do Brasil na Argentina, o material só pôde ser liberado após o pagamento de uma taxa US\$413 no Banco de La Nación Argentina.

Haja vista tratar-se de um país amigo, integrante do Mercosul, não consigo compreender tais procedimentos, já que nem em países da União Européia isso ocorre.

Pedi ao Ministério de Turismo, à Polícia Federal e ao Governo Federal providências, porque foram apreendidos materiais de turismo, levados de Santa Catarina para a Argentina pelos membros da Santur, que foram àquele País a convite da própria Associação Argentina de Operadores de Viagens.

E, depois, ficamos sabendo que eles estavam querendo propina para liberar o material. É lamentável!

Gostaria também de deixar registrado nesta Casa que a empresa Klabin*, que trabalha com papel e celulose em Santa Catarina, teve, por volta das quatro

horas da madrugada do sábado, suas terras invadidas por mais de 500 pessoas do movimento dos sem-terra. As terras da Klabin têm uma área total de 578 hectares, das quais 247 hectares são áreas de preservação ambiental, 230 hectares, de plantação de pinus de 2 anos e 100 hectares, áreas que estão sendo preparadas para o plantio. Invadiram as terras da Klabin, uma empresa que tem 4.337 colaboradores de Santa Catarina e tem 12.763 colaboradores no grupo. A Klabin tem 105 anos e tem o certificado da FSC, que é o procedimento ambiental correto.

É lamentável que os “filhos do Lula”, os “filhos do Presidente”, como costuma dizer dos sem-terra, estão invadindo e desmatando áreas produtivas, plantações de pinus, apenas talvez a fim de dar satisfação e mostrar que com o Governo Federal fazem o que bem entendem. É lamentável que isso ocorra.

Também gostaria de registrar que recebemos da Polícia Federal pedido urgente para a solução do pleito dos policiais federais de Santa Catarina, que buscam a reorganização da carreira de policial rodoviário federal, por meio da edição do art. 4º da Lei nº 9.654, que dispõe sobre o assunto. Os policiais pedem que os percentuais das gratificações da carreira sejam equivalentes ao da Polícia Civil do Distrito Federal, por meio da Medida Provisória nº 172, de 2004. O pedido é de suma importância a fim de garantir que a remuneração atual não sofra alterações e promova o tratamento igualitário entre os policiais rodoviários federais, agentes da Polícia Federal e policiais civis do Distrito Federal, todos mantidos pela União e que sempre receberam tratamento equivalente, assegurado pela Lei nº 8.112, de 1990.

Pedimos em nome dos policiais federais. Que sejam atendidos, e que seus salários possam ser proporcionais ou iguais aos salários dos policiais civis do Distrito Federal. É uma reivindicação justa de pessoas que lutam, que trabalham para manter a ordem nas rodovias federais do Brasil. A esses devemos, sim, o respeito; a esses devemos, como devemos a policiais civis, a gratidão pelo o que estão fazendo em benefício da nossa Nação.

Eu queria dar um aparte ao nobre Senador Mão Santa, mas, antes, Senador – parece-me que o tempo foi reduzido –, quero fazer um registro.

Foi feito um boletim por um Senador ou Senadora da base de apoio ao Governo e distribuído, parece-me, em Santa Catarina. Esse boletim é de uma falta de ética incrível, porque quem é da base governista tem que tratar bem a Oposição para buscar o convencimento de que estão fazendo um bom trabalho. Lamentavelmente, esse boletim ofende, agride e mente, quando diz que determinado Senador repassou pouco mais

de R\$6 milhões de suas verbas para os Municípios, para a região que sofre com a estiagem, com as calamidades provocadas pelo tal ciclone ou furacão – o Governo ainda não decidiu qual fenômeno destelhou casas e prejudicou o Estado de Santa Catarina.

Esse documento é de uma falta de ética incrível, quando acusa o Senador Pavan de não querer repassar parte dos R\$3,250 milhões a que tem direito no Orçamento para a região da estiagem, enquanto eu, aqui na tribuna, cobro do Governo a liberação de recursos. Cobro e continuo cobrando deste Governo insensível com as causas de Santa Catarina. E essa pessoa tem obrigação de levar recursos do seu governo não apenas para o Estado de Santa Catarina, mas para o Brasil inteiro.

Não posso – e essa pessoa deveria saber – repassar essa verba, que é do Ministério do Turismo, para o Ministério de Integração Nacional, porque calamidade é assunto de competência deste último. O Ministério do Turismo não atende calamidade. Apesar de que tudo que está sendo feito por este governo é uma calamidade.

E esquece essa pessoa que a região a que se destinam esses recursos também está em estado de calamidade, pelas enchentes que se avolumam a cada vez que chove. Está havendo prejuízo para Municípios, moradores; as pessoas estão desabrigadas, hospedadas hoje, atendidas pelo Município, em escolas, em postos de saúde ou embaixo de lonas.

No entanto, não houve, por parte dessa pessoa, repasse de seus recursos para atender aos necessitados das enchentes no litoral de Santa Catarina. Tem-se que estudar mais; tem-se que analisar mais. Pessoas da base do Governo têm que saber que as verbas destinadas a cada Ministério já estavam contempladas pelo Governo Federal. E não podemos tirar recursos da área de turismo para atender as calamidades que cabem ao Ministério de Integração Nacional.

Estamos aqui para cobrar do Governo o repasse dos recursos destinados, por meio do Orçamento, às regiões de calamidade. Não podemos dispor dos poucos recursos, das poucas emendas que temos, para suprir determinada região com educação, saúde, infraestrutura, turismo. Não podemos desviar os nossos recursos para sanar as calamidades. Quando o Parlamentar busca uma emenda não o faz prevenindo calamidades. Quem tem que prever calamidades é o Governo do Estado, a União, o Presidente Lula, os Governadores e Ministérios. Nós, Senadores, temos que usar nossas emendas para honrar o que já estudamos, o que já discutimos com a sociedade, os compromissos que assumimos. Lamento profundamente.

Não vou citar o nome da pessoa para não lhe dar direito de resposta. E ela não merece ter direito de resposta. Falta-lhe ética; falta-lhe respeito e falta-lhe sensibilidade. Quem quer apoio do Governo tem que respeitar os Senadores, inclusive os da Oposição. É preciso vir aqui é tratá-los com educação. Estamos cumprindo o nosso papel, a nossa obrigação. Lutamos por nossos Estados.

O Governo não repassa recursos para as regiões de Santa Catarina que sofreram em função da chuva de granizo, em função do ciclone. Não repassa recursos para onde há estiagem, ou para onde há enchente. Mas vangloria-se de ter retirado do Orçamento um valor determinado para atender tal área. É claro que essa pessoa não precisa desse recurso, porque ela é ligada ao Governo e vai tirar recurso tanto quanto for necessário, porque esse Governo só libera recursos para os apadrinhados. Temos provas de que Prefeituras do PT, no ano passado... Mais de R\$20 milhões, apenas em uma liberação para uma Prefeitura do PT, enquanto outras Prefeituras do Brasil estão correndo com o pires na mão, sem dispor de nenhum tipo de recurso.

Lamento profundamente que alguém que busque apoio, aprovação para o seu Governo seja insensível, não tenha ética, não tenha respeito e publique, em um boletim, mentiras que não têm embasamento, seja legislativo, seja orçamentário, porque não se pode repassar verbas, já aprovadas, de um Ministério para outro sem um projeto de lei que ampare esse repasse.

Fica aqui esse meu protesto. Desculpe-me, Senador Mão Santa, não lhe ter passado a palavra, mas o tempo destinado a mim foi apenas de dez minutos. Tenho certeza de que V. Ex^a iria apenas endossar o que estamos falando desse Governo insensível, medíocre. Estão se vangloriando, dizendo que o Lula está entre os cem; está entre os cem em função de ter sido operário, mas não se esqueçam de que Bin Laden também está entre os cem.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à próxima Líder inscrita, Senadora Ana Júlia Carepa. Peço encarecidamente a V. Ex^a, em função dos Líderes e dos demais oradores regularmente inscritos, que faça o seu pronunciamento nos dez minutos regimentais.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que farei um grande

esforço para me manter dentro do meu tempo, até porque escolhi um tema que, com certeza, não é muito simples; é, sim, bastante discutido, apesar dos mais de 500 anos do Brasil.

Hoje, 19 de abril, é Dia do Índio. Nesta data, quero ler um documento dos índios:

Às autoridades públicas brasileiras,

Nós, povos indígenas Macuxi, Yanomami, Wapichana, Wai Wai, Guarani, Xucuru, Xucuru-Kariri, Yawanawá, Apurinã, Tupinambá, Xokleng, Kaingang, Xerente, Ingaricó, Tere-na, Karajá, Xavante, Saterê-Mawé, Tucano, Tapuia, Potiguara, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Kadiweu, Guarani Kaiowá, Aticum, Kinikina-wa, Guato, Kamba, Guana e Tikuna, unidos e presentes no acampamento Terra Livre, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, vimos manifestar às autoridades, ao povo brasileiro e às pessoas de todo o mundo os nossos pensamentos, projetos, sonhos e a nossa luta pela justiça e a defesa dos nossos direitos constitucionais garantidos aos povos indígenas do Brasil.

A terra é a nossa vida, fonte e garantia da sobrevivência física e cultural desta e das futuras gerações. Por isso, é urgente, necessário e legal o cumprimento constitucional da regularização fundiária de todas as terras indígenas no Brasil.

Queremos, nesta manifestação pacífica, afirmar que a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, conforme já demarcada pela Portaria nº 820, de 1998, do Ministério da Justiça, é a forma mais evidente de o Governo brasileiro demonstrar que reconhece seus compromissos com os povos indígenas.

Sabemos que os nossos direitos estão ameaçados por pressão de grupos econômicos e políticos que têm interesse em se apropriar de nossas terras, riquezas e destruir nossas culturas e sociedades e estão organizados de norte a sul do País, ameaçando e violentando nossas comunidades. Esses grupos, além da violência e da mentira, usam da chantagem da barganha política para patrocinar um movimento no Congresso Nacional com o objetivo de mudar os artigos da Constituição que amparam nossos direitos. Se isso vier a acontecer, veremos, no Governo Lula, a abertura de uma porta para o extermínio físico e cultural de todos os povos.

Continuamos sendo tratados com racismo, preconceito e discriminação pelo Estado brasileiro, 500 anos depois da chegada dos primeiros exterminadores. Para muitos, prevalece a máxima “índio bom é índio morto”. Infelizmente, ainda temos que conviver com essa situação, mas a nossa união é um exemplo para todo o povo brasileiro.

Não vou ler todas as reivindicações, mas gostaria de falar sobre isso hoje, até porque a sociedade brasileira tem sido informada muitas vezes não tão bem informada sobre pelo menos um dos conflitos no Município de Rondônia. Recentemente, foram encontrados 29 corpos de garimpeiros assassinados nas terras indígenas. Esse número pode chegar ao absurdo de mais de 40! Condeno o assassinato desses cidadãos e manifesto minha solidariedade às famílias deles.

Contudo, é preciso que entendamos o contexto em que o problema está ocorrendo. Há trinta anos, existiam 5.000 índios cintas-largas; hoje, são 1.300. Precisamos computar o número de mortes de ambos os lados. Queremos pacificar os ânimos. Não podemos condenar apenas os índios como selvagens e esquecer que eles estão sendo mortos aos milhares. Na verdade, eles reagiram. Devem ser presos todos os que praticam assassinatos. Apresento aqui a minha manifestação de repúdio aos assassinatos. Aos assassinatos de garimpeiros e de milhares e milhares de índios. Infelizmente, em nossas escolas, muitos se esquecem de dizer que, há 500 anos, quando se chegou à terra Brasil, os índios já a habitavam.

Alguns críticos dizem que se quer muita área para pouco índio – o que considero um desrespeito à cultura daquele povo, que é diferente da nossa. Entretanto, no meu Estado, há milhares e milhares de hectares para um único dono de terra, fazendeiro ou madeireiro; um único dono de terra para milhares de bois. Não é para seres humanos, é para um cidadão obter muito lucro com esses milhares de hectares de terra.

Neste dia, eu não poderia deixar de falar da situação dos cintas-largas. Não me espanta muito a declaração do Governador do Estado de Rondônia, pois ele é um dos incentivadores dessa ocupação ilegal dos garimpeiros, que exploram os diamantes há anos. É preciso que a sociedade saiba que esses diamantes não podem ser comercializados de forma legal, pois são contrabandeados, ou seja, muitos pobres garimpeiros, infelizmente, estão a serviço de grandes grupos econômicos – esses, sim, lucrando milhões com o contrabando dos diamantes.

É necessário regulamentar o Estatuto do Índio e autorizar a exploração da terra. Aliás, a riqueza que está embaixo da terra tem dono. Na nossa Constituição,

está explícito que os donos são todos os brasileiros e brasileiras. Nossa riqueza mineral localizada embaixo da terra é da União, e precisa ser regulamentada. Particularmente, sou favorável à exploração dos diamantes, mas que os índios, como proprietários da terra, possam fazer essa exploração junto com o Governo, regulamentada pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério da Justiça, com o apoio da Caixa Econômica Federal.

O que não pode acontecer é o absurdo de se tentar fazer uma verdadeira campanha. Precisamos fazer uma campanha contra a xenofobia que existe em relação aos índios em nosso País e lembrar que todos nós, brasileiras e brasileiros, somos filhos dos índios.

Em março, a Superintendência da Polícia Federal em Rondônia realizou a operação denominada Kimberley, capturando duas lideranças indígenas – reconhecemos, sim, que há lideranças indígenas que, infelizmente, passam para o outro lado, são corrompidas e merecem estar presas, um advogado, um contrabandista, um agente da Polícia Federal lotado em São Paulo e o delegado de Cacoal, Iramar Gonçalves da Silva, que vendiam armas de fogo para os índios, os quais estão sob a proteção da Funai, aguardando julgamento. Os demais estão presos no presídio Urso Branco, em Porto Velho.

Os diamantes retirados ilegalmente das terras indígenas não podem ser comercializados, pois tal extração descumpra a lei do certificado de Kimberley, necessário à comercialização de pedras preciosas no exterior. O Brasil assinou um tratado internacional de combate ao contrabando de pedras preciosas. As pedras retiradas do chamado garimpo Roosevelt de forma ilegal são contrabandeadas e comercializadas no mercado negro na Bélgica, em países árabes e nos Estados Unidos.

Por toda essa situação, a exploração dos recursos minerais em terras indígenas, seja pelos índios, na realização dos seus direitos constitucionais de usufruto exclusivo dos recursos naturais, seja por terceiros, no entendimento da assessoria do Ministério da Justiça, precisa de regulamentação.

Eu teria muito mais a dizer ao público que nos assiste, ao público que nos ouve, mas vou concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Hoje, dia 19 de abril, é preciso que o povo brasileiro condene qualquer tipo de assassinato.

Quero, mais uma vez, solidarizar-me com a família desses brasileiros e dizer que há trinta anos, por conta dessa invasão ilegal de garimpo na área indígena, mais de três mil índios foram mortos. Nada justifica o que acontece, mas gostaríamos de lembrar que as mortes dos garimpeiros foram contadas, até então, em dezenas;

as dois índios, em milhares. Foram exterminados 3.700 índios por conta do garimpo ilegal. Nós conhecemos a realidade dos índios. Eu participei de um acordo feito com os índios, quando ocuparam a ferrovia da Vale do Rio Doce. Sabemos como agem os brancos. Eles dividem as lideranças indígenas, corrompem algumas. Aqueles que lutam pelos seus direitos não têm direito a nada; para a outra metade da tribo, a Companhia Vale do Rio Doce faz tudo. Infelizmente há corrupção nos órgãos públicos. Em 2001, lá em Porto Velho foram presos funcionários da Funai e do Ibama que vendiam licença por dez mil, por dezoito mil, para exploração ilegal desses diamantes, que são contrabandeados. Eles não deixam nada para o povo brasileiro. Nem mesmo são cobrados impostos sobre eles.

Vou concluir, atendendo o apelo do gentil Senador, dizendo que o nosso compromisso é no sentido de que não somente sejam homologadas as terras indígenas, mas que se abra um diálogo e se mantenha um projeto de desenvolvimento sustentável da região dos cinta-largas, a fim de que se dê valor àqueles que são os primeiros donos desta terra.

Não esqueçamos isso, porque essa lição tem de ser dada aos nossos filhos, para que absurdos como esses, para que massacres como esses, não continuem ocorrendo. No fundo, esses pobres garimpeiros e esses pobres milhares de índios morreram, infelizmente, por uma causa injusta. Os garimpeiros morreram a serviço de um grupo que contrabandeia e ganha milhões, porque eles acabam ganhando muito pouco nessa atividade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impossível, no Dia do Índio, não deixar o nosso compromisso de fazer uma campanha contra a xenofobia que existe contra os nossos índios, os primeiros e verdadeiros donos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – A Presidência agradece a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa, a contribuição e concede a palavra ao próximo orador inscrito, também observando o critério dos dez minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, para uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora integrando a Bancada da Minoria, eu poderia vir hoje a esta tribuna protestar – sou a favor do Presidente do Brasil – contra a inclusão do nome de Sua Excelência ao lado do líder da Al Qaeda, Osama bin Laden, e seu vice, Abu Musab al Zarqawi.

É uma lista estapafúrdia essa da revista **Time**, que abrange desde bin Laden, Tiger Woods, David Beckham, Arnold Schwarzenegger a Lula.

Certamente Lula não foi incluído por causa do aumento do desemprego no Brasil, pela queda da renda, pelo aumento avassalador da violência, pelo crescimento assustador das invasões no desrespeito flagrante à legislação do País, pela ausência de autoridade, pela consagração da incompetência administrativa. Certamente não foram essas as causas da inclusão de Lula nessa lista, até porque os critérios são, no mínimo, discutíveis.

Não discutirei essa lista da revista **Time** porque é estapafúrdia. Colocar Lula ao lado de Osama bin Laden é uma injustiça com a qual não podemos concordar. Apesar de criticarmos a postura, o comportamento, a ausência de liderança e de autoridade e o despreparo do Presidente da República do Brasil, não podemos concordar com que o coloquem ao lado de Osama bin Laden.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo vive um péssimo momento, envolvido em várias questões cruciais. Começando pelo escândalo em Santo André, passando pelo escândalo Waldomiro Diniz, percorrendo a seara da desordem que se institucionaliza no campo e na cidade, o que vem a agravar ainda mais a crise econômica e social. É evidente que, em dez minutos, não teríamos a competência para sintetizar o drama que vive o País em função desses fatos.

Há uma declaração recente que nos leva a trazer de volta o tema do escândalo de Santo André. João Francisco Daniel declarou ao jornal **Estado de S. Paulo**: “Gilberto me disse que levava dinheiro a Dirceu”. Segundo o irmão de Celso Daniel, o atual assessor de Lula lhe contou que verba de propina ia para o PT”. Isso não é grave? O irmão de Celso Daniel disse que Gilberto Carvalho não falou apenas uma vez, disse em pelo menos duas oportunidades. Os irmãos João Francisco Daniel e Bruno Daniel Filho se declaram “indignados e revoltados” e avisam: não vão cruzar os braços, não vão dar folga à polícia e ao PT enquanto não derrubarem a tese oficial da Secretaria de Segurança – encampada categoricamente pelo Partido –, que empurra o caso para a vala do crime comum. “Meu irmão foi vítima de um crime encomendado”, afirma João Francisco.

Vale registrar este trecho da entrevista:

Eu cobre do Gilberto (...) Ele me disse: Você sabe, eu ficava muito preocupado porque tinha muitas vezes de pegar meu carro, punha em uma mala de dinheiro que era arrecadado em Santo André e levava para São Paulo, lá para o José Dirceu.

Ele repete:

Foi o Gilberto quem disse isso. Eu gostaria de esclarecer aqui que ele não falou isso só em minha casa, ele falou isso uma segunda vez, com testemunha. (...)

E a conclusão não poderia ser outra a não ser a do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, domingo: “Uma coisa é certa: a esta altura, uma CPI sobre o caso tornou-se indispensável”.

Portanto, esta Casa tem o dever de oferecer uma resposta à Nação, esclarecendo os fatos. Não podemos imaginar o Senado se omitindo, conivente, leniente, assistindo passivamente ao desenvolvimento de uma farsa, como conseqüência de um escândalo de proporções gigantescas. Por isso, CPI para o caso de Santo André é o que se exige.

Desse escândalo, vemos à desordem que campeou durante a madrugada desta segunda-feira, em São Paulo:

Por volta da 1h30m, cerca de mil manifestantes do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) entraram em confronto com a tropa de choque da Polícia Militar, durante a invasão de um quartel desativado da Polícia Militar na Avenida do Estado, Parque Dom Pedro, região central da capital.

O MST prossegue onda de invasões em terras produtivas com a difusão da tese de que é legítimo invadir terra produtiva. A fazenda da Klabin em Santa Catarina foi invadida e teve área de mata nativa e plantação de pinus destruídas.

A desordem que campeia é o reflexo de ausência da autoridade do Governo. Quando o Governo não se estabelece com autoridade, o que se estabelece é a desordem, na agressão permanente à lei e à ordem. O Presidente da República tem o dever de restabelecer a ordem, impondo a lei, com o restabelecimento da sua autoridade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedeme V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Álvaro Dias, V. Ex^a, no tema anterior, quando se referia a Santo André, trouxe à baila toda a nossa luta de um ano e meio para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa. Cheguei a ser acusado por Lideranças da base governista de, mesmo tendo as assinaturas há muito tempo, ter esperado um determinado momento para apresentar o requerimento. Na verdade, eu demorei um ano e três meses para

conseguir as vinte e sete assinaturas, tão nevrálgico é o tema do ponto de vista do cuidado que o Governo tem em não vê-lo investigado para valer. V. Ex^a se referiu ao irmão do Prefeito Celso Daniel; eu me refiro, por outro lado, ao editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, que exigiu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mais ainda: as respostas que vieram do Governo são evasivas. Um dos Líderes diz que queremos transformar o Congresso numa delegacia, como se estivéssemos querendo deslindar o assassinato e não a roubalheira. Queremos deslindar a roubalheira, não o assassinato. O assassinato é com a polícia; a roubalheira é também com o Congresso. Um caso evidentemente grave, que significa a morte de seis pessoas em torno dele; um caso que mexe com os nervos deste Governo; e que, agora, tem solicitada a sua investigação pela imprensa em geral, a começar pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, que foi muito incisivo, com várias matérias, repercutindo o que diz o Sr. Daniel, irmão do Prefeito Celso Daniel. Ele deveria ser ouvido por nós, para que pudéssemos de fato testar a veracidade de suas declarações. O fato é que ele não recua: tem dito e repetido essa história de que fulano pegou o dinheiro, entregou para outro, isso tudo mostrando que, quem sabe, esse tal caso Waldomiro não está isolado, mas faz parte de um esquema de arrecadação para fins eleitorais, agora com alguns componentes muito graves, entre as quais a história da morte repentina do garçom. Coitado do garçom, será que ouviu uma conversa e morreu? Se aquele garçom tivesse faltado para namorar, não estaria morto hoje. O garçom, coitado, foi cumprir o dever de empregado, ouviu o que não devia, quem sabe. O fato é que o garçom, um dos assassinos e mais quatro pessoas correlatas a esse escândalo morreram. E ainda dizem que é algo que não deva interessar ao Parlamento Federal, contrariando não somente a nós, que somos tidos como oposicionistas, radicais, mas também ao vetusto e bem reputado jornal **O Estado de S. Paulo**, que entende que está mais do que na hora – e até está atrasada essa hora – de eclodirmos no processo de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso Santo André.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, certamente, não é por abafar a CPI de Santo André, do Waldomiro e outras que o Presidente Lula ocupa esse lugar de honra, ao lado de Bin Laden, nessa lista da revista **Time**. Comecei meu pronunciamento protestando, porque creio que esses fatos, por si sós, não justificam. Afinal, os crimes de lá são bem superiores aos ilícitos praticados por aqui, direta ou indiretamente, por meio da ação ou da omissão, e me-

recem também condenação, não na mesma proporção, dos crimes lá praticados.

Concedo um aparte, se o Sr. Presidente permitir, ao Senador Romeu Tuma, com muita satisfação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Alvaro Dias, gostaria apenas de fazer um apêndice ao que falou o nosso Senador Líder do PSDB. O assassinato, se realmente for a composição de um esquema de arrecadação de dinheiro por meio da fraude no transporte coletivo, está implícito na investigação. Não é caso de polícia. Desculpe-me discordar de V. Ex^a, mas diria, com um pouquinho mais de conhecimento, porque feliz ou infelizmente o meu filho, Romeu Tuma Júnior, é titular de Taboão da Serra, onde um dos envolvidos no assassinato foi resgatado por helicóptero, descendo na cidade de Imbu e foi preso, em investigação comandada pelo então delegado Romeu Tuma Júnior. Então, conheço alguns dados da linha de investigação ali conduzida. Por acaso, ontem, encontrei-me com o Promotor de Santo André, que se colocou a nossa disposição para qualquer esclarecimento no sentido do aprofundamento das investigações que fez, baseado no inquérito até então presidido por meu filho e resgatado de suas mãos para terceiros, que continuaram com o inquérito. Não discuto o mérito de retirar ou não da investigação. Porém, se realmente o processo de fraude pelas empresas de transporte concluiu que o Sr. Celso Daniel pretendia acabar, segundo a própria esposa teria dito ao irmão, com um esquema de corrupção no transporte, o assassinato está embutido nos objetivos do que se tem a apurar. É o que o Ministério Público tem procurado em São Bernardo: por que foi assassinado? Qual a razão e a quem interessava a morte de Celso Daniel?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, muito obrigado pela lúcida intervenção de V. Ex^a. Claro que é caso de polícia e é caso de política. A investigação policial é absolutamente imprescindível, como imprescindível também é a investigação política, porque uma não exclui a outra; ao contrário, uma completa a outra.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a, afirmando que o País vive um momento grave e muito delicado. Concluo com a afirmativa do editorial do jornal **Folha de S.Paulo**:

O País está sendo submetido a uma dose extra de estresse social, de desemprego e de incertezas devido à indecisão do Governo em assumir os anunciados compromissos com o crescimento econômico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder inscrito, Senador Hélio Costa, a quem a Mesa renova o apelo, em prol dos demais Senadores inscritos, para que pronuncie seu discurso em dez minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ter que discordar do meu ilustre e querido amigo Senador Alvaro Dias.

A lista publicada pela revista **Time**, que desta vez, na realidade, levou cinco anos para ser repetida, é uma lista de personalidades influentes do mundo, qualquer que seja sua influência, até mesmo aquelas que exerceram influência maligna e que, lamentavelmente, por suas ações, por sua maneira, por seu comportamento, levaram o mundo a uma catástrofe, ou a uma situação absurda, como a provocada pelo atentado terrorista às Torres Gêmeas em Nova Iorque, ao edifício do Pentágono e, mais recentemente, a um metrô na Espanha.

Essa lista contém, quando publicada, o nome das personalidades que mexem com o mundo inteiro. O Presidente Fernando Henrique esteve nessa lista vários anos. Por quê? Porque era o Presidente de um País importante da América Latina e certamente se destacava entre os líderes presidentes da sua época. O Presidente Lula aparece na lista da revista **Time** como o líder dos países em desenvolvimento. Ele aparece como uma liderança que sai da simples presidência de um sindicato de São Paulo para a Presidência da mais importante Nação da América do Sul e, certamente, um dos mais importantes países do nosso hemisfério.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Hélio Costa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em dois minutos, Senador Alvaro Dias.

Está na lista também o Papa João Paulo II. E por que João Paulo II está nessa lista? Porque o Papa João Paulo II, evidentemente, influencia o mundo inteiro. Consta da lista, como disse o Senador, o ex-ator e hoje Governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger. Mas por quê? Porque a Califórnia é a nona economia do mundo. Quando o Estado da Califórnia é colocado entre os países do mundo por sua economia, a Califórnia sozinha, sem os Estados Unidos, seria a nona mais importante economia do mundo. Arnold Schwarzenegger é o Governador da Califórnia. Tiger Woods, por que está nessa lista? Porque é um jovem negro que consegue entrar num esporte de elite nos Estados Unidos, como é o golfe. Quando se poderia esperar que um jovem negro pudesse ser várias vezes campeão de golfe, que é o esporte dos nobres, das elites, nos Estados Unidos?

Faço essas observações, mas não eram elas, na realidade, sequer o motivo do meu discurso. Mas é importante ressaltar que o Presidente Lula está na lista, ao lado de Nelson Mandela, ao lado do Papa João Paulo II, ao lado de cinco Chefes de Estado, porque, neste momento, neste instante, neste ano conturbado, no mundo inteiro, são essas lideranças que influenciam o mundo, incluindo Bin Laden, lamentavelmente. E é por essa razão.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Hélio Costa, é evidente que é uma questão de preferência. Eu preferia ver outros nomes nessa lista em vez de Osama Bin Laden.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mas ele influenciou o mundo, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – De qualquer maneira, considero a lista ridícula, estapafúrdia, desinteressante, infeliz e sem inspiração. Fiz esse pronunciamento em defesa do Presidente Lula. Não o fiz para, em momento algum, destituí-lo da condição de integrar uma lista, mesmo porque reconheço a importância do Brasil. Como V. Ex^a disse, o Presidente Fernando Henrique Cardoso integrou a mesma lista em outras oportunidades. A importância de nosso País recomenda a presença do Presidente da República. No entanto, continuo com a mesma opinião. Não é porque é da revista **Time** que eu tenha que concordar. Aliás, concordo até mais com a relação que o Pelé apresentou dos melhores atletas de todos os tempos, que foi muito discutida, questionada. Concordo muito mais com a lista de Pelé do que com a lista da revista **Time**.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Entendo perfeitamente a posição de V. Ex^a. Estou apenas lembrando que se trata de uma relação de pessoas que influenciaram o mundo. Não será por qualquer razão que vamos deixar de considerá-la. E não é por tratar-se da revista **Time**. Trata-se de uma relação publicada regularmente mostrando as lideranças mundiais em todos os níveis, inclusive as lideranças políticas. Assim como o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez parte no passado por sua importância como Presidente do Brasil, atualmente o Presidente Lula faz.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Hélio Costa, com sua sinceridade habitual, V. Ex^a acaba de deslindar o mistério. É natural que o País mais importante da América Latina conte com o seu Presidente entre os cem mais importantes líderes mundiais.

Eu que tenho uma concordância de 120%, quando se trata de combater o Governo, com o meu querido amigo Senador Alvaro Dias, desta vez talvez até tenda a concordar com V. Ex^a e não com S. Ex^a, por entender, primeiro, que é natural que o Lula participe da lista dos cem mais. Em segundo lugar, eu não sei sequer se Sua Excelência ficou satisfeito com isso, porque quando Lula viaja por aí, dando dinheiro do BNDES, prometendo mundos e fundos, já que o BNDES serve para socorrer os países latino-americanos, africanos, ou quando foi à Síria e assinou uma declaração com o ditador sírio, fazendo uma declaração solene, contemplando o horizonte, algo como: “Sharon deve retirar-se imediatamente de Golan”, cheguei a pensar que Sua Excelência havia levado para lá as tropas do Regimento Sampaio, para garantir a sua determinação santa. Parecia mesmo um líder mundial de superpotência! Não sei se o Presidente Lula ficou satisfeito, porque a impressão que me dá é que Sua Excelência deve estar se considerando um dos três mais importantes, páreo a páreo com o Bush, conversando com o Blair quando tem tempo. Sua Excelência alardeia um peso específico brasileiro, que não é o peso real. O Brasil é uma potência média; fala como se fosse maior, e isso provoca, a meu ver, um certo desajuste na percepção até mesmo dos investidores sobre o Brasil. Mas vejo como natural que o Presidente Lula participe da lista dos cem maiores líderes. V. Ex^a disse bem: Fernando Henrique fez parte, ele faz parte, o próximo Presidente haverá de, sem dúvida nenhuma, fazer parte, até porque a homenagem não é ao Presidente brasileiro, mas, sim, certamente ao Brasil, que é, embora não mais a maior economia da América Latina, sem dúvida o País latino-americano mais importante. Mas que o Presidente Lula se alerte para o fato de que não foi perseguição da publicação não colocá-lo entre os três primeiros. É porque, de fato, Sua Excelência não está entre os três primeiros, mas, entre os cem, está sim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Certamente, o Presidente não tem a pretensão de estar entre os três primeiros. Senador Arthur Virgílio, fico muito honrado de ver o Presidente entre figuras importantes que, na realidade, hoje, neste momento, influenciam o mundo. Não é necessariamente apenas porque é o Presidente do Brasil, porque, senão, haveria uma plêiade de ex-Presidentes do Brasil. Assim como o Presidente Fernando Henrique entrou nessa relação, o Presidente Lula também entra, porque se destacam, são diferentes, realmente têm uma posição que deve ser notada, diferenciada.

Evidentemente, eu gostaria de citar aqui outros que também estão nessa relação: o Kim Jong Il, Presidente da Coreia do Norte; o próprio George Bush, evidentemente

te; o Kofi Annan; a Condoleezza Rice; o John Abizaid; o ex-Presidente Clinton e a sua esposa; o John Kerry, o próximo candidato do Partido Democrata etc.

Sr. Presidente, ainda aproveito o tempo que me resta porque quero que V. Ex^a dê como lido um discurso que havia preparado para ser lido em vinte minutos, no mínimo, após o expediente, mas, atendendo a solicitação de V. Ex^a, peço que ele seja dado como lido. Ele se refere a uma situação dramática que está sendo vivida por filhos de brasileiros que residem no exterior e estão sem nacionalidade.

Sr. Presidente, tenho dois filhos nascidos no exterior. Antigamente, quando o filho de um brasileiro a serviço do Brasil ou mesmo a serviço no exterior nascia em um país como os Estados Unidos ou qualquer outro da Europa, o pai simplesmente ia ao Consulado brasileiro e registrava a criança. O Consulado tinha poder cartorial, era como um cartório dando uma certidão de idade. A partir daquele momento, a criança era um cidadão brasileiro.

Em 1994, a Constituinte, ao ser realizada a revisão constitucional, deixou de fora uma pequena frase que causou um seriíssimo problema porque, a partir de agora, os filhos de brasileiros residentes no exterior só são considerados cidadãos brasileiros se vierem a residir no Brasil. O caso que surge é exatamente daqueles brasileiros que moram no exterior e estão vivendo em países onde a nacionalidade não é obtida pelo solo, ou seja, há uma diferença entre o **jus sanguinis**, pelo sangue, e o **jus soli**. Os filhos de italianos, por exemplo, são todos italianos e têm direito, inclusive, à cidadania italiana, mas nascer na Itália não faz ninguém italiano. É preciso ter o sangue italiano para ser italiano. O mesmo acontece na França, na Inglaterra e no Japão. Quando o filho de brasileiro nasce em um país desses e não vem ao Brasil, ele fica sem pátria. Ele não tem pátria. Ele não é brasileiro porque o Brasil já não aceita o registro nos Consulados para dizer que, a partir do registro no Consulado, essa criança é brasileira. Ao mesmo tempo, ele vive em um país que não reconhece a sua cidadania porque ele não tem o sangue daquele país, como é o caso específico da Alemanha, da Inglaterra, da França ou da Itália.

Nesse caso, precisamos urgentemente aprovar as inúmeras propostas feitas, tanto na Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que isso seja regulamentado. O que não podemos aceitar é que uma criança filha de brasileiros, nascida no exterior, seja apátrida.

Por essa razão, está aqui o meu discurso, que entra no mínimos detalhes dessa questão e que espero seja divulgado pelo Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com relação à solicitação de V. Ex^a, Senador Hélio Costa, será atendido na forma do Regimento Interno.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR HÉLIO COSTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senhor Presidente, Senhoras Senhores Senadores, Entre as apenas seis emendas constitucionais aprovadas durante o processo revisional de 1994, uma promoveu alteração no art. 12 da Carta Magna, que trata da nacionalidade.

A Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, modificou, entre outros dispositivos, a alínea **c**, do inciso I do referido artigo.

Em sua redação original, a mencionada alínea **c**, estatuiu que eram também considerados brasileiros natos – além dos nascidos no território nacional e dos nascidos no estrangeiro de genitor brasileiro que estivesse a serviço do Brasil – “os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes de alcançar a maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.”

Ao adotar esse parâmetro, o Constituinte de 1988 deu seguimento a uma tradição que remonta a nossa primeira Carta Constitucional, a de 1824.

Com efeito, já aquela Carta previa hipóteses de atribuição da nacionalidade brasileira por critério do **jus sanguinis**, acessoriamente ao critério principal do **jus soli**. Eram reconhecidos como brasileiros não apenas os nascidos em solo pátrio, mas também os filhos de pais brasileiros nascidos no exterior que viessem a estabelecer domicílio no Império.

A primeira Constituição republicana, de 1891, manteve, a esse respeito, o texto da Constituição imperial. A Carta outorgada em sua vez, eliminou a obrigatoriedade da residência no Brasil e introduziu, em seu lugar, a exigência da opção, uma vez alcançada a maioridade, para o indivíduo filho de pai ou mãe brasileiros e nascido no estrangeiro pudesse adquirir a nacionalidade de seus pais. A Constituição de 1937 repetiu praticamente o mesmo texto da predecessora.

A Carta democrática de 1946 reintroduziu a necessidade do estabelecimento de residência no País para aquisição da nacionalidade brasileira, mantendo, outrossim, a exigência da opção. Além disso, estabeleceu o prazo de 4 anos, atingida a maioridade, para

que o filho de brasileiros nascido no exterior pudesse exercer essa opção. As Constituições de 1967 e de 1988 mantiveram, com nuances, tanto a necessidade de residência no Brasil como a da opção.

A Constituição de 1967, contudo, inovou, ao prever uma nova hipótese para que o filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira nascido no exterior pudesse adquirir a nacionalidade de seus progenitores. Trata-se do registro em repartição brasileira competente.

Graças a essa previsão constitucional, bastava que os pais registrassem o filho nos consulados ou embaixadas brasileiras para que a nacionalidade fosse automaticamente outorgada, uma vez que tal registro possui o mesmo valor, a mesma força probante e idêntica eficácia jurídica dos assentos formalizados no Brasil pelos oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais. Atendida essa condição – ou seja, o registro –, ficava dispensada a necessidade de residência no País e de opção pela nacionalidade brasileira.

Evidentemente, a introdução de tal dispositivo significou um grande avanço para os cidadãos brasileiros que residem, mesmo que temporariamente, no exterior, pois a situação jurídica de seus filhos lá nascidos podia ser automática e definitivamente resolvida mediante o simples registro em repartição brasileira competente.

Os Constituintes de 1988, reconhecendo a grande importância do registro consular para os brasileiros residentes no exterior, mantiveram esse dispositivo na Carta Magna.

Senhor Presidente, Senhoras Senhores Senadores, como já vimos, a Constituição de 1988 previa, como alternativa para a obtenção da nacionalidade brasileira pelos filhos de nacionais nascidos no exterior, ao lado do registro em repartição competente, a fixação de residência no País antes da maioridade e, alcançada esta, a opção, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

O oferecimento da Proposta de Emenda, que, aprovada, veio a receber o nº 3, quando da Revisão Constitucional de 1994, tinha por objetivo retirar a limitação temporal à obtenção da nacionalidade, ainda remanescente no texto original da Carta.

O Constituinte de 1988 já havia suprimido o prazo de quatro anos para o exercício da opção, o qual vigorara nos textos de 1946, 1967 e 1969. Nesses textos, reconhecia-se o **status** de brasileiro nato ao nascido no exterior que viesse a residir no País sob condição resolutiva, já que o decurso do prazo, sem que se efetivasse a opção, importava na demissão da condição de brasileiro nato, voltando o indivíduo a ser considerado estrangeiro. Desde 1988, a opção pode ser realizada em qualquer tempo. No entanto, continuava vigendo a

exigência de que o estabelecimento de residência no País ocorresse antes da maioridade.

A supressão dessa limitação temporal foi o objetivo do Constituinte revisor ao aprovar a Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7 de junho de 1994. A partir dela, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, podem nacionalidade de seus genitores desde que venham a residir no Brasil, com qualquer idade, e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

Lamentavelmente, porém, a Emenda aprovada contém um gravíssimo equívoco, pois deixou de contemplar o registro e repartição brasileira competente alternativa para obtenção da nacionalidade, rompendo, dessa forma, com uma tradição constitucional de quase trinta anos, iniciada com a Carta de 1967.

Desde então, é a seguinte a Redação da alínea c do inciso I do artigo 12 da Constituição Federal, **verbis**:

“Art. 12. São brasileiros:

I — natos:

a)

b)

c) os nascidos no estrangeiro, ou de mãe de pai brasileiro brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;”

Tornou-se, assim, impossível a aquisição da nacionalidade pelo filho de pai ou de mãe brasileira como efeito do registro em repartição brasileira competente. Em outras palavras, o registro não mais pode ensejar o reconhecimento da nacionalidade brasileira a tais indivíduos nascidos exterior, já que tal faculdade lhes foi retirada pela atual redação do texto constitucional. Já pela redação de 1988, o registro implicava o reconhecimento do vínculo de nacionalidade, que imediatamente se estabelecia.

A Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, ao suprimir a expressão “desde que sejam registrados em repartição brasileira competente”, extinguiu possibilidade de que o nascimento exterior de um filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, aliado a uma condição formal, qual seja, o respectivo registro do fato em repartição competente, fosse suficiente ao reconhecimento da nacionalidade brasileira.

Ainda que perdesse a obrigação do Ministério das Relações Exteriores, por meio das repartições consulares, de proceder ao civil de tais nascimentos, em obediência ao art. 32 da Lei Registros Públicos e à alínea f da Convenção Viena sobre Relações Consulares (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 61.078,

de 1967), o fato é que desse registro não é mais lícito derivar, como consequência necessária, a atribuição de nacionalidade brasileira originária. Ou seja, embora registro siga sendo devido, nos termos da legislação infraconstitucional, o mesmo não mais tem o condão de estabelecer o vínculo de nacionalidade.

Embora não possa a repartição consular brasileira no exterior negar o registro do filho de brasileiro tal registro não determina a constituição do vínculo de nacionalidade. Esse vínculo permanece sob a dependência de duas condições, quais sejam, a de vir o indivíduo a residir no Brasil e a de realizar a opção pela nacionalidade brasileira. Antes disso, não se lhe pode reconhecer a nacionalidade brasileira, embora ele haja sido registrado.

Senhor Presidente, Senhoras Senhores Senadores, as consequências desse lamentável equívoco têm sido gravíssimas brasileiros que residem no exterior.

Na medida em que o registro na repartição nacionalidade consular não mais confere a nacionalidade aos filhos de brasileiros nascidos no exterior, essas crianças, caso nasçam em países que adotam como critério de nacionalidade o **jus sanguinis**, a exemplo da França, da Alemanha, do Japão e da Grã-Bretanha, tornam-se apátridas.

Sim; pois, nesse caso, o indivíduo não tem direito à nacionalidade do território em nasceu — pois não é filho de nacionais à nacionalidade brasileira, já que, para obter esta última, precisaria regressar ao País, fixar residência e a opção, como exige o texto constitucional.

Pior ainda: mesmo que venha a residir no Brasil, essa criança permanecerá apátrida até completar a maioridade, pois na condição de incapaz, não está legalmente habilitada a exercer os atos da vida civil, não podendo, portanto, efetuar a opção nacionalidade, constitucionalmente exigida.

Os documentos dessas crianças são precários. Seus passaportes brasileiros, cedidos em caráter provisório, contêm um carimbo na página de identificação do titular que traz a seguinte advertência:

“A condição de brasileiro está sujeita à confirmação através de dois atos: residência no Brasil opção pela nacionalidade brasileira perante juiz federal.” Crianças que permanecerem vivendo no exterior perderão o passaporte brasileiro ao completarem 18 anos. Elas só poderão manter o documento mudando-se para cá e fazendo a opção.

Estamos, Senhoras e Senhores Senadores, frente a uma situação realmente extravagante. Caso esse filho de brasileiros tenha nascido em países como os Estados Unidos, que reconhecem como cidadãos todos os nascidos em seu território, pouco importando

a origem de seus pais, ele poderá ter, e com certeza terá, o passaporte desse país. Mas, se tiver nascido em algum país que não lhe concede a nacionalidade porque seus pais não são nacionais, esse jovem perderá, aos 18 anos, o único documento de que dispõe. É a esse constrangimento extremo que os filhos de brasileiros nascidos no exterior estarão sujeitos ao completarem 18 anos, se o erro cometido na revisão constitucional de 1994 não for corrigido.

É de se observar, ainda, que, mesmo antes de completarem a maioridade, essas crianças já sofrem as consequências da apatridia, podendo ver-se privadas do exercício de diversos direitos civis. A esse propósito, é muito ilustrativa a resposta oferecida pelo então Chanceler Luis Felipe Lampreia a uma consulta formulada, em 1995, pela ex-Deputada Federal Sandra Starling, sobre a condição de filhos de brasileiros nascidos no exterior.

Escreveu na ocasião, o nosso Ministro das Relações Exteriores :

“Este Ministério entende que o fato de o registro consular não atribuir nacionalidade originária definitiva ao filho de brasileiro nascido no exterior poderá gerar, no futuro, inconvenientes de diversa natureza ao cidadão. Basta recordar que, permanecendo na condição de optante até tornar-se plenamente capaz (por maioridade ou emancipação) para realizar a opção, o jovem estará inabilitado ao exercício de vários direitos e deveres civis.”

Essa é, Senhor Presidente, a triste realidade. Milhares e milhares de filhos de brasileiros nascidos no exterior estão privados de importantes direitos civis. Pode-se mencionar, a título exemplificativo, que eles não terão o direito do voto antes de optarem pela nacionalidade Brasileira. Na melhor das hipóteses, estarão inabilitados a participação em uma eleição entre os 16 e os 18 anos de idade. Em alguns casos dependendo do mês do nascimento, estarão privados do voto em duas eleições.

Tomando em consideração que o Brasil se converteu, a partir a década de 80 em país de emigrantes, se começa a ter idéia da dimensão do problema representado pelo não reconhecimento da nacionalidade brasileira aos filhos e brasileiros residentes no exterior, mediante o registro nas repartições consulares. Há, atualmente, um expressivo número de cidadãos brasileiros residindo no exterior. Segundo estimativas feitas pelo Itamarati no ano de 1999, com base nos registros consulares e as informações dos serviços de imigração estrangeiros, essa cifra chegaria a cerca de um milhão e quatrocentas mil pessoas.

No que concerne, especificamente, aos registros de filhos de brasileiros procedidos em nossos consula-

dos, a estimativa do Ministério das Relações Exteriores é de que eles são cerca de dez mil a cada ano. Desde 1994, portanto, cem mil meninos e meninas nascidos no exterior, filhos de nacionais, tiveram negada pela pátria brasileira a sua cidadania.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a apatridia é condição rechaçada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 15, item I, pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e pela Convenção Interamericana de Direitos do Homem, instrumentos internacionais aos quais se encontra o Brasil vinculado, em virtude da ratificação de seus textos. A nacionalidade é o vínculo jurídico-político que une o indivíduo ao Estado e o meio por excelência de lhe assegurar direitos e deveres de modo geral.

É de se lembrar, de outra parte, que nenhuma obrigação internacional se superpõe ao direito de jurisdição primária dos estados. Ademais, embora a personalidade jurídica do indivíduo na esfera internacional, sobretudo no campo dos direitos de proteção à pessoa humana, esteja sendo paulatinamente reconhecida, ela ainda é precária. Nos litígios internacionais, não prescinde ainda o indivíduo, no mais das vezes, do instituto da representação diplomática e da assistência consular.

Por tudo isso, é inaceitável continuidade da situação que acabamos de retratar, de existência de cem mil filhos de brasileiros privados da cidadania pátria, em virtude do grave erro cometido quando da revisão constitucional de 1994.

É certo que nem todas essas crianças estão submetidas à ignomínia extrema de serem apátridas, pois muitas delas nasceram em países que concedem a nacionalidade com base no lugar de nascimento, ou seja, adotam o critério *do jus soli*.

Contudo, mesmo nos casos em que a legislação do Estado estrangeiro atribui a respectiva nacionalidade aos nascidos em seu território, estamos frente a uma grave injustiça. Nesses casos, o que temos é absurda situação de um filho de brasileiro — que, nos termos da norma constitucional anterior, seria brasileiro nato, mediante o competente registro — ter de se conformar, queira ou não, a fim de escapar à condição de apátrida, a ser nacional de país estrangeiro, até que possa vir ao Brasil, com ânimo de permanecer e estabelecer residência, somente então, desde que seja legalmente capaz, optar pela nacionalidade de seus pais.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, desde a promulgação da Emenda Constitucional de Revisão nº 3, em 7 de junho de 1994, diversas propostas foram submetidas à consideração das duas Casas do Congresso Nacional visando a sanar descalabro acarretado pela alteração

revisional. Todas elas prevêm o restabelecimento do cânone tradicional de reconhecimento da nacionalidade brasileira aos filhos de nacionais nascidos no exterior registrados competente.

Já em maio de 1996, o Deputado Luiz Mainardi apresentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 382, a qual busca reinstituir os parâmetros vigentes até 1988. Além de resgatar a possibilidade de obtenção da nacionalidade por meio de registro em repartição consular, essa Proposta restabelece o prazo de quatro anos, depois de alcançada a maioridade, para que o indivíduo não registrado efetive a opção, exigida também, nessa hipótese, a fixação de residência no Brasil enquanto ainda menor. Arquivada ao final daquela Legislatura, essa Proposta foi desarquivada na Legislatura passada e apensada à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 13, de 1999, e, posteriormente, à PEC nº 272, de 2000.

No ano de 1997, o ilustre Senador Lúcio Alcântara apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição que tramitou sob o nº 28, mas que não logrou apreciação coletiva na colenda Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido arquivada nos termos do artigo 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em março de 1999, foi a vez de os Deputados Jacques Wagner, Ben-Hur Ferreira e Paulo Delgado submeterem a consideração da egrégia Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1999. Essa proposição é a mais liberal entre todas as que se encontram em tramitação, pois exige apenas a residência no Brasil, a qualquer momento, para a concessão da nacionalidade ao filho de brasileiro nascido no exterior.

Ao suprimir por completo a exigência de opção, essa PEC rompe com uma tradição iniciada pela Carta de 1934, resgatando a condição única e suficiente para a obtenção da nacionalidade constante da Constituição Imperial e da primeira Constituição republicana, ou seja, a fixação de residência no País. A fim de evitar que o indivíduo fique apátrida antes de vir para o Brasil, a PEC nº 13, como todas as demais em tramitação, prevê também a aquisição da Nacionalidade mediante o registro repartição brasileira competente. Como já mencionei, a essa PEC foi apensada a de nº 382, de 1996, sendo ambas, posteriormente, apensadas à de nº 272, de 2000.

No mesmo mês de março de 1999, apenas seis dias após a apresentação da PEC nº 13 na Câmara Federal, Casa, iniciava-se, nº 24, nesta nova tentativa do combativo Senador Lúcio Alcântara para resolver o problema.

De acordo com essa proposição, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, serão considerados brasileiros natos desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir no Brasil e optem, qualquer tempo, depois de atingida maioridade, pela nacionalidade brasileira. Promulgada essa Proposta, ficaria mantida, portanto, a necessidade de opção, atualmente vigentes, ou seja, tanto a fixação de residência quanto a opção podem ocorrer a qualquer momento.

Além de propor essa alteração alínea c do inciso I do artigo 12 da Constituição, a PEC nº 24 de 1999, propõe seja acrescentado artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, buscando resguardar os interesses dos filhos de brasileiros nascidos no exterior desde a promulgação da Emenda Constitucional de Revisão nº 3. Conforme o novo artigo proposto, os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação da nova Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente, ou em ofício de registro, se vierem a residir no Brasil.

Essa PEC, a de nº 24, de 1999, diferentemente das antes mencionadas, logrou considerável progresso em sua tramitação. No mês de junho de 2000, foi aprovada em dois turnos de votação pela quase unanimidade dos Senhores Senadores presentes àquelas sessões, sendo, então, encaminhada à egrégia Câmara dos Deputados para seu elevado reexame da matéria.

Naquela Casa, a iniciativa recebeu o nº 272, de 2000, e foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, sendo designado seu relator o Deputado Bispo Rodrigues. Em setembro de 2001, aquela Comissão permanente da Câmara Federal aprovou, por unanimidade, o parecer do relator pela sua admissibilidade, bem como pela admissibilidade das PECs nºs 382/96 e 13/99, a ela apensadas. Infelizmente, desde então até o final do mês passado, não houve mais avanço na tramitação da matéria.

Devo também mencionar a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2000, de autoria do Senador Artur da Távola, de idêntico teor à recém-mencionada PEC nº 24, de 1999. A PEC nº 9, de 2000, não chegou a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, e acabou arquivada ao final da Legislatura passada.

Senhor Presidente, Senhoras Senhores Senadores, como foram, de fato, numerosas as proposições legislativas apresentadas com o objetivo de solucionar os seriíssimos problemas criados pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, que extinguiu a pos-

sibilidade de obtenção da nacionalidade pelos filhos de brasileiros nascidos no exterior mediante o registro em repartição competente.

Considerada a gravidade das situações geradas, inclusive com a proliferação de casos de apatridia, é de lamentar que, até hoje, nenhuma dessas proposições tenha logrado aprovação final pelo Parlamento.

Por isso mesmo, entendo como muito alvissareira e desejo saudar com júbilo a decisão do ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, materializada em Ato da Presidência assinado no dia 1º do corrente mês, de criar Comissão Especial para cuidar da matéria, visando a agilizar a tramitação da PEC nº 272, de 2000, já aprovada pelo Senado Federal e já contando com parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa pela sua admissibilidade.

Senhor Presidente:

Milhares e milhares de filhos de cidadãos brasileiros nascidos no exterior desde 1994 estão enfrentando situações muito difíceis, para grande sofrimento de seus pais. Muitos deles, já contando vários anos de vida, permanecem ainda apátridas, realidade que ofende preceito da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Portadores de documentos precários, vivem em situação de permanente insegurança jurídica.

O que está aqui em jogo, Senhoras e Senhores Senadores, e uma questão de cidadania. E assegurar os direitos inerentes à cidadania, vale lembrar, tem de ser preocupação absolutamente prioritária de todos aqueles que detêm responsabilidade na condução da coisa pública.

Cem mil meninos e meninas nascidos no exterior, filhos de nacionais, vêm tendo negada a sua cidadania pela pátria brasileira. Isso não pode continuar! Precisamos evitar, especialmente, que se perpetuem as iníquas situações de apatridia que se têm constituído em vista das imperfeições introduzidas no texto constitucional em 1994.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 272, de 2000, originária desta Casa e ora em tramitação na egrégia Câmara dos

Deputados, prevê o registro do nascimento em repartição consular como uma das hipóteses, juntamente com Brasil o retorno ao e a manifestação de vontade, de efetivação da nacionalidade potestativa. Sua aprovação solução representará, por conseguinte, eficaz para evitar o grave problema do surgimento compulsório de apátridas.

Deixo aqui, portanto, este alerta, bem como um apelo aos eminentes Senhores Deputados Federais para que dêem máxima prioridade à célere aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 272, de 2000.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, orador regularmente inscrito.

V. Ex^a, dentro do critério que está sendo solicitada pela Mesa, dispõe de 10 minutos. V. Ex^a é um dos grandes colaboradores desta Presidência, um dos mais disciplinados oradores desta Casa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para pronunciar-me sobre um relevantíssimo tema: a juventude e a violência.

Esse tema entrou nas palavras do Dr. Maurício Dalto Costa, em artigo publicado na Internet, uma das mais precisas articulações. Por isso, escoro-me em suas palavras para fazer esse pronunciamento.

Há alguns anos, a sociedade surpreendeu-se ao descobrir que o crime organizado do Rio de Janeiro, como “olheiros”, dando aviso da aproximação da polícia com rojões ou empinando pipas ou pagaios.

Mais tarde, sabendo que o Comando Vermelho havia constituído grupos de adolescentes na faixa entre os 12 e 17 anos, usando-os como “soldados” nos esquadrões de segurança do tráfego, encarregando-os de tarefas antes confiadas aos adultos, tais como a proteção das bocas de fumo, dos pontos de vendas de cocaína, barreiras em ruas e avenidas, patrulhamento das áreas das favelas e o “justiçamento” de delatores e de inimigos e até confrontos diretos com polícias, a surpresa tornou-se uma revolta.

Acirraram-se as discussões sobre a questão da violência juvenil e as possíveis soluções para a mesma, mas essas enveredaram pelo caminho da simplificação inócua: penas mais duras e redução da idade penal. Obviamente, este não é o caminho.

De fato, em uma sociedade em que meninos de oito anos empenham cargos de vigia ou “avião” dos esquemas de tráfico nas favelas e em morros dominados pelos criminosos, recebendo gratificações que chegam a superar os salários mensais de seus pais, o caminho natural dessas crianças é, ao tornarem-se adolescentes, subirem na escala hierárquica do crime, galgando cargos e encargos mais importantes na mesma.

As quadrilhas são, obviamente, parte integrante e preponderante da vida dessas comunidades pobres da periferia, esquecidas pelos poderes públicos, tendo como única presença efetiva dos mesmos naquelas áreas apenas a polícia, com toda carga negativa que esta muitas vezes historicamente representa para essas classes menos favorecidas.

O poder público, em tais regiões, parece isentar-se de seu dever como agente cooptador de recursos, de programas sociais, obras de infra-estrutura, dentre outras, deixando brechas sociais que são aproveitadas pelas organizações criminosas para atuarem nessas comunidades como benfeitores, suprimindo uma responsabilidade do Estado. Nestas, graças à astuta e calculada atitude adotada pelos dirigentes, o jovem favelado encontra dinheiro, fraternidade, respeito e ascensão social no ambiente onde vive, tornando-se “alguém” na sociedade local, embora para a sociedade em geral passe a ser um marginal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crença de que o controle do crime organizado sobre as comunidades onde se instala é baseada apenas na pressão e intimidação que exerce com o seu poder armado é fácil e cômoda, mas não é verdadeira.

Embora realmente conte com um grande “poder de fogo”, constituído por armamentos modernos e de alta qualidade, dificilmente superado ou até mesmo igualado pelas organizações policiais e de uma tropa paramilitar considerável – estima-se que no Rio de Janeiro, onde finalmente se admite a existência de um “governo paralelo”, que apenas o Comando Vermelho possua 12.500 homens com armas, defendendo seus mais de dois mil pontos de venda – o crime organizado arrima-se em outros dois elementos tão ou mais importantes que a força armada, para determinar a supremacia criminosa.

O primeiro, o poder corruptor, cuja força e atividades são conhecidas há séculos, agindo sempre como um “quinta coluna” dentre as hostes do combate ao crime, e que põe em xeque todo o aparato político-policial-judicial do Estado e a própria sociedade, agindo de maneira silenciosa e subterrânea, criando áreas de impunidade e invulnerabilidade.

Deve-se entender como corrupção não apenas o suborno em espécie, a propina que o traficante distribui a alguns políticos, policiais ou juízes para facilitar sua liberação ou dos seus comparsas, mas também o favor que é feito ao morador do bairro, a praça de esportes doada à associação do bairro, as festas e bailes, a ajuda para comprar o gás, a cesta básica ou o caixão. Esta corrupção social apresenta-se, realmente, como o pior tipo de corrupção, pois, enquanto na outra se compra e corrompe apenas o indivíduo, afasta-se o escrúpulo e a honestidade pessoal, nesta se corrompe e se compra a própria sociedade com a propina do benefício à comunidade, que assim é levada a compactuar com a organização criminosa e a aceitar seus chefes e membros como benfeitores e cidadãos exemplares. Torna-se praticamente cúmplice dos criminosos.

O segundo trata do componente social, esquecido quase sempre nas ruas, sobremaneira importante para a composição e de proteção da comunidade ao bandido. As quadrilhas nascem no seio dessas comunidades, e “soldado”, o “olheiro”, o “gerente da boca”, até o próprio chefe do tráfico na área, são filhos, irmãos, namorados, maridos ou tem qualquer outro grau de parentesco com alguém da favela e amigos também, geralmente têm sido criados na mesma, e sendo modelo de inspiração para os mais novos.

Ora, a ascensão social através do mundo do crime é o caminho, aparentemente fácil e certo que se apresenta para o jovem favelado, socialmente excluído para a sociedade de consumo, do chamado “mundo do asfalto” e os chefes das organizações, reconhecendo o valor deste sangue jovem procura incentivá-los e iludi-los, com a demonstração do status de que desfrutam na comunidade, o poder que exercem de maneira absoluta, determinando a vida e a morte e, principalmente, o usufruto das benesses do consumo capitalistas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, eu gostaria de participar deste tema.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, traz V. Ex^a um tema da atualidade, mas quero dar uma colaboração. Entendo, Senador Arthur Virgílio, que isso tudo é falta de Governo. E não sou eu, não. O teórico hoje mais aceito no mundo soube entender política, é Norberto Bobbio, que faleceu recentemente. Foi reconhecido que ele era um dos Parlamentares vitalício do Senado italiano. Ele disse claramente, Senador Arthur Virgílio, no seu último livro, Teoria Geral de Política, que o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança – segurança à vida, segurança à liberdade e segurança à propriedade. Este Governo não está garantindo nada, nem segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Há poucos instantes, vimos o Senador Leonel Pavan denunciar o direito de propriedade de uns empresários idôneos, que deveriam ser homenageados, ser atingido em Santa Catarina. Trata-se dos irmãos Klabin. Nós os conhecemos no Piauí, onde eles têm investimentos, uma fábrica Vegetex, que extraía a pilocarpina do jaborandi e fazia o medicamento que dilata a pupila e trata do glaucoma. Eles também desbravaram a carcinocultura no litoral piauiense. São empresários desse porte que não têm também proteção. E o Presidente da República está nessa lista dos cem. Garanto que ele ganhou também entre os dez piores Presidentes da história do mundo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo o aparte ao Senador Tuma, quem mais entende de segurança no Senado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu não entendo, não, e estou desaprendendo com o que vejo ocorrer, Senador. V. Ex^a traz um tema que é praticamente um Raio X médico, se assim posso dizer, diante do aparte do Senador Mão Santa, do que ocorre com a nossa juventude. É claro que o que está ocorrendo no Rio de Janeiro é um pólo irradiador para os outros Estados. Que os outros Governadores não se acomodem, porque a situação é grave. Com o crescimento do tráfico de drogas, com a fragmentação violenta do varejo e com a disputa dos pontos de venda de drogas, cresceu uma guerra. Como dizia o Prefeito Cesar Maia, os traficantes não estão utilizando armas pesadas para matar alguém na rua, mas para utilizar numa guerra civil, a fim de decidir quem vai tomar conta do ponto. Utilizaram crianças durante um grande período, pela inimizabilidade que têm. Hoje essas crianças crescem no meio do tráfico e aprendem. São pombos-correios, entregam drogas e avisam aos traficantes quando a polícia entra no morro. Futuramente, tranquilamente substituirão os chefes, porque isso é automático. Quando houve repressão dos grupos subversivos, eles foram presos nas mesmas cadeias dos criminosos comuns, ensinaram a estratégia de trabalho de substituição de chefe e uma série de outras coisas. Em São Paulo, fizeram um presídio especial chamado Romão Gomes, mas, no Rio de Janeiro, houve esse trabalho. Ao longo dos anos, esse aprendizado trouxe uma estratégia muito forte ao crime organizado. Lidam com varejo, mas com grande quantidade. Muitos compram drogas no morro. Como V. Ex^a diz, a boca de fumo é disputada a tiro, porque o retorno econômico-financeiro é grande. É claro que o bandido não tem uma estrutura como a máfia ou um cartel, que se utilizam do lucro para aproveitar os prazeres da vida. O traficante sabe que não vai viver até 24 ou 25 anos e, então, gasta quase que imediatamente o lucro. Ele faz pelo prazer de ter aquele dinheiro, para conquistar uma menina do morro, para ter um carro de luxo, para qualquer coisa assim. Essa juventude tem de ser afastada desses grupos de traficantes. Houve uma tolerância exagerada. Vamos dizer que houve uma tolerância estratégica, como disse o Ministro, que me assustou, em alguns comportamentos de ferir a legislação. O Senador Líder do PSDB sabe do que falo. A tolerância exagerada em não se cumprir a lei traz a desobediência civil – V. Ex^a foi Governador e sabe disso. Tendo crescido o enfrentamento e tendo sumido a presença da autoridade, é muito difícil reverter o processo. Essa juventude começa a ver, nesses marginais, heróis, e não o policial ou o governante. O

seu herói é o traficante que lhe garante, às vezes, uma assistência que o Estado lhe nega.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço que o meu discurso seja transcrito na íntegra.

A prática tem demonstrado que a permanência do jovem nessas instituições de recuperação é tão inócua quanto a pretensão de que as mesmas sejam locais de “reeducação”. Tais instituições são ineficazes, face às costumeiras carências de infra-estrutura, próprias da administração pública, para o fim a que deveriam se destinar, tornando-se, de fato, meros “depósitos humanos”, que servem apenas para que os jovens sejam “educados” e “aperfeiçoados” no crime, enquanto aguardam sua volta às ruas.

Vou encerrar porque o tempo já se esgotou, para dar chance a outros de falarem.

Antes, lembro que hoje é o Dia do Exército Brasileiro, mas ninguém mencionou a data. No meu Estado, o Exército é muito importante, pois garante as nossas fronteiras. Quando falo em Exército, lembro o Marechal Rondon, brasileiro que mais fez pelos índios. E hoje também é Dia dos Índios.

Proponho que a nova política indígena a ser adotada neste País respeite as características de cada etnia, de cada grupo indígena, sem estabelecer uma medida geral para todos os índios. É fundamental analisar o que eles querem. No meu Estado, a maioria dos indígenas sabem o que querem; não precisam de um antropólogo, de um político ou de qualquer pessoa para dizer o que desejam.

Os meus irmãos índios de Roraima, os macuxis e wapixanas, estão num estado de aculturação que não precisam de ninguém para falar por eles. Há 60 professores indígenas nas universidades, e 18 ingressaram na universidade por mérito próprio. Eles querem água encanada, luz elétrica, hospitais, asfalto e todas as benesses da sociedade.

A maioria dos indígenas do meu Estado não quer a demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol como pretende a Funai. Se a Funai assim o fizer, tenho certeza de que haverá conflitos étnicos e mortes no meu Estado, que serão de responsabilidade do Presidente da Funai, do Ministério da Justiça e do Presidente da República, pois todos sabem que não se pode agir conforme deseja a Funai. Devem ser ouvidas as pessoas que vivem no local e respeitados os direitos dos pequenos proprietários que também vivem na região. No meu Estado, nunca foi reassentado um produtor rural retirado de sua terra para transformá-la em área indígena. Mais de quatro mil famílias de Rorai-

ma passaram por essa situação que também ocorrerá em Santa Catarina e em Mato Grosso.

Muito obrigado.

SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO.

Discurso Senador **Augusto Botelho**

“Juventude, violência e crime”

Sr. Presidente...

Senhoras e Senhores Senadores...

Ocupo esta Tribuna, no dia de hoje, para pronunciar-me sobre um relevantíssimo tema: a juventude e a violência.

Esse tema, encontrou nas palavras do Dr. Dalto Costa, em artigo publicado na internet, uma das mais precisas articulações. Por isso, escoro-me nas suas palavras para fazer este pronunciamento.

Alguns anos atrás, a sociedade surpreendeu-se ao descobrir que o crime organizado do Rio de Janeiro usava as crianças das favelas como “olheiros”, dando aviso da aproximação da polícia com rojões ou empinando pipas, papagaio.

Mais tarde, sabendo que o Comando Vermelho havia constituído grupos de adolescentes na faixa etária entre 12 e 17 anos, usando-os como “soldados” nos esquadrões de segurança do tráfico, encarregados de tarefas antes confiadas aos adultos, tais como a proteção das “bocas de fumo” e pontos de venda de cocaína, barreiras em ruas e avenidas, patrulhamento das áreas das favelas, o “justiçamento” de delatores e de inimigos e, até, confrontos diretos com policiais, a surpresa tornou-se espanto e revolta.

Acirraram-se as discussões sobre a questão da violência juvenil e as possíveis soluções para a mesma mas, estas enveredam pelo caminho da simplificação inócua: penas mais duras e redução da idade penal.

Obviamente, este não é o caminho.

De fato, em uma sociedade em que meninos de oito anos desempenham cargos de vigia ou “avião” dos esquemas de tráfico das favelas e morros dominados pelos criminosos, recebendo gratificações que chegam a superar os salários mensais de seus pais, o caminho natural destas crianças é, ao tornarem-se adolescentes, subirem na escala hierárquica do crime, galgando cargos e encargos mais importantes na mesma.

As quadrilhas são, obviamente, parte integrante e preponderante da vida dessas comunidades pobres da periferia, esquecidas pelos poderes públicos, tendo como única presença efetiva dos mesmos naquelas áreas apenas a polícia, com toda a carga negativa que esta historicamente representa para as classes menos favorecidas.

O poder público, em tais regiões, parece isentar-se de seu dever como agente cooptador de recursos, de programas sociais, obras de infra estrutura, dentre outras, deixando brechas sociais, que são aproveitadas pelas organizações criminosas para atuarem nessas comunidades como benfeitores, suprimindo uma responsabilidade do Estado.

Nestas, graças à astuta e calculada atitude adotada pelos dirigentes, o jovem favelado encontra dinheiro, fraternidade, respeito e ascensão social no ambiente onde vive, tornando-se “alguém” na sociedade local, embora para a sociedade em geral passe a ser um marginal.

Sr. Presidente...

Senhoras e Senhores Senadores...

A crença de que o controle do crime organizado sobre as comunidades onde se instala é baseada apenas na pressão e intimidação que exerce com o seu poder armado é fácil e cômoda mas, não é verdadeira.

Embora realmente conte com um grande “poder de fogo”, constituído por armamentos modernos e de alta qualidade, dificilmente superado, ou até mesmo igualado, pelas organizações policiais e, de uma tropa paramilitar considerável (estima-se que no Rio de Janeiro, onde finalmente se admite a existência de um “governo paralelo”, apenas o Comando Vermelho possui 12.500 homens em armas, defendendo seus mais de 2000 pontos de venda), o crime organizado, arrima-se em outros dois elementos, tão ou mais importantes quanto a força armada, para determinar a supremacia criminosa.

O primeiro, o poder corruptor, cuja força e atividade são conhecidas a séculos, agindo sempre como um “quinta coluna” dentre as hostes do combate ao crime, e que coloca em cheque todo o aparato político-policial-judicial do Estado e a própria sociedade, agindo de maneira silenciosa e subterrânea, criando áreas de impunidade e invulnerabilidade.

Deve-se entender como corrupção não apenas o suborno em espécie, a propina que o traficante distribui à alguns políticos, policiais ou juízes para facilitar sua liberação ou dos seus comparsas mas, também, o favor que é feito ao morador do bairro, a praça de esportes doada à Associação do bairro, as festas e bailes, a ajuda para comprar o gás, a cesta básica ou o caixão. Esta corrupção social apresenta-se, realmente, como o pior tipo de corrupção pois, enquanto na outra se compra e corrompe apenas o indivíduo, afasta-se o escrúpulo e a honestidade pessoal, nesta se corrompe e compra a própria sociedade, com a propina do benefício à comunidade, que assim é levada a compactuar com a organização criminosa e a aceitar seus chefes

e membros como benfeitores e cidadãos exemplares, tornando-se praticamente cúmplice dos criminosos.

O segundo se trata do componente social, esquecido quase sempre mas, sobremaneira importante para a composição da proteção da comunidade ao bandido. As quadrilhas nascem no seio destas comunidades, e o “soldado”, o “olheiro”, o “gerente da boca”, até o próprio chefe do tráfico na área, são filhos, irmãos, namorados, maridos, ou tem qualquer outro grau de parentesco ou amizade com alguém da favela, geralmente tendo sido criados na mesma, sendo modelo e inspiração para os mais novos.

Ora, a ascensão social através do mundo do crime é o caminho, aparentemente certo e fácil, que se apresenta para o jovem favelado, socialmente excluído pela sociedade de consumo do chamado “mundo do asfalto” e, os chefes das organizações, reconhecendo o valor deste sangue jovem, procuram incentivá-los e iludi-los, com a demonstração do status de que desfrutam na comunidade, o poder que exercem de maneira absoluta, determinando a vida e a morte e, principalmente, o usufruto das benesses do consumismo capitalista.

Fácil, portanto, seduzir um jovem carente que possui como seu sonho de consumo a posse de um tênis da moda, roupas de grife, carro e outras utilidades, mostrando ao mesmo que o dinheiro do crime, embora não possa inseri-lo na sociedade “do asfalto”, pode lhe dar um lugar de destaque na da favela.

Esta é, de fato a grande “isca”, que leva os jovens ao crime.

Além disso, existem os problemas de ordem familiar que estão a incentivar a delinquência juvenil.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores...

De modo geral, a família é unidade de reprodução social e, como tal tem papel determinante na manutenção da ordem social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social.

A reprodução social representa a transmissão da herança familiar para os filhos mediante difusão de diversos tipos de capital distribuídos do seguinte modo: capital simbólico, capital econômico, capital cultural, capital social e capital escolar, processo por meio do qual se estabelecem vínculos entre gerações.

Adotou-se, entretanto, como verdade estabelecida, um modelo familiar baseado na subordinação, poder e obediência, com a autoridade masculina no topo e conseqüentes relações desiguais. Fixou-se o mundo externo como espaço masculino e a casa, como feminino, tendo o homem o papel de mantenedor da família. Ora, esta, entretanto, não mais é a realidade, sendo que os papéis familiares foram embaralhados

e trocados pela dinâmica social do século XX. Apesar disso, a situação de fato não é bem aceita pela sociedade, que mantém os mesmos padrões anteriores, estandartizando a família no modelo antigo.

Assim, fora desse contexto socialmente aceito, as famílias são consideradas “incompletas” e “desestruturadas” e, responsabilizadas por problemas emocionais, desvios de comportamento do tipo delinqüencial. Este modelo imposto pelo discurso das instituições, da mídia e, até mesmo, de profissionais, que é apresentado não só como o “certo” de se viver em família, mas também como valor, é aceito e inquestionado, sendo indiretamente transmitido e captado, o discurso implícito de incompetência e de inferioridade daqueles que não “conseguem” viver de acordo com o modelo. Ao interiorizar esses valores e modelo de organização e convivência as pessoas que não se enquadram neste protótipo tem uma certa tendência a isentar-se do processo de participação por sentirem-se inferiores e incompetentes em relação àquelas que compõem as instituições.

A desqualificação profissional dos pais, geralmente analfabetos, leva-os a serem inseridos na categoria de trabalhadores com baixa remuneração ou sem remuneração fixa, tornando-os, conseqüentemente, não consumidores, numa sociedade que leva em conta o que e o quanto você consome como parâmetro para fixar sua existência e posição social.

Esta marginalização dos pais, estigmatiza o jovem, transformando-o em um rejeitado, tanto pela sociedade, que vê nele alguém que não pode consumir, e portanto não existe, quanto pela própria família, que o tem apenas como “mais uma boca” dentro de casa. O jovem, se não contribui para o orçamento familiar com o seu trabalho, passa contribuir com sua ausência. Com os baixos salários e o desemprego, as crianças e adolescentes são lançados no mercado informal de trabalho e outros tantos são expulsos ou se exilam de seus familiares por não suportarem a miséria.

O jovem excluído pela marginalização familiar na sociedade de consumo, passa a ver que a sociedade espera que ele seja um criminoso, por que já o considera um criminoso, devido à sua origem e sua impossibilidade de inserir-se no mercado consumidor.

Por fim, como componente da marginalidade juvenil, temos a importantíssima questão da inimputabilidade legal.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores...

A inimputabilidade legal, que torna o jovem quase inatingível para a polícia e o judiciário, transforma-o no “soldado” ideal para o crime organizado, tanto assim que o efetivo de segurança das quadrilhas passou a

ser integrado por adolescentes, ágeis fisicamente, destemidos, audaciosos, procurando firmar-se na sociedade e, por isso mesmo, capazes de cometer os mais temerários atos, sem mensurar conseqüências.

Se “caírem em combate”, podem ser facilmente substituídos e, se forem presos, são recolhidos a instituições especiais de onde, quando não fogem facilmente dias depois, são liberados em pouco tempo e devolvidos às ruas, para continuar o “serviço”.

A prática, tem demonstrado que a permanência do jovem nestas instituições é tão inócua quanto a pretensão de que as mesmas sejam locais de “reeducação”.

Tais instituições são absolutamente ineficazes, face às costumeiras carências infra-estruturais próprias da administração pública, para o fim a que deveriam se destinar, tornando-se, de fato, meros “depósitos humanos” que servem apenas para que os jovens sejam “educados” e “aperfeiçoados” no crime, enquanto aguardam sua volta às ruas...

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores...

As observações aqui efetuadas deixam claro que a discussão sobre o problema da violência juvenil não pode girar apenas em torno da idade penal.

De fato, não é a idade que torna o jovem mais ou menos violento mas, a carga social que ele e sua família são obrigados a suportar pela exclusão social, que os marginaliza e oprime.

Penas privativas de liberdade maiores não são necessárias mas, é preciso que os estabelecimentos de internação passem a ser o que deles se espera e exige a lei, possibilitando a real regeneração do jovem, que muitas vezes entra nos mesmos pela primeira vez ainda em condições de livrar-se do tortuoso caminho do crime, em que a própria sociedade procura jogá-lo.

Também fica claro que a aura de impunidade legal que lhe é concedida por esta mesma sociedade que o execra, num inexplicável e tortuoso mecanismo de compensação, não o protege mas, ou o joga nos braços do crime ou, no do carrasco.

Assim, projetos sociais que busquem ajudar adolescentes e crianças pobres para evitar seu ingresso no crime e na violência, devem procurar auxiliar a família como um todo e não apenas um indivíduo pois, somente assim se garantirá que a juventude não continue a ser excluída e marginalizada.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado!!!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Exª será atendido, Senador Augusto Botelho, na forma regimental.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Ramez Tebet, e, em seguida, ao Líder Arthur Virgílio.

Senador Ramez Tebet, a fim de que todos os oradores possam fazer uso da palavra, convencionamos dez minutos para cada orador. Se V. Ex^a puder ater-se a esse tempo, colaborará com os demais oradores inscritos. A Mesa agradece a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quem é que não atende a um pedido de V. Ex^a, sempre tão gentil, tão generoso e tão democrático, quando apela para que todos possam se pronunciar?

O assunto que me traz à tribuna, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para mim muito auspicioso, pois diz respeito ao meu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

No sábado, em São Paulo, Estado que é a locomotiva do Brasil e que tem o terceiro Orçamento da Pátria, o PMDB lançou a candidatura para a sucessão municipal da Prefeita Marta Suplicy nada mais nada menos que o Presidente do Partido, o Deputado Federal Michel Temer, homem de elevada estatura moral, homem digno, honrado, jurista por excelência, cuja candidatura foi lançada de forma consagradora em São Paulo. Para o PMDB, esse fato merece um destaque relevante, Senador Mão Santa, porque o Partido não podia ficar sem candidato a Prefeito na maior cidade do Brasil. Como é que se explica isso? Como o PMDB, que defende a governabilidade, poderia dizer ao Brasil, Senador Arthur Virgílio, diante do quadro nacional, que não tem candidato à Prefeitura de São Paulo? Seria o cúmulo dos cúmulos; seria até duvidar da existência do Partido.

Por isso, ao lançar a candidatura de Michel Temer um nome, volto a dizer, consagrado na política brasileira, o PMDB transmitiu um recado à Nação. Para mim, o PMDB quis dizer ao País que quer aprovar o que interessa à Nação brasileira, quer ajudar a governabilidade, mas quer ter identidade própria.

O PMDB não quer ser mero apêndice do Governo. O Partido, se ainda não participa efetivamente do Governo, não participa de suas decisões. Essa é a verdade verdadeira. O PMDB tirou a dúvida dos seus filiados, tirou a dúvida dos candidatos da maioria dos Municípios brasileiros, como quem diz: “O PMDB está presente; o PMDB está altaneiro; o PMDB quer o bem do Brasil”.

Contudo, o Partido como eu entende que governabilidade é saber o que é bom para o Brasil. E comprova isso ao apresentar seu programa em sua luta eleitoral pelo comando do País. Essa foi a base dos

discursos das lideranças lá presentes. O PMDB tem que ter vontade de fazer o Brasil crescer! O PMDB tem vontade própria! O PMDB quer o desenvolvimento do País! O PMDB quer diminuir o desemprego no Brasil! O PMDB quer diminuir a violência, que está assustando todas as nossas famílias! Para isso, o PMDB tem que ter o poder, que começa nos Municípios onde moramos e São Paulo é o maior deles.

Portanto, é fantástico ver o PMDB tirar as dúvidas que, por acaso, existiam dentro de suas bases. Lá ouvi o discurso do próprio Presidente Sarney. Fomos recepcionados pelo Presidente do PMDB de São Paulo, Orestes Quércia, a quem gostaria de tributar aqui a minha homenagem, pela maneira calorosa com que recebeu os Prefeitos do Estado de São Paulo e os Senadores.

Senador Mão Santa, foi pena não ter V. Ex^a, homem vibrante, naquele encontro. Lá estavam o Presidente José Sarney, os Senadores Renan Calheiros, Sérgio Cabral, Leomar Quintanilha, José Maranhão, Ney Suassuna, Maguito Vilela, Vice-Presidente do Partido. Tive a satisfação de ver aquela festa do PMDB. Também estiveram presentes três Governadores do Partido: Anthony Garotinho, Luiz Henrique e Joaquim Roriz. Todos reafirmaram que o PMDB quer atuar, tem candidatura e não quer se subordinar.

Um partido, para ajudar, deve participar e ser ouvido nas decisões do Governo. E o PMDB diz que é chegada a hora de agirmos, a fim de diminuir o desemprego e a violência.

Sr. Presidente, serei breve, mas não poderia deixar de citar Demóstenes, grande orador grego – e V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, é um grande orador do Amazonas, e fico emocionado quando V. Ex^a ocupa a tribuna. Perguntado sobre qual era a principal virtude de um orador, Demóstenes respondeu que era a ação, porque não adianta o discurso se não vier acompanhado de ação.

O Brasil precisa de ação! O Brasil não pode permanecer no discurso, deve agir concretamente. Não pode mais ficar no “eu acho”; tem que entrar no “eu faço”. É chegada a hora, portanto, de tentarmos fazer algo pelo Brasil.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Há muito tempo, tenho algo em minha garganta que gostaria de transmitir ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tancredo Neves, ao ser eleito Presidente da República, disse: “É proibido gastar”. Agora, esse deve ser o lema. O Governo deveria dizer que é proibido gastar com o desnecessário, que devemos começar, está na hora.

O Brasil está inquieto. Em São Paulo, ouvi que o Brasil está inquieto. Então, como dizem, temos que começar a mexer o doce, Senador Arthur Virgílio – a quem vou conceder um aparte e, depois, ao Senador Mão Santa –, diminuindo o número de Ministérios. Para que 35 Ministérios? O Brasil está endividado, nosso superávit primário chega à casa de mais de 4,25%! Então, temos que adotar a tática de Tancredo de diminuir o gasto do Brasil.

Quero apoiar as coisas boas do Brasil, estou aqui para isso. E li em O Globo desta semana, por exemplo, na coluna do Elio Gaspari, que há mais de 40 ou 50 grupos de trabalho estudando assuntos brasileiros. V. Ex^{as} acreditam que resolveremos problemas fazendo diagnósticos sempre? O diagnóstico está feito: é a violência desenfreada, o desemprego aumentando cada vez mais,. Quem não conhece esse diagnóstico? Se reduzirmos o número de Ministérios, talvez haja um pouquinho mais de recursos para tampar o buraco das nossas estradas, para investir em infra-estrutura.

O Brasil quer ação, e o PMDB pede essa ação ao Governo. Não pode haver duas Pastas, como atualmente, que não opinam sobre as ações do Governo. Para que serve um Ministério que não opina sobre as ações do Governo?

O Presidente Lula esteve reunido com os Líderes da Câmara e do Senado, com o Presidente José Sarney, e disse que vai tomar providências. Espero que Sua Excelência realmente tome providências, que pratique ações administrativas concretas e crie um grupo para discutir a administração do País, e não cargos, a não ser os que servem ao Brasil.

Não deve haver tolerância, nenhuma tolerância, com os que agem erradamente, com os que não agem com ética, com transparência. No Brasil, essa ação deve ser imediata, pois há uma inquietação nas ruas. A burocracia é demasiada. Até o Presidente da República pede a decisão do Ibama para que as termelétricas possam ser construídas. É preciso pôr ordem, mas não sei se pode haver unidade com 35 Ministérios.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo isso ouvi em São Paulo. Quero ver o meu PMDB, que restaurou a democracia no País, fazer justiça social no Brasil. É esse o caminho do nosso Partido.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL SP) – Senador, peço a V. Ex^a que seja rápido, para que os quatro Senadores inscritos possam usar da palavra.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida. Agradeço as palavras de V. Ex^a, sempre generosas com relação ao seu colega do Amazonas. Atribuo o fato à amizade sólida que firmamos em nossa luta no Congresso, mais ainda agora que somos colegas no

Senado Federal. V. Ex^a fala com a autoridade de um grande Parlamentar, de um grande peemedebista e do grande Presidente do Congresso que foi. Falar de Michel Temer significa lembrar o grande constitucionalista, o Parlamentar de escol que representa, sem dúvida alguma, a melhor expressão do nosso Congresso. Jamais duvidaria da palavra de Michel Temer. Erraria o Governo e qualquer pessoa que imaginasse que a candidatura de Michel Temer poderia ser algo como um brinquedo, algo como uma candidatura que é lançada para depois ser retirada, algo só para compor. Pensar assim é não conhecer Michel Temer, é não conhecer a fibra desse homem público que, a meu ver, honra a representação do Estado de São Paulo. Não se pode imaginar que alguma coisa poderá movê-lo da disputa por São Paulo. Dou meu testemunho de amigo e de quem, quando lançou a candidatura, levou-o a sério. Sei que não o fez para blefar, pois não joga pôquer. Michel é candidato a prefeito de São Paulo. Assim o afirmo com pesar, pois é um homem de valor que vai enfrentar o candidato do meu Partido, que será lançado em São Paulo. Seria um desrespeito a Michel Temer imaginar que está blefando. Quero, também, parabenizar o Presidente Regional do Partido, Orestes Quércia, e dizer que a resposta do Partido foi contundente. Foi como se dissessem: “Respeitem quem merece respeito”. Vamos às urnas, elas irão decidir quem, afinal, governará São Paulo na sucessão da Prefeita Marthá Suplicy. Muito obrigado e parabéns, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, incorporo suas palavras ao meu discurso, e não é por amizade não, é pelo valor das palavras de V. Ex^a. Afinal de contas, quando Michel Temer tem suas qualidades enaltecidas por um homem do quilate de V. Ex^a, que é de outro partido, está justificada a minha presença aqui.

E, para que não haja dúvida, digo-lhe mais: o Presidente do PMDB de São Paulo, o ex-senador Orestes Quércia, antes de irmos para o auditório, onde estavam reunidos políticos do PMDB e seus militantes, disse-me que alguém havia lhe perguntado como seriam as composições. S. Ex^a respondeu que a vaga de vice estava aberta. Foi essa resposta. Encerrei, então, meu pronunciamento, tamanha a convicção de que a candidatura de Michel Temer é para valer, é para o bem de São Paulo. É importante que todos saibam que PMDB, apesar de ter posição em relação ao Governo Federal, é independente nas urnas, é democraticamente independente para escolher seus candidatos. Tanto é assim, e V. Ex^a leu nos jornais, que o Presidente Lula tentou ainda ver se o PMDB adia o lançamento da candidatura de Michel Temer. Mas o candidato respon-

deu que não, que a candidatura dele seria formalizada, que era mesmo para valer.

Portanto, não é só a importância da resposta, mas, sim, a importância da candidatura de Michel Temer. Veja bem: um partido está pedindo para o outro não lançar candidato. Que é isso? Não estou de acordo. Isso leva uma certa confusão às bases. O que aconteceu com a candidatura de Michel Temer? Lançada a candidatura de Michel Temer, a Base está tranqüila. Se temos candidato a prefeito na maior cidade do Brasil, detentora do terceiro orçamento do Brasil, está provado que estamos em condições, estamos disputando, e o PMDB vai manter a sua fibra de Partido que sempre lutou em defesa dos interesses do Brasil. Entre outras palavras, o PMDB não é apêndice – nem pode ser – de partido algum.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, serei breve. V. Ex^a falou em Demóstenes, mas eu iria buscar Diógenes, que andava na escuridão, todas as noites, com uma lanterna. Aí perguntavam: “que procuras, Diógenes? Um homem de vergonha”. Respondia ele. Essa vergonha se encontra aí na tribuna, esse extraordinário Líder do PMDB, o Senador Ramez Tebet. Deus me permitiu, quando governei meu Estado, Senador Arthur Virgílio, conferir a ele, no meio do povo do Piauí, em praça pública, a maior comenda, a Grã-Cruz Renascença do meu Estado. Senador Ramez Tebet, quero dizer o que V. Ex^a significa para o Senado, do qual já foi um dos mais extraordinários Presidentes. Vamos reviver a última reunião para a apreciação daquela desastrosa e vergonhosa medida provisória do trem da alegria: três mil cargos para cabos eleitorais do PT. Fui anunciado pelo Presidente José Sarney como último orador inscrito. Mas V. Ex^a não se conteve. V. Ex^a foi o último. E como mudou a história. Eles, envergonhados, retiraram aquela medida provisória e não voltaram. Essa sua palavra representa o nosso PMDB. Mas por que eu não estava em São Paulo? Eu estava na minha cidade, Parnaíba. Senador Leonel Pavan, Sêneca disse: “não é uma pequena cidade. É a minha cidade.” Ele não era nem de Atenas nem de Esparta. Deixei de ir a São Paulo porque estava sendo paraninfo de todos os cursos da Universidade Federal na minha cidade, mostrando que a mocidade do Brasil hoje, simbolizada pela minha cidade, é livre, independente e sabe o que quer. Quer a presença do PMDB. Iremos a São Paulo pedir a todos os piauienses e nordestinos que consagrem a vitória de Michel Temer, de Quêrcia e do PMDB, que é a vitória do Brasil.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, vou encerrar o meu pronunciamento, mas quero transmitir algo que não sei se vai confortar V.

Ex^a, mas acredito que sim, porque todo homem público gosta de receber estímulo. Cumprimentei muitos convencionais em São Paulo. De muitos ouvi a pergunta: o Senador Mão Santa não vem? Onde está o Senador Mão Santa? Eu disse a eles: não se preocupem. S. Ex^a está conosco sim. S. Ex^a é deste PMDB que está formado aqui neste pavilhão, este PMDB do qual fazemos parte, neste instante em que todos sabemos que o Brasil atravessa uma crise de autoridade. É verdade. O MST está aí, desafiando a todos. Falando que vai invadir, e invadindo mesmo. A violência pairando em todo o Território nacional. No Rio de Janeiro, vemos algo assombroso; há o desemprego e tudo isso.

Mas quero ver o Brasil com os olhos de um verdadeiro peemedebista. Não me lembro do autor, mas – já que V. Ex^a gosta tanto de parábolas, Senador Mão Santa – havia dois homens que olhavam para fora entre as mesmas grades. Um via o barro sujo das ruas; o outro contemplava o céu, o firmamento, o sol.

Eu sou daqueles que querem ajudar, assim como V. Ex^as querem. Sou daqueles que querem olhar as estrelas, o céu, o firmamento. Sou daqueles que querem continuar com a minha esperança; que insistem em ver o Brasil com otimismo. Sou daqueles brasileiros mais humildes que olham para os céus e não querem perder as esperanças. Sou daqueles que torcem para que o Presidente Lula colha bons frutos na sua jornada em busca de bons resultados para o povo brasileiro.

Em suma, eu não quero que essa inquietação presente na paisagem brasileira ofusque o nosso olhar. Eu não quero que se apague o brilho das nossas esperanças. Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos continuar firme em nossa luta. Vim a esta tribuna para dizer que, quando vi o lançamento da candidatura de Michel Temer em São Paulo, vi que o PMDB ressurgiu, que o PMDB sabe o que quer, que já ajudou e que vai ajudar o povo brasileiro, com todas as nossas forças e idealismo.

Desculpe-me, Sr. Presidente, por ter ultrapassado o prazo, mas o assunto era empolgante e apartes foram solicitados.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, o Senador Eduardo Siqueira Campos, por cessão do Senador João Ribeiro.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, meus

nobres pares, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu nobre Líder Arthur Virgílio, Senador Mão Santa, Senador Augusto Botelho, Senador Tião Viana, Senador Leonel Pavan, quero trazer uma questão a este Plenário e dividir um pouco a preocupação sobre aquilo que tem sido predominante não somente na cena política nacional, mas também nos noticiosos, nos telejornais, nas manchetes e chamadas dos principais jornais de todas as emissoras brasileiras e dizer que esta preocupação nacional desestabiliza todo o sistema institucional bem como o próprio sistema da produção nacional.

Sr. Presidente, represento nesta Casa um Estado que se destaca como uma das unidades da Federação de maior desenvolvimento na pecuária, na agricultura, na organização de nova sociedade. O Tocantins possui uma administração, do ponto de vista fiscal, irretocável e tem tido um desenvolvimento três ou quatro vezes acima da média nacional. Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, há uma preocupação nacional e nela está inserido o meu Tocantins.

Lendo os principais articulistas, os principais editoriais, constato que a violência, as invasões predominam nas preocupações daqueles que escrevem para orientar a opinião pública nacional e externar seu ponto de vista. Entre outros temas, discutiu-se muito a presença do Presidente da República na abertura da Bienal do Livro. Sempre de forma construtiva, como procuro debater os temas na tribuna, registro alguns simbologismos: por exemplo, a vinda do Presidente da República ao Congresso Nacional trazendo pessoalmente a mensagem do Poder Executivo se reveste de uma simbologia que aumenta a auto-estima do Parlamentar, do membro do Congresso Nacional, valoriza o Poder Legislativo e o próprio papel do Presidente da República. É importante o Presidente receber os Prefeitos que vêm em marcha a Brasília; bem como salienta-se a presença do Presidente da República na Bienal do Livro.

Tenho em mão um texto que não sei se o Presidente da República conhece; chama-se “O Construtor de Exemplos”. Tenho certeza de que o Senador Arthur Virgílio, com sua vasta cultura e conhecimento, conhece este texto, cuja síntese diz que muito mais que a força das nossas palavras servem como exemplos os nossos atos. Não adianta para um pai ter um discurso para tentar transmitir valores como a ética para os seus filhos se a ação, a própria ação como cidadão não simboliza, não transmite a ética. Muitas vezes, no percurso de casa para a escola, o pai vai orientando o filho; mas, quando chega na porta da escola, pára em fila dupla, prejudicando o trânsito, possibilitando um acidente. Naquele momento, tudo o que ele disse talvez não fique fixado. Se ele, por exemplo, fura fila

na presença do seu filho, todo o discurso moralista, bem-intencionado de transmitir a ética cai por terra; o pai mostra que é melhor levar vantagem do que praticar a cidadania.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, eu me permitiria lembrar Pe. Antonio Vieira: “Palavras sem exemplo são como tiros sem bala; o exemplo arrasta.”

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Meu nobre Líder Arthur Virgílio, a presença do Presidente da República, como eu dizia, se reveste de simbologia; valoriza o ambiente para onde vai; valoriza a ação, a própria afirmação do cargo de Presidente. Por exemplo, vários jornais hoje abordam a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Bienal do Livro dizendo que a intenção de Sua Excelência foi mais do que justificada; sua presença foi mais do que positiva. Entretanto, não querendo aqui, de forma irônica, reproduzir o que muitos dos grandes articulistas escreveram, registro que o Presidente anunciou, naquela ocasião, que pretende construir mil bibliotecas no País inteiro. O Presidente já ajudaria muito se aparecesse em público com um bom livro na mão.

Nessa hora, Senador Arthur Virgílio, fico pensando que oportunidades tem o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a força que Sua Excelência chegou ao poder pelas urnas. E penso isso para dizer que o morador de um simples prédio, o mais simples de todos os prédios, quando elege um síndico, não vota no vizinho do lado, no seu melhor amigo, ou no seu parente que também é morador do prédio; ele quer um administrador que mantenha o elevador funcionando, o porteiro vigilante, os mais baixos custos, a eficiência.

Recordo esse problema nacional nesse momento que é de transição, em que a democracia se fez na sua plenitude. Tivemos uma eleição tranqüila em que um civilizado Presidente da República, de nome Fernando Henrique Cardoso, fez a mais democrática das transições e procurou se portar sempre como um ex-presidente. Isso não lhe impõe não ter opinião. Ele tem opinião. Faria bem ao atual Presidente da República se as ouvisse, como a deste humilde Senador. Como cidadão, eu ficaria imensamente feliz se visse o Presidente da República fazer cumprir a lei nacional que proíbe a venda de bebidas alcoólicas após as 22 horas. No Tocantins, em determinado momento de transição, quando Palmas se solidificava como Capital do Estado, aplicamos essa lei.

Senador Arthur Virgílio, o que o jovem brasileiro quer é vaga na faculdade; é sistema de financiamento público; é o primeiro emprego. Tenho certeza de que a juventude brasileira não estará preocupada

em encontrar um lugar aberto depois das 22 horas, o que não existe na grande maioria dos países. Alguns Prefeitos que adotaram a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas e o funcionamento dos bares após as 22 horas diminuíram a violência doméstica, os assassinatos e as brigas em mesas de bilhar. É preciso ter alternativas. O jovem quer emprego, oportunidade e financiamento do ensino e não se sentiria atingido se o Presidente tomasse algumas medidas.

Prolifera-se o número de movimentos: Movimento dos Trabalhadores da Terra, Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto. De repente, multiplicaram-se as invasões. Estou muito preocupado.

Sr. Presidente, represento um Estado eminentemente agrícola e rural. Eu poderia me inscrever entre os Líderes ruralistas, mas jamais assinei uma inscrição para participar da Frente Parlamentar dos Ruralistas. Não o fiz porque sempre me identifiquei com a causa da criança e com o ensino. Não vejo no movimento dos ruralistas problema algum; ao contrário. Há grandes Parlamentares ligados à causa ruralista. Eu me sinto intimamente ligado à produção. O Brasil é um grande exportador de carnes. E gostaria muito que o Presidente da República impedisse, proibisse e, se fosse necessário, até mesmo declarasse a ilegalidade da ação de invasão de propriedade. É preciso que alguém bata a mão na mesa e determine o fechamento de bares nas grandes cidades brasileiras após as 22 horas. Que se tome uma atitude séria com relação ao Rio de Janeiro. Não quero pecar contra a democracia, mas já não é possível assistir o Governo do Estado culpar o Governo Federal e dizer que ele não envia as tropas. Enquanto isso, a cidade se empobrece, perde turistas e divisas. Estamos diante de uma crise na área da segurança, na área da organização social e na do setor produtivo.

A quem temos de recorrer? Será que o meu comportamento ácido, crítico e irônico em relação ao Presidente da República serviria à Nação? Não. Tenho é de pedir ao Presidente da República que se valha de todas as forças que trouxe das mãos dos brasileiros de todos os Estados para impor ao País a ordem, a autoridade, a organização social. Como vamos conseguir isso? O Governador Aécio Neves reduziu drasticamente o déficit público de Minas Gerais em um ano. O que S. Ex^a fez? Reduziu a máquina, cortou custos. Algumas repartições reclamaram do fim do tradicional cafezinho. Então, estamos precisando da adoção de medidas de caráter geral, como a diminuição de Ministérios, a diminuição de gastos e a proibição de movimentos que desestabilizam. Há postos do Incra e agências bancárias sendo tomados. Isso precisa ter um fim. O País tem autoridade. Estamos no sistema

republicano, democrático, e temos um Presidente que se elegeu democraticamente.

Os jornalistas estão pedindo, Senador Arthur Virgílio, que, entre outras coisas, o Presidente apareça com um livro na mão. Isso ajudaria. Destaco que o fato de o Presidente promover uma sessão de cinema nacional no Palácio Alvorada não foi criticado por ninguém aqui, porque o Presidente, ao escolher filmes brasileiros, valoriza a cultura nacional e dá um grande exemplo. É um ato simbólico e importante. Precisamos de mais atos simbólicos e importantes e de medidas efetivas.

Sr. Presidente, às vezes, ouço falar que o Movimento dos Sem-Terra invadiu a Caixa Econômica Federal e fechou uma agência; invadiu o Banco do Brasil ou uma sede do Incra. Desculpem-me o Dr. Miguel Rossetto e o MST, mas queremos um movimento nacional a favor da organização e da produção e não da bagunça, da desordem, que descontrola, que desespera, que deixa em estado de angústia a população nacional.

Senador Arthur Virgílio, para que nos esqueçamos definitivamente do período dos regimes autoritários, devo lembrar que não há autoridade mais legítima do que aquela oriunda das urnas. O cadastro nacional da reforma agrária deveria ser feito com os prefeitos, com os juízes, com os delegados, com aqueles que conhecem cada município. E depois de elaborado um cadastro municipal, cada prefeito, cada advogado, cada OAB estadual, cada juiz de direito, cada gerente da Caixa Econômica Federal, cada Conselho Municipal, poderia ajudar a organizar a reforma e impedir que o Movimento recolhesse, entre os brasileiros sem oportunidade, aqueles que estão desempregados e que automaticamente se transformam em Sem-Terra. Infelizmente, o Brasil vive essa bagunça. Por falta de liderança, uma criança deixa de ir à escola para ser ajudante do tráfico.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – E essa situação não ocorre por vontade da criança, mas por não haver outra oportunidade.

Sr. Presidente, quero dizer aqui – tenho certeza de que com a autorização do Líder do meu Partido – que o Presidente da República terá o mais amplo e irrestrito apoio deste Congresso se resolver bater a mão na mesa, dar o exemplo, em todos os sentidos, proibir a anarquia das invasões, da violência e fazer intervenção em Governo de Estado, se for necessário.

Assuma, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque nós, ainda que eu não tenha sido um de seus eleitores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Siqueira Campos, permita-me interrompê-lo apenas para prorrogar a sessão por vinte minutos, para que os demais oradores possam fazer os seus pronunciamentos. Cada orador terá dez minutos. Eu fico com dois.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Como é do conhecimento de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, não votei no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nem no primeiro, nem no segundo turno, mas jamais vim a esta tribuna, sequer uma vez, senão para, construtivamente, externar a Sua Excelência e ao País as minhas angústias, os meus anseios e os do meu Estado. Desta vez, venho à tribuna para dizer ao Presidente da República que fatos positivos se criam com gestos afirmativos e positivos e que o Brasil deposita em Sua Excelência grande confiança. Não é à-toa, Senador Arthur Virgílio, que ele é tido como um dos cem homens mais importantes do mundo, mas, para reafirmar a condição do povo brasileiro, ele precisa, urgentemente, de fazer alguma coisa pelo País!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sabendo da limitação de tempo que tem a Mesa para ordenar os trabalhos, quero declarar que entregarei o pronunciamento que eu faria em homenagem ao Dia do Índio para que seja considerado como lido pela Mesa do Senado Federal.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR TIÃO VIANA**

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imenso carinho que trago a esta tribuna, nesta data simbólica em que se comemora o Dia do Índio, minha solidariedade e apoio aos nossos irmãos índios, em sua luta por fazer valer seus direitos, consagrados na Carta Magna.

No Acre, teve início hoje, na cidade de Cruzeiro do Sul, o IV Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, que se estenderá até o próximo dia 23 de abril. Nele, estarão reunidas lideranças importantes da região para debater problemas e apontar soluções; trocar experiências e celebrar suas tradições, com rituais de xamanismo, jogos e brincadeiras, apresentações musicais e exposições de arte.

Esse encontro, Sr^{as} e Srs. Senadores, é parte de nosso esforço para valorizar as culturas indígenas

presentes em nosso Estado e estimular a convivência democrática entre índios e não-índios. Sabemos que é preciso vontade política para proteger aqueles que, historicamente, têm tido menos espaço na defesa de seus direitos, no jogo de articulações políticas e econômicas que caracterizam o sistema democrático. O Poder Público, os governantes não podem mais se eximir da responsabilidade de reparar erros históricos, que teimam em se repetir ainda hoje em nosso País, não obstante termos uma Constituição Federal considerada das mais avançadas, sob pena de ter que arcar com as consequências de sua omissão. É preciso fazer valer a Carta Magna.

O IV Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas tem para nós acreanos importância crucial, pois, além de representar um merecido tributo aos nossos irmãos índios, cujos ancestrais ali chegaram no século II a.C., demonstra que é possível o convívio respeitoso entre as sociedades indígenas e não-indígenas; entre o Poder Público instituído e o poder tradicional; entre as diversas manifestações lingüísticas, religiosas e culturais. em um momento em que o mundo assiste aterrorizado a demonstrações crescentes de intolerância e violência entre povos de diversos países, o Acre consegue provar que é possível lutar por nossos ideais e transformar em realidade os sonhos de paz, de respeito mútuo e solidariedade, de harmonia e convivência democrática entre as diferenças.

O Projeto de Desenvolvimento, ora em andamento em nosso Estado, inclui a noção de equivalência no tratamento das diferenças, pois aprendemos, com nossos irmãos índios, a conviver com distintas formas de ver o mundo; a respeitar e admirar sua rica gama de línguas, de mitos, de costumes. nos integramos uns aos outros, misturando hábitos e saberes tradicionais e descobrimos, juntos, que esse aprendizado, essa convivência são nosso grande patrimônio. Aquilo que para outros povos soa impossível para nós é realidade cotidianamente experimentada, vivida e partilhada.

É impossível dissociar, na cultura acreana, aquilo que nasce da contribuição dos nordestinos, dos índios e de tantos que contribuíram para a formação de nossa história e de nossa cultura. Somos múltiplos em nossa forma de ser. Somos a reunião de muitas sabedorias, de muitos credos, de muitos sonhos. a diversidade que nos constitui é a mesma que nos faz fortes e que nos uniu um dia quando sonhávamos ver a estrela do acre bordada no mapa do Brasil. É essa mesma diversidade que nos faz ricos e ciosos de nosso imenso patrimônio cultural e ecológico, e que nos une hoje na convicção de que é possível mudar os rumos de nossa história e fazer brilhar a nossa estrela.

Nossos irmãos índios ainda sofrem com as injustiças, o preconceito e os trâmites jurídicos e burocráticos no Brasil. Almejo, no entanto, que a experiência vivida pelo Acre possa inspirar as demais unidades da Federação a estabelecer com os povos indígenas relações mais fraternas, fundadas na tolerância, na solidariedade e no respeito mútuos. Temos muito a aprender com o amor que os índios dedicam a sua terra, a seus ancestrais, a suas tradições. Foram eles os primeiros a defender as terras brasileiras dos colonizadores. São eles os primeiros a denunciar as agressões de madeireiros, mineradores e garimpeiros que invadem suas terras, violam suas garantias constitucionais e lhes saqueiam o bem mais valioso: o direito à vida, à reprodução de seus costumes, de sua organização social.

É, pois, com entusiasmo, que me alio às comunidades indígenas do Acre e sul do Amazonas, nesse encontro tão especial que marca um momento de reflexão, debate e celebração da vida, das tradições e dos laços de amizade que nos unem a todos, acreanos de coração. Formulo aos participantes desse IV encontro, portanto, meus votos sinceros de que essa seja mais uma vitoriosa etapa em nossa luta pela consolidação dos direitos e igualdades sociais em nosso Estado e em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Peço a S. Ex^a que se atenha aos dez minutos, se puder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o discurso veemente do Senador Eduardo Siqueira Campos acaba sendo um libelo contra o Governo, refletindo a ansiedade do povo brasileiro de ver o Presidente Lula fazer aquilo que deveria ser a sua definição precípua, ou seja, governar.

Apresentei voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Antônio de Souza, que morreu – afinal 85% do seu corpo estavam queimados – protestando contra o desemprego que avilta o País. Ele tentou ser recebido pelo Presidente da República e não o foi. Não digo que o Presidente tenha culpa alguma nisso – não faço esse tipo de jogo, pois há o cerimonial, cujas regras devem ser observadas –, mas o fato é que a situação social está de tal modo grave que alguém atea fogo às vestes, ao corpo, e falece protestando contra o quadro de desarrumação social do País.

Outro tópico, Sr. Presidente, desse rápido pronunciamento recolho dos jornais de hoje. Aqui tenho o jornal O Globo, mas todos os jornais mencionaram, que diz: “O PT proíbe a doação de bingos e bicheiros”.

Meu Deus, se proíbe é por que antes recebia? Se proíbe, é por que antes não proibia? E diz a matéria: “Em resposta ao escândalo Waldomiro Diniz...”

Se não fosse o escândalo, ia continuar recebendo? Se é que recebe. E, se proíbe, é por que certamente recebia?

Diz o jornal **O Globo**:

Em resposta ao escândalo Waldomiro Diniz, ex-assessor do Palácio do Planalto, envolvido em corrupção, o diretório nacional do PT resolveu ontem proibir o partido de receber recursos para a campanha eleitoral de empresários de bingos, do jogo do bicho, de empresas permissionárias de serviços públicos.

Quer dizer que bicheiro, agora, já é empresário? Estão proibindo receber dinheiro de bicheiro, empresário do jogo do bicho. São os chamados corretores zoológicos! Então não é bicheiro; é corretor zoológico!

Fica proibido também pelo diretório receber recursos para fins de campanhas eleitorais de permissionários de serviço público. Mas não podia em momento algum, porque é proibido por lei que empresas permissionárias de serviço público dêem quaisquer contribuições a campanhas eleitorais de quaisquer partidos ou de quaisquer candidatos.

Fico estarecido mais ainda quando vejo essa figura que se vai tornando conhecida do País, Sr. Delúbio Soares, dizendo que é contra a idéia que algum petista deu, se não me engano o Deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro, Sr. Presidente Romeu Tuma, de colocar on line – entendo que o meu partido e todo candidato devem assim proceder também – a movimentação dos seus gastos de campanha, para que tudo se torne transparente mesmo para todo mundo.

O Sr. Delúbio disse: “Transparência assim, é burrice!”

Se transparência, para o Sr. Delúbio, é burrice, temo que cinismo demais seja um grave pecado contra este País. Afinal de contas, a contrapartida à transparência não pode ser o cinismo! Diz que tem de haver uma lei e argumenta que os outros partidos não estão preparados para a transparência; o PT estaria, mas os demais não, ou seja, é bom haver certo limite nessa história do cinismo, porque é preciso haver limite em tudo. Tem de haver limite até na virtude. Como é que não vai haver limite no defeito, limite no cinismo?

A peça de resistência dessa pequena fala, Sr. Presidente, é precisamente algo de extrema gravidade que foi noticiado, no jornal Correio Braziliense de sábado último em relação à agressão sofrida pelo Sr. Mário Haag, ex-Diretor da Caixa Econômica Federal. A matéria diz: “Caso Waldomiro. Invasão da fazenda

de Haag pode não ser um simples assalto. Bandidos à procura de documento.”

Dizem os jornalistas Renato Alves e Matheus Machado que a elite da Polícia Civil do Distrito Federal estaria empenhada em descobrir as motivações efetivas, porque as características sugerem, segundo alguns desses policiais de elite, que talvez não seja um mero roubo. E por que não um mero roubo? Tem início a suspeita.

O Sr. Haag é uma das principais testemunhas do caso Waldomiro Diniz. Ele depôs junto ao Ministério Público. Posteriormente, houve um enorme alvoroço nesta Casa para que não viesse depor na Comissão de Fiscalização e Controle. A Bancada do Governo se movimentou com um dinamismo surpreendente. Queriam ouvir a declaração anódina do atual Presidente da Caixa Econômica Federal, mas não a do Sr. Haag, que disse à Polícia Federal que não havia necessidade de prorrogação por tanto tempo do contrato com a GTech, empresa ligada ao Sr. Waldomiro Diniz, conforme está provado. Inclusive o Sr. Waldomiro Diniz já instalado no 4º andar do Palácio do Planalto. A dúvida é saber se esses bandidos – não sei se ladrões, até porque há uma sutileza, Senador Mão Santa; todo ladrão é bandido, mas nem todo bandido é ladrão, há bandidos de várias espécies – se esses bandidos eram ladrões comuns ou se tentavam intimidar o Sr. Haag, pois chegaram a sua casa e, em vez de roubarem tudo que havia por lá de valor, aguardaram a sua chegada. O empresário chegou com o genro e aí, depois de uma enorme sessão de tortura ao Sr. Mário Haag – espancaram-no e também o genro e o caseiro – ficaram com mil reais que ele tinha e mais R\$132,00 que estavam em poder do seu genro, e levaram um videocassete e uma televisão. Procuraram, segundo a informação, documentos pela casa e levaram documentos. Ou seja, esses ladrões queriam documentos. Eles queriam talvez mais do que o dinheiro, ou DVD, a televisão.

Pergunto, Senador Romeu Tuma – V. Ex^a é um experimentado e conceituado policial brasileiro: se queriam roubar o DVD, algum dinheiro e a televisão, por que esperar tanto tempo? Por que não fizeram o furto rapidamente e não se evadiram? Por que deram tanta chance ao azar? Será que sabiam que o Sr. Haag ia chegar sozinho, desarmado? Será que sabiam que ele não ia chegar acompanhado de vinte pessoas? Será que valia a pena? Como sabiam que ele tinha mil reais no bolso? Alguém poderia dizer: não, a lógica dos ladrões era pegar mil reais e pronto, justificaria o roubo. Mas como eles sabiam que ele tinha mil reais, já que o genro só tinha R\$132,00? E, se ele tivesse R\$132,00, eles teriam roubado apenas R\$264,00, por exemplo, não teriam roubado R\$1.132,00. E por que

a tortura? Por que tanto tempo de maus tratos a ele? Por que procurar os documentos? Ou seja, é uma testemunha importante.

Estamos vendo de volta esse caso de Santo André: seis pessoas correlatas ao caso morreram, inclusive o pobre do garçom. Se não estivesse ali – agora mesmo fazia uma ironia de humor negro –, se tivesse faltado ao trabalho para namorar, o garçom não teria morrido. Como ele ouviu talvez o que não devesse, foi assassinado. Foi assassinado um dos assassinos, ou seja, assassinos assassinaram várias pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nesse caso de Santo André. E o garçom, coitado, envolvido por ter servido o prefeito e esse tal Sérgio Sombra, que está preso.

O jornal **O Estado de S. Paulo** pede a CPI. Outro dia, diziam aqui que eu queria CPI para fazer fato político. Será que o jornal também quer apenas fazer fato político? Será que quer apenas criar um factóide? Ou será que quer apurar algo que está pairando sobre todos nós como uma nódoa? Só não percebe isso quem tem medo da investigação; só não percebe isso quem tem paura, quem tem pavor da investigação completa, da investigação até o final. E olha que nessa história de CPIs este Governo está inovando: é contra a instalação de quaisquer CPIs e, mais ainda, chegou ao desplante conosco do tipo: se vocês insistirem em investigar isso, vamos investigar o governo passado. E nós dissemos aqui: podem investigar do avesso quem quer que queiram investigar do governo passado. Agora, não abrimos mão de investigar os casos que nos pareçam irregulares, que nos pareçam escusos, que nos pareçam desonestos. A que ponto estamos chegando!

O PT, tão cioso da sua condição de tutor ético da Nação, está agora proibindo a doação de bingos e bicheiros, recusando a CPI de Santo André. E, volto a dizer, proibindo a doação de bingos e bicheiros, como se antes fosse uma prática poder receber dinheiro de bingos e de bicheiros. Fico estarelecido porque supus que jamais pudessem ter quaisquer relações com bicheiros. Nem imaginei que fosse uma fonte correta, uma fonte justa.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero dizer que o PT pode proceder assim porque, sem dúvida alguma, é o Partido mais rico da história. Está pegando 24% do ganho dos políticos. Isso inexistente, não podemos dar essa quantia. E há mais 27% do Imposto de Renda e outras taxas. É atualmente o Partido mais rico. Nem Bush terá tanto dinheiro para a reeleição quanto o PT, que tenta aumentar seu número de prefeituras em nosso País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, peço desculpas por interrompê-lo na final de seu discurso, mas V. Ex^a falou do jogo do bicho. O book-maker e o jogo do bicho sempre foram considerados contravenção. Com o esfacelamento da União Soviética, o crime organizado cresceu. A máfia tomou conta. Com dificuldade, as autoridades tentavam controlar e convidaram cinco países que, segundo sua visão, tinham uma polícia organizada. O Brasil foi convidado. Reuni o staff da direção da Polícia Federal para saber em que setor tínhamos, realmente, o crime organizado. A conclusão foi a de que no jogo do bicho tínhamos crime organizado. Ali havia uma estrutura de chefia, estrutura de comunicação de imprensa e tudo aquilo que forma um cartel, é realmente crime organizado. Se houver possibilidade de alguém receber dinheiro, está recebendo do crime organizado, não do jogo do bicho, porque contravenção é para quem joga, não para quem organiza e explora. Era o queria dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já encerro, Sr. Presidente. Respondo do seu discurso para o discurso do Senador Mão Santa, dizendo que de fato V. Ex^a, com a objetividade habitual, faz uma definição que a mim me esclarece muito. É isso. Antes, supostamente, podiam os candidatos desse Partido receber dinheiro do crime organizado. Agora não, está proibido daqui para frente. E por que está proibido? Diz o jornal **O Globo** que porque houve o escândalo Waldomiro. Se esse escândalo não tivesse ocorrido, Senador Leonel Pavan, talvez a mazorca continuasse. Isso é muito deprimente para quem se acostumou a olhá-los trabalhando num outro padrão. Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Senador Mão Santa, V. Ex^a fala com muita inteligência, com muita percuciência do poder econômico do PT hoje. Mas vou, de certa forma, imitando o Presidente Lula, fazer uma comparação, utilizando este esporte tão querido do povo brasileiro que é o futebol. O Flamengo tem um time parecido com o do Vasco, não é tão melhor. É melhor porque tem o Felipe, no mais é igual. Sem o Felipe talvez seja pior um pouco. O Flamengo ganhou – e ganhou bem – do Vasco porque a ameaça que o técnico Geninho, de maneira absolutamente antiesportiva, antiética, fez à saúde física do jogador Felipe, essa ameaça, a semana inteira muito bem explorada pelo Flamengo, muito bem explorada e condenada pela imprensa, fez com que psicologicamente todo o time do Vasco entrasse sob cartão amarelo. O primeiro que fizesse a primeira gracinha ia levar um cartão amarelo e o primeiro que entrasse duro no Felipe seria expulso. O jogo estava 1 a 1 – o

Flamengo ganharia, mas estava muito apertado –, e o jogador Coutinho entra duro no Felipe. Se tivesse entrado em outro jogador, talvez não tivesse sido expulso. Entrou no Felipe: expulsão. E o Vasco ali se desarvorou completamente.

Ou seja, do jeito que as coisas estão indo, o PT vai entrar nessa eleição sob vigilância de todos nós, vai entrar sob cartão amarelo em relação a seus gastos de campanha. Vamos analisar isso a lupa. Estou mais do que nunca absolutamente atônito e curioso a respeito do desdobramentos das intenções do Sr. Delúbio Soares, quando ele diz que transparência é burrice. Digo: não é burrice, não. Cinismo pode ser prova de falsa de inteligência, mas transparência não é burrice coisa nenhuma.

Por outro lado, nós que queremos uma eleição transparente não vamos ser estúpidos ou, usando a expressão do Sr. Delúbio, não vamos ser “burros” a ponto de imaginar que vão poder preponderar, fazendo abuso de poder econômico, sobre as aspirações do povo brasileiro quanto às eleições legítimas e livres.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e encerro dizendo que este é o País das invasões do MST. Este é o País da absoluta falta de autoridade do Governo em relação ao cumprimento do seu dever. Este é o País onde um homem morre depois de atear fogo às suas próprias vestes. Este é o País onde o principal Partido do Governo diz que, daqui para frente, não dá para receber doação de bicheiros, como se, daqui para trás, a coisa tivesse corrido solta. Este é o País onde o assalto à casa do Sr. Haag poderia ter sido um mero assalto à casa de uma testemunha, uma mera coincidência se houvesse efetiva confiança nessa gente. Este é um País onde não se sabe se o Sr. Haag foi vítima de um maníaco, que ficou tantas horas lá a torturá-lo, de algum bibliófilo, porque ficou procurando documentos na casa dele, ou se foi uma tentativa de intimidação política, dizendo a ele que não contasse o que sabe. E ele, sem dúvida alguma, sabe o que sabe; não o conheço pessoalmente, mas estou procurando falar com ele, sim, para dizer ao Sr. Haag – e não há por que duvidar da sua coragem – que ele não pode se intimidar e que a pior colaboração que alguém ameaçado – e o Senador Romeu Tuma sabe disso melhor do que eu – pode dar a quem o ameaça é silenciar. A melhor forma de proteger a saúde e vida de alguém ameaçado é esse alguém tornar público o que está sofrendo; é esse alguém não recuar; é esse alguém dizer abertamente o que está acontecendo para que o Brasil, com transparência – o que não parece ser o forte do Sr. Delúbio Soares –, saiba o que se passa pelos meandros da sua vida pública, meandros que deveriam ser consagrados à democracia e não consa-

grados à idéia da força, do poder econômico, à idéia da hipocrisia, à idéia da ineficácia, à idéia da ineficiência, à idéia da falta de autoridade.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, nobre Líder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sei se posso ainda conceder o aparte, mas, se puder, eu o concedo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Nobre Líder, gostaria de dizer, primeiramente, que o Waldomiro Diniz já confirmou publicamente – e a imprensa divulgou – que pegou dinheiro do jogo e o repassou a determinado candidato do PT ou a um assessor de um candidato desse Partido. Por isso, o PT está agora proibindo buscar dinheiro do jogo. Tínhamos que saber se realmente se prestou conta ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) desse dinheiro. Se o Waldomiro confirmou que levou R\$100 mil para a campanha de um determinado candidato, o TRE tem de fazer uma investigação para verificar se foram prestadas essas contas. Por isso essa CPI é de grande importância. Outra questão: o seu pronunciamento trata de futebol e demonstra conhecimento amplo sobre o esporte. Isso me preocupa, já que Lula, todos os fins-de-semana, promove jogos de futebol no Palácio da Alvorada. De repente V. Ex^a tem demonstrado condições de ser chamado para ser Ministro do Lula. Como é duvidosa a qualidade de alguns Ministros, é perigoso, Senador Arthur Virgílio, que V. Ex^a, demonstrando todo esse conhecimento, seja chamado para ser Ministro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerrou, Senador Leonel Pavan, dizendo que V. Ex^a deve ficar tranqüilo. Primeiro, o futebol é algo que vejo à distância. Acompanho o futebol, sei dizer as escalasções de qualquer time vitorioso do Flamengo. O de 1953, eu digo agora a escalação. Sou flamenquista fanático.

Mas eu não mereceria ser chamado, porque, se fosse jogar, seria um perna-de-pau talvez ainda maior do que os que se machucam tanto lá pelo Palácio da Alvorada.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja encaminhado voto de aplauso ao Comando do Exército pelo transcurso do dia do Exército brasileiro, hoje, 19 de abril.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Romeu Tuma – Augusto Botelho.**

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje comemoramos o Dia do Índio. O Senador Tião Viana se encarregou de prestar sua homenagem. A Senadora Ana Júlia Carepa fez referência a alguns acontecimentos que empanam o brilho desta data.

É claro que nós devemos respeitar e apoiar as etnias indígenas, mas Senador Mão Santa, o que me assustou muito foi o noticiário da morte dos mais de 30 garimpeiros – 28 dos quais já encontrados – e, mais ainda, a declaração do Presidente da Funai, que dá a entender que estimula os assassinatos em defesa das áreas demarcadas pelos indígenas, o que pode incentivar, amanhã, os produtores das regiões agrícolas a também defenderem suas terras com armas.

Participei de várias ações para desocupar áreas indígenas ocupadas por garimpeiros e nós sempre tivemos sucesso absoluto, devido à competência da Polícia Federal nas ações de retirada de garimpeiros.

Por que o Presidente da Funai proibiu a entrada da Polícia Federal, que poderia evitar a morte de alguns garimpeiros naquela data? Esta interrogação me amargura muito, Senador Mão Santa e Sr. Presidente. Creio que é preciso que se apure a razão da omissão do Presidente da Funai, caracterizada por não permitir a entrada da Polícia Federal.

A Polícia Federal, quando há a possibilidade de crime, não tem que pedir licença a ninguém para entrar no local e evitar o crime. Preocupa-me a estrutura toda dos acontecimentos. Não sei se o Ministro da Justiça pensou que deveria atender à Funai. Essa questão tem que se esclarecida. A Polícia Federal, quando tem conhecimento de que se está para praticar um crime, tem a obrigação de intervir para que isso não aconteça.

Mas o que realmente me traz à tribuna hoje é o fato de que, há pouco mais de três séculos e meio, mais precisamente no dia 19 de abril de 1648, tropas luso-brasileiras infringiram dura derrota aos regimentos holandeses na Primeira Batalha de Guararapes. Apesar da superioridade do exército batavo, tanto em homens

como em armas, os terços formados por portugueses e nativos fizeram-se valer de sua mobilidade tática e do mais hábil manejo das armas brancas, obtendo notável feito militar, que marcou o início da derrocada da ocupação holandesa em Pernambuco e no Nordeste.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a escolha da data de 19 de abril como o Dia do Exército brasileiro é plena de significação.

A resistência às forças invasoras irmanou os grupos étnicos cujo amálgama veio a formar o povo brasileiro. A aliança selada pelo sangue e o suor das batalhas, a solidariedade na luta entre portugueses, seus descendentes, negros e índios, representa um momento histórico que se projeta para o futuro no rumo da construção de nossa grande Nação.

Fincaram-se ali, em particular, as raízes de uma instituição de incontáveis méritos no serviço ao País. O Exército Brasileiro, embora viesse a constituir-se institucionalmente apenas depois da Independência, manteve-se desde sempre marcado por um forte componente popular em sua formação. E esse traço explica, em parte, sua identificação profunda com o nosso povo, manifesta em tantos momentos de nossa história, como bem o exemplifica a Proclamação da República.

Sustentáculo da integridade do território pátrio e da soberania nacional, esteio de garantia aos poderes constitucionais, juntamente com as Forças Armadas irmãs, o Exército brasileiro nunca se eximiu de seu papel, jamais faltou à Nação quando e onde sua presença se fez necessária.

Se está inscrito no art. 4º, inciso VII, da Lei Maior o princípio da “solução pacífica dos conflitos”, que deve reger o Brasil em suas relações internacionais, também foram consagrados, no mesmo artigo, os princípios da “independência nacional” (inciso I), da “autodeterminação dos povos” (inciso III), e da “defesa da paz” (inciso VI).

Não nos esqueçamos jamais da lição, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que, para defender a paz e garantir nossa autodeterminação e independência, precisamos estar bem preparados, precisamos ser fortes. Descerra-se aqui a missão essencial das Forças Armadas nacionais, desempenhada de modo ostensivo na guerra com o Paraguai e na campanha expedicionária da Itália, quando combatemos, com expressivos triunfos, o inimigo nazi-fascista, que pretendia impor sua ordem odiosa em todo o mundo.

No primeiro desses conflitos bélicos, desponta, entre outros vultos heróicos, a figura grandiosa de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Ao valoroso combatente e brilhante estrategista, ao estadista que promove importantes reformas na organização militar, ao Pacificador, concedeu o Exército brasileiro o justo título de seu Patrono.

Buscando melhor desempenhar sua missão, o Exército tem procurado promover mudanças institucionais e modernizar-se, não obstante a disponibilidade de recursos mostrar-se, em regra, muito aquém de suas necessidades. Mas enfrentar desafios e arrostar dificuldades é próprio do espírito do soldado.

Vale lembrar que, além da missão precípua de defender a Pátria e a ordem constitucional, o Exército desenvolve ações de grande relevância social, ajudando nosso povo em situações de emergência e calamidade, como secas e enchentes, participando ativamente de campanhas de saúde, promovendo cursos, treinamentos e outras atividades voltadas para a população mais pobre.

Não somente na defesa de nossa tão cobiçada região amazônica, mas também no apoio ao desenvolvimento social e econômico, destaca-se a atuação incansável do Exército Brasileiro. Guardando nossas fronteiras, empenhando-se em ações de interesse público, ajudando a população em situações de dificuldade, nosso Exército faz-se presente em cada cidade e em cada rincão do território nacional.

Por tais razões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, julguei oportuno, justo e relevante encaminhar à Mesa do Senado requerimento de voto de aplauso a essa valorosa e imprescindível instituição pátria, o Exército Brasileiro.

Por esse meio, estaremos homenageando cada um dos seus membros, soldados e oficiais; os que se expõem à adversidade em áreas inóspitas; os que dedicam o melhor dos esforços de uma vida ao ideal da carreira militar. Mas, sobretudo, Sr. Presidente, o Senado Federal estará prestando a justa homenagem ao Exército Brasileiro, instituição que deve pairar acima das contingências passageiras, empenhada na defesa permanente da Pátria e dos mais preciosos valores da nacionalidade.

Sr. Presidente, esgotou-se o meu tempo. Tenho a Ordem do Dia do Exército, assinada pelo General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército, que peço seja incluída no meu discurso.

Graças ao apoio da Consultoria Legislativa do Senado, na pessoa do Dr. Gilberto Guerzoni, tenho em mão uma pesquisa relativa a duas questões por mim abordadas, referentes aos constantes pedidos da presença do Exército no combate ao crime. Primeiro, gostaria de saber a partir de quando, constitucionalmente, as Forças Armadas devem interferir, compulsoriamente ou convocadas, para garantir a ordem pública? A segunda questão: admitida a hipótese de intervenção, quais seriam as garantias e qual o foro competente para julgar os militares dessas Forças no caso de confronto? O estudo é profundo, Senador Mão Santa.

Algumas questões me preocupam, tal como o simples enunciado de convocação das Forças Armadas para combater o crime, nos morros do Rio de Janeiro ou em qualquer outra área. Princípios constitucionais devem ser respeitados. O Governador que desejar a intervenção do Exército deverá se declarar incompetente para manter a ordem pública. Assim, o Presidente pode intervir, designando as Forças Armadas, por meio de aprovação deste Congresso, quando considerar que não há mais possibilidade de o Governo constituído defender a sociedade do crime organizado.

Então, surge a dúvida: no caso de intervenção das Forças Armadas no combate ao crime – são civis que praticam crimes –, se houver a morte de um civil, qual será o foro competente para julgar: a Justiça comum ou a Justiça Militar?

Conversei a esse respeito com o Ministro da Defesa, Sr. José Viegas, na residência do Senador José Sarney. O Ministro tem esta preocupação, que consideramos correta: há de haver alterações na legislação.

Hoje, estive presente na solenidade do Comando Militar do Sudeste, em meu Estado, São Paulo, sob o comando do General-de-Exército Sérgio Pereira Mariano Cordeiro, que presidiu a cerimônia do Dia do Exército, em que se relembrou a Batalha dos Guararapes.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Peço a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Mão Santa.

Só um minuto, Sr. Presidente, por favor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Romeu Tuma, é por fatos como esse que V. Ex^a goza de uma liderança ímpar nesta Casa. Todos nós o admiramos, o respeitamos e o seguimos. V. Ex^a lembra bem a homenagem que a Pátria tem de fazer ao Exército. Tive o privilégio de, na minha mocidade, servir ao Exército. Fiz o CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Olavo Bilac criou a obrigatoriedade do serviço militar, que penso ser uma experiência extraordinária. Talvez estejamos passando pela situação atual porque muitos jovens fugiram do serviço militar. Aprendi a noção exata de liderança, hierarquia e disciplina naquele tempo, o que me foi muito útil quando Governador do Estado do Piauí. Eu ouvia falar em crime organizado, mas isso não deve existir, porque organizado deve ser o Governo. E o Governo deve ter a mesma inspiração de MacNamara, extraordinário militar, Secretário da Defesa dos Estados Unidos, que disse: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Senador Romeu Tuma, espero que as palavras de V. Ex^a despertem o Governo do Presidente Lula para que este fortaleça o nosso Exército.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Também vesti a

farda verde-oliva no CPOR de São Paulo, no ano de 1950, na minha adolescência, onde aprendi a respeitar os símbolos nacionais, a ter amor profundo pela Pátria e a saber o significado de hierarquia, disciplina e respeito às instituições brasileiras.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Senador Romeu Tuma, peço licença a V. Ex^a para assinar seu requerimento, pois concordo com suas palavras. Também sou um admirador do Exército Brasileiro.

A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 458, DE 2004

(Do Senador Paulo Octávio – PFL/DF e outros)

Requer a realização de Sessão Especial em 20 de abril de 2004, em comemoração ao aniversário de Brasília.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 20 de abril do corrente ano, para homenagear a cidade de Brasília, pela passagem do seu 44º (quadragesimo-quarto) aniversário.

Justificação

Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, desde 1987, Brasília é a cidade síntese do Brasil. Votor das principais decisões governamentais, a Cidade encanta o visitante, e acolhe de braços abertos brasileiros de todos os recantos.

No dia 21 de abril, comemora-se o aniversário dessa Cidade – patrimônio e orgulho do Brasil -, fruto do trabalho de legiões de brasileiros, que ouviram o chamado e aceitaram o desafio do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, o maior estadista brasileiro do século, de tomar realidade o sonho de interiorizar a Capital do País.

A comemoração do aniversário de Brasília é um imperativo de ordem cívica. Assim, contamos com a aprovação do presente requerimento pelos nossos ilustres Pares no Senado Federal, com a finalidade de prestar uma justa homenagem à Cidade, seus idealizadores e pioneiros.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Paulo Octávio – Augusto Botelho – Mão Santa – Eduardo Suplicy – Eduardo Siqueira Campos – Maguito Vilela – João Capiberibe.**

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – O requerimento será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador **Romeu Tuma**.

É lido o seguinte:

Ofício/Nº

Brasília, 15 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa., para efeito do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal e do entendimento da Mesa do Senado Federal, constante da Ata da sua 10ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2003, que, tendo em vista o desligamento do Partido Liberal do Bloco de Apoio ao Governo, ocorrido em 13 do corrente, a Liderança da Maioria será exercida pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB. – **Renan Calheiros**, Líder PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro a prorrogação, por mais 11 (onze) dias, da licença para tratar de interesse particular concedida a este senador por esta Casa, nos termos do art 43 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Teotônio Vilela Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – O requerimento será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 460, DE 2004

Requer voto de pesar ao Senhor José Antônio Andrade de Souza, desempregado que havia tentado ser recebido pelo Presidente Luiz Inácio da Silva.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Antônio Souza, desempregado que ateou fogo ao próprio corpo contra o desemprego que avilta o país.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar seja comunicado à família do Sr. José Antônio Andrade de Souza.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela lastimável situação pela qual passa a população do país, levando cidadãos brasileiros desempregados a atos de desespero como este.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – A Srª Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, com participação de mais de 600 delegados, agentes públicos e ativistas dos movimentos sociais da Amazônia que atuam nos Estados de Rondônia, Pará, Amazonas, Roraima, Acre, Tocantins, Amapá, Maranhão e Mato Grosso foi realizada na cidade de Porto Velho a III Conferência da Amazônia, evento que diferente das edições anteriores apresenta importância redobrada.

Isso porque, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, somos agora militantes do mesmo projeto de transformação social. Governo Federal e representantes da sociedade civil organizada comungam do mesmo esforço para consolidar na Região Amazônica um modelo de desenvolvimento que privilegie a utilização racional da rica biodiversidade, o potencial e as experiências da população tradicional e povos indígenas.

Um modelo que consagre a exploração econômica descartando a política de terra arrasada que beneficia uma minoria em detrimento da maioria.

Um modelo que deixe de focalizar a Amazônia como um território exótico, intocável, passando a focalizar as necessidades do trabalhador da região, instrumentalizando-o a ter benefícios a longo prazo advindos da capacidade de usufruir dos bens naturais com eficiência.

Não se trata de um sonho, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores.

Existem muitas experiências positivas, acalentadas e implementadas pela força dos movimentos sociais, com o apoio de agentes públicos sensíveis e

antennados ao novo tempo, e que inclusive foram discutidas nesta III Conferência.

Muitas destas experiências são referências mundial. E se não são cópias perfeitas para todas as regiões das diferentes Amazônia's que conhecemos, consagram princípios em comum.

Que princípios estes passam por admitir uma vocação econômica orientada a partir dos recursos disponíveis em todas as Amazônia's, e centralizar sua produção mediante as organizações de trabalhadores antes excluídos de qualquer ciclo produtivo-econômico, entregues à própria sorte na floresta ou a intermediários e aventureiros representantes da cobiça internacional.

Entregues também, é preciso que se diga, a detentores de capital nacional que alimentam suas indústrias no Sul e Sudeste com os abundantes recursos extraídos da Amazônia.

O mundo reconhece na Amazônia brasileira a existência de um estoque natural capaz de gerar riquezas materiais incalculáveis. E parte deste mundo, refiro-me aqui aos países desenvolvidos, há anos, vem usando as matérias-primas da Amazônia para propiciar o consumo desenfreado que sua sociedade exige.

Se nossas matérias-primas são saqueadas e processadas lá fora, para riqueza de outros habitantes do Planeta, por que não podemos processá-las para o bem do povo da Amazônia, a bem do povo brasileiro?

Devemos continuar permitindo os saques e, mais grave, continuar permitindo que dirigentes políticos compartilhem disso, aclamando direta ou indiretamente políticas que insistem na manutenção de projetos imediatistas, claramente predatórios e excludentes?

Para estas perguntas, a Amazônia responde:

Não, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

O sonho da Amazônia ter lugar de destaque no projeto nacional de desenvolvimento está em acelerada discussão, e ele não está dissociado de um projeto nacional que busca a afirmação das identidades locais, sob pena de continuarmos subjugados cultural e economicamente.

Este sonho precisa, entretanto, ganhar a dimensão merecida pelos que vivem na Amazônia, território que abriga um quinto da água doce do Planeta.

Precisa ganhar apoio da sociedade brasileira, que desconhece a vida de trabalho árduo dos ribeirinhos, pescadores, extrativistas, das mulheres e homens das nações indígenas, dos pequenos agricultores, dos seringueiros, dos que vivem nas cidades enfrentando as mesmas dificuldades dos grandes centros urbanos.

É inadmissível, nos dias de hoje, a extração do açaí como há cem anos. A Ciência e Tecnologia precisam amparar o homem amazônida, e não temos dúvida do compromisso do Governo Lula em direcionar investimentos para isso, em manter sua parceria com

os movimentos sociais que enorme contribuição estão a oferecer para a construção do Programa Amazônia Sustentável, o PAS, cujo arcabouço conta com a participação ativa de diversos Ministérios.

A importância desta III Conferência da Amazônia em relação às anteriores reside justamente na inédita circunstância de que hoje o Estado brasileiro legitima os movimentos sociais como interlocutores, e, numa demonstração de espírito republicano compareceram à Capital de meu Estado quatro Ministros, dirigentes de empresas públicas e de instituições financeiras oficiais, convidados pela organização do evento.

Todos, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, além dos diversos Parlamentares Federais que lá estiveram, compreendem que as peculiaridades da Amazônia não são problema ou obstáculos para inseri-la no projeto de desenvolvimento nacional.

Todos reconhecem a importância dos grandes projetos de infra-estrutura, os que se desenham particularmente no campo da energia, como as hidrelétricas do rio Madeira, mas sem abrir mão de discutir com as comunidades afetadas, e executá-las com responsabilidade social e ambiental.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, embora com papéis estratégicos diferentes, quero reafirmar que o Governo Federal e movimentos sociais da Amazônia estão conscientes de que a soma, a união de esforços, possibilitará a transformação social que precisa ser feita na região.

Quero deixar registrado, nos anais do Senado, a Carta de Porto Velho, documento produzido pela III Conferência da Amazônia, e que traduz o espírito da vontade de se construir o novo, de se firmar a idéia de que a diversidade é bem-vinda, a desigualdade, não.

Este documento, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, enumera as prioridades das ações na Região Amazônica, desafios que devem merecer nossa energia a cada dia do ano. Estas prioridades são:

Os investimentos em infra-estrutura precisam ser precedidos de Ordenamento Territorial e Plano de uso econômico diversificado, que distribua oportunidades e internalize riqueza no âmbito das comunidades locais.

Combate prévio aos impactos negativos: coibindo a grilagem, a violência no campo (principalmente com a regularização fundiária), o desmatamento, as monoculturas e a concentração de terra e renda.

Articular estratégias de Desenvolvimento Local, através de Arranjos Produtivos econômico-sociais que organizem a sociedade local tanto para a melhoria do abastecimento, da eletrificação, do Zoneamento Ecológico-Econômico (com ênfase no ordenamento e regularização das Unidades de Conservação) quanto do saneamento, da educação, da saúde e da segurança pública.

Estabelecer um peso regional que compense a demografia como critério dos investimentos públicos, principalmente os de saúde, educação e proteção ambiental – inclusive na distribuição do FPE (Fundo de Participação dos Estados), como incentivo às iniciativas que somem para a sustentabilidade do desenvolvimento.

A questão urbana merece prioridade. Como traduzir o avanço dos conceitos da sustentabilidade a partir do rural para as cidades, sem separar campo e cidade? Como criar estratégias de integração entre a Produção Familiar Rural e a Economia Popular e Solidária que pulsa vigorosamente nos centros urbanos da Amazônia?

O resgate do Planejamento Estratégico Regional como mecanismo participativo, técnico e político que estabeleça critérios concretos para a convergência de políticas públicas e dos investimentos privados é fundamental. A criação da Nova Sudam, consolida esta perspectiva.

O novo papel da Suframa e do Basa, em complementaridade com o BNDES, o BB e a CEF, deve estabelecer um perfil de financiamento do desenvolvimento na Amazônia que oportunize investimentos em infra-estrutura pública e esteja acessível a todos os segmentos econômicos, inclusive à Produção Familiar Rural e a Economia Popular Urbana, antes excluídas.

A Reforma Agrária “Amazônica” através de assentamentos florestais, flonas e demais Unidades de Conservação, apoio à exploração agroflorestal de assentamentos tradicionais – para recuperação de áreas já devastadas – com o apoio de instrumentos como o Proambiente, precisa se estabelecer como referência unitária para o conjunto das iniciativas do governo federal na região.

O incentivo à Ciência e Tecnologia é incontornável para fazer da biodiversidade riqueza efetiva e viva que flua nos processos de estruturação econômica e sócio-cultural sustentável desde as comunidades até às plantas industriais de envergadura.

Quanto às grandes intervenções que se colocam no curto e médio prazos, destacamos a necessidade histórica e urgente da homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Da mesma forma, o projeto de desenvolvimento sustentável em torno da BR 163 deve garantir o equilíbrio entre os investimentos específicos de infra-estrutura e os investimentos sócio-ambientais. Quanto às Hidrelétricas de Belo Monte, Sto Antônio e Jirau (Complexo do Madeira), Gasoduto de Urucu e às Hidrovias, é preciso acelerar o processo de diálogo envolvendo o conjunto de setores interessados para que em torno de dados e proposições concretas se tomem decisões fundamentadas e adequadas aos anseios das comunidades amazônicas.

Por fim, destacamos que, tão importante quanto, e compondo, as políticas estruturantes do novo mode-

lo de desenvolvimento econômico e sócio-ambiental, está o Fome Zero, o Primeiro Emprego, a Bolsa Família, Moradia, Saneamento, Educação, Saúde, Crédito Popular e Assistência Técnica. Sem estas iniciativas em estratégica articulação com as comunidades e municípios, tanto pela participação quanto pelo controle social, necessários para evitar desvios, o desenvolvimento não se completa como dimensão concreta da melhoria da qualidade de vida da maioria do povo.

Quero parabenizar a todos que se envolveram na realização desta III Conferência, e agradecer especialmente à Fundação Perseu Abramo e seu presidente, Hamilton Pereira.

Agradecer os governadores que prestigiaram e deram sua contribuição ao evento, à Eletronorte, Furnas, Basa, prefeituras de Porto Velho, Macapá e Belém e ao Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho, Ulbra, pelo imprescindível apoio.

Com receio de pecar pelo esquecimento, deixarei de nominar todas as organizações e entidades que atuam nos Estados da Amazônia e que abrilhantaram com sua vivacidade e maturidade o transcorrer dos dias da Conferência. Minha especial deferência a todas elas, protagonistas de uma nova atitude, de um novo fazer na Amazônia, com inclusão social e responsabilidade ambiental.

Muito obrigada.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA.. SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento.)

Matérias referidas

Requerimento para que seja dado como lido o discurso Conferência da Amazônia

III Conferência da Amazônia – Carta de Porto Velho.

REQUERIMENTO Nº , DE 2004

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Art. 203, que seja dado com lido o discurso “Conferência da Amazônia” de autoria da Senadora Fátima Cleide.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Fátima Cleide.**

**III CONFERÊNCIA DA AMAZÔNIA
CARTA DE PORTO VELHO**

As organizações da Sociedade Civil realizaram nos dias 2, 3 e 4 de abril de 2004, em Porto Velho, a III Conferência da Amazônia. O Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia, as Fetag's, a Central

Única dos Trabalhadores, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Grupo de Trabalho Amazônico, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e a Fundação Perseu Abramo mobilizaram mais de 600 militantes, estudiosos, pesquisadores e lideranças de toda a região para esta III Conferência. Ampliou-se assim o espaço construído em Belém e Macapá, a partir do ano 2000.

O Governo Federal e os governos estaduais acolheram ao chamado dos movimentos sociais. Enviaram a Porto Velho cinco Ministros de Estado, dirigentes de empresas públicas e agências de desenvolvimento. Estiveram presentes três governadores de Estado, parlamentares municipais, estaduais e federais de diferentes partidos.

O estado brasileiro, historicamente autoritário e oligárquico oferece, hoje, uma inédita demonstração de espírito republicano ao reconhecer a legitimidade dos movimentos sociais como interlocutores na busca de alternativas de desenvolvimento sustentável e socialmente justo e do espaço democrático e plural da III Conferência da Amazônia como um lugar privilegiado dessa busca.

Neste novo papel da Conferência da Amazônia, nos reunimos não como meros representantes do governo, nem como exclusivos representantes da sociedade, mas como militantes do mesmo Projeto de transformação social e ambiental. Conscientes de que somente a união uns e outros, mesmo com papéis estratégicos diferentes, é a única possibilidade de somarmos forças na direção das grandes transformações que a Amazônia e o Brasil precisam que sejam feitas.

A magnitude de nossas responsabilidades – Estado e Sociedade – é a da dimensão de um processo de globalização complexo que, se de um lado caminha rumo à integração e à interdependência planetária no contexto de disputas em que a correlação de força é desigual, de outro exige a afirmação de projetos que reafirmem as identidades nacionais sob pena de diluir-se e submeter-se na cultura, na economia e na política.

Neste contexto, é que mais uma vez chamamos a atenção dos governantes, lideranças e da sociedade em geral para a importância do “lugar da Amazônia” no nosso Projeto Nacional. Com mais de 50% do território brasileiro, centro de grandes interesses mundiais e celeiro de grandes potencialidades, a região pode cumprir papel relevante tanto na estratégia de desenvolvimento econômico e social do Brasil quanto na conquista de sua plena Soberania.

A condição preliminar para a compreensão de tais potencialidades é a percepção de que suas peculiaridades não são obstáculos mas caminhos para tomá-la efetiva no desenvolvimento nacional. Para isso, cumpre firmar a idéia: “Diversidade sim, Desigualdade não”,

É preciso fazer com que as políticas públicas sejam regionalizadas, que considerem a realidade das tantas amazônias em que habitamos, vivemos e amamos. É necessário que elas se somem à riqueza cultural, aumentem a viabilidade dos projetos e façam com que a democracia se aprofunde em qualidade, porque é da diversidade biológica, étnica, racial e sócio-cultural que decorre a sustentabilidade do desenvolvimento nacional, político, econômico e social.

É preciso compreender que aquilo que muitas vezes é visto como “atraso”, precisa ser percebido, em toda a sua extensão, como grande oportunidade de construirmos o novo. E preciso que se deixe claro que o espaço amazônico é vasto mas não é “vazio”. Não se pode ler a Amazônia apenas a partir dos indicadores de densidade demográfica, porque eles não contêm o jeito como ocupamos a região a partir de sua história e de suas culturas. É necessário superar preconceitos.

Destacamos que os maiores preconceitos giram em torno da questão indígena: a idéia equivocada de que as homologações envolvem “muita terra para pouco índio” não se sustenta porque o índio não é proprietário da terra, a terra continua da sociedade, apenas seu uso é diferente do que a maioria concebe. Da mesma forma, a idéia de que o índio na fronteira representa ameaça não faz justiça com a história, já que muito antes do Estado, lá estavam os indígenas mantendo a integridade do território. E, como brasileiros, os povos indígenas querem participar do projeto de desenvolvimento nacional, com contribuições importantes na importantes na afirmação da diversidade cultural, no turismo e ecoturismo, no artesanato, na produção agroflorestal e como parceiros no desenvolvimento do conhecimento científico, entre outras possibilidades.

A construção do PAS (Plano Amazônia Sustentável) como referência para convergências imediatas tanto entre governo e sociedade, quanto entre as diversas iniciativas dos ministérios e dos diferentes níveis de governo, precisa ser trabalhada no dia-a-dia como tarefa estratégica para que se alcance a otimização dos resultados que desejamos: o novo modelo de desenvolvimento que agora estamos trabalhando. E fundamental que o PAS também se coloque como referência para a revisão do PPA (Plano Plurianual 2004-2007) reorientando e reequacionando os grandes investimentos públicos e privados que se processarão na região.

São os seguintes os desafios que ponhamos como prioritários:

- Os investimentos em infra-estrutura precisam ser precedidos de Ordenamento Territorial e Plano de uso econômico diversifi-

cado, que distribua oportunidades e internalize riqueza no âmbito das comunidades locais.

- Combate prévio aos impactos negativos: coibindo a grilagem, a violência no campo (principalmente com a regularização fundiária), o desmatamento, as monoculturas e a concentração de terra e renda.

- Articular estratégias de Desenvolvimento Local, através de Arranjos Produtivos econômico-sociais que organizem a sociedade local tanto para a melhoria do abastecimento, da eletrificação, do Zoneamento Ecológico-Econômico (com ênfase no ordenamento e regularização das Unidades de Conservação) quanto do saneamento, da educação, da saúde e da segurança pública.

- Estabelecer um peso regional que compense a demografia como critério dos investimentos públicos, principalmente os de saúde, educação e proteção ambiental – inclusive na distribuição do FPE (Fundo de Participação dos Estados), como incentivo às iniciativas que somem para a sustentabilidade do desenvolvimento.

- A questão urbana merece prioridade. Como traduzir o avanço dos conceitos da sustentabilidade a partir do rural para as cidades, sem separar campo e cidade? Como criar estratégias de integração entre a Produção Familiar Rural e a Economia Popular e Solidária que pulsa vigorosamente nos centros urbanos da Amazônia?

- O resgate do Planejamento Estratégico Regional como mecanismo participativo, técnico e político que estabeleça critérios concretos para a convergência de políticas públicas e dos investimentos privados é fundamental. A criação da Nova SUDAM, consolida esta perspectiva.

- O novo papel da SUFRAMA e do BASA, em complementaridade com o BNDES, o BB e a CEF, deve estabelecer um perfil de financiamento do desenvolvimento na Amazônia que oportunize investimentos em infra-estrutura pública e esteja acessível a todos os segmentos econômicos, inclusive à Produção Familiar Rural e a Economia Popular Urbana, antes excluídas.

- A Reforma Agrária “Amazônica” através de assentamentos florestais, flonas e demais Unidades de Conservação, apoio à exploração agroflorestal de assentamentos tradicionais – para recuperação de áreas já devastadas – com o apoio de instrumentos como o Pro-ambiente, precisa se estabelecer como refe-

rência unitária para o conjunto das iniciativas do governo federal na região.

- O incentivo à Ciência e Tecnologia é incontornável para fazer da biodiversidade riqueza efetiva e viva que flua nos processos de estruturação econômica e sócio-cultural sustentável desde as comunidades até às plantas industriais de envergadura.

- Quanto às grandes intervenções que se colocam no curto e médio prazos, destacamos a necessidade histórica e urgente da homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Da mesma forma, o projeto de desenvolvimento sustentável em torno da BR 163 deve garantir o equilíbrio entre os investimentos específicos de infra-estrutura e os investimentos sócio-ambientais. Quanto às Hidrelétricas de Belo Monte, Stº Antônio e Jirau (Complexo do Madeira), Gasoduto de Urucu e às Hidrovias, é preciso acelerar o processo de diálogo envolvendo o conjunto de setores interessados para que em torno de dados e proposições concretas se tomem decisões fundamentadas e adequadas aos anseios das comunidades amazônicas.

- Por fim, destacamos que, tão importante quanto, e compondo, as políticas estruturantes do novo modelo de desenvolvimento econômico e sócioambiental, está o Fome Zero, o Primeiro Emprego, a Bolsa Família, Moradia, Saneamento, Educação, Saúde, Crédito Popular e Assistência Técnica. Sem estas iniciativas em estratégica articulação com as comunidades e municípios, tanto pela participação quanto pelo controle social, necessários para evitar desvios, o desenvolvimento não se completa como dimensão concreta da melhoria da qualidade de vida da maioria do povo.

Porto Velho, em 4 de abril de 2004. – Fundação Perseu Abramo, GTA, CNS, MAMA, COIAB, Fetag's, CUT.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a conceituada organização feminista AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – acaba de publicar, em Brasília, uma notável publicação intitulada *O Brasil para Todas e Todos*, sobre a qual lhes peço, agora, licença para um breve e elogioso comentário. Em primeiro lugar, cabe esclarecer que se trata de uma publicação com propostas concretas para o Plano Plurianual 2004-2007, visando ao crescimento sustentável, emprego, inclusão social e menor desigualdade de gênero nas relações de produção.

Na verdade, a AGENDE define-se, antes de tudo, como uma organização não-governamental, cuja atribuição primordial consiste em desenvolver atividades e ações para que se incorpore o enfoque da denominada “questão de gênero” na elaboração de políticas públicas e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Visa-se, assim, à promoção da igualdade e fortalecimento da cidadania das mulheres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito o ensejo para discutir um capítulo específico da publicação, no qual a temática central gira em torno do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF. Nessa rubrica, várias ações do Governo são minuciosamente elencadas e descritas, de cujo espírito se extraem as características mais relevantes dos programas públicos em prol da igualdade de gênero na produção rural.

Iniciemos, pois, pela “Assistência Técnica a Produtoras e Produtores Rurais”, levada a cabo pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento. Entre outros objetivos, destina-se a compreender, orientar e encaminhar problemas gerados por desigualdades e discriminações que atingem os grupos vulneráveis, especialmente as mulheres. Tais gargalos terminam por afetar o desenvolvimento do empreendimento familiar em diversas dimensões, como tem sido o caso do repasse de informações técnicas exclusivamente aos homens, em detrimento das mulheres.

Outro projeto digno de exaltação é o denominado “Capacitação de Produtoras e Produtores”, para o qual os dois Ministérios do Governo comprometidos com a agenda das relações agrícolas empenham boa dose de esforço em sua implementação. Tal programa pretende capacitar produtoras e produtores beneficiados pelo PRONAF, consignando especial atenção aos grupos de vulnerabilidade socioeconômica por questões de gênero, raça, etnia, idade e deficiência física. Cabe-lhe, igualmente, promover a capacitação das famílias camponesas, de modo a proporcionar-lhes os conhecimentos, as habilidades e as tecnologias indispensáveis ao processo de produção.

Na mesma linha de formação, vale similar menção o projeto “Capacitação de Gestoras e Gestores na Área de Agricultura Familiar”, cujo objetivo consiste em propiciar espaços de discussão e aprimoramento de conhecimentos e habilidades para a formulação, monitoramento, implementação e avaliação de políticas públicas para a agricultura familiar. Não por acaso, parte significativa do projeto ficará a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mediante a dinamização do Programa de Ações Afirmativas Raça, Etnia e Gênero.

Mais proeminente ainda é o Programa “Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Municipais”, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Destina-se, resumidamente, a viabilizar investimentos na ampliação e modernização da

infra-estrutura dos Municípios. Tais recursos devem ser preferencialmente orientados para os grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contemplando especialmente as mulheres, que, em função do acúmulo das atividades domésticas e do trabalho, são desproporcionalmente atingidas pela ausência da infra-estrutura básica.

Para concluir, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para, uma vez mais, reiterar o apreço que tenho pela AGENDE e, mais especificamente, pela publicação *O Brasil Para Todas e Todos*. Afinal de contas, às feministas ainda cumpre, hoje, o papel de apontar e denunciar a desigualdade de tratamento de gênero na sociedade brasileira, em cuja estrutura o sexismo ainda permanece, para espanto de muitos, como prática usual nas relações de produção, nas relações de trabalho.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, pedindo a benção de Deus a todos os que trabalham nesta Casa, a todos os brasileiros, aos índios e ao Exército, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, *que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS)

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, *que dispõe sobre a Contribuição para os Pro-*

gramas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB – RR).

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, *que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, *que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB – GO).

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 12 minutos.)

(OS 12588/04)

TERMO DE REUNIÃO

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e quatro, a reunião conjunta da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI – com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, convocada para as dezoito horas e trinta minutos, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à oitiva do Sr. **CARLOS ALBERTO COSTA**, Ex-Chefe do Escritório do Federal Bureau of Intelligence – FBI – no Brasil, deixou de realizar-se em virtude do adiantado da hora (21h51), conforme comunicação feita nesse horário, no Plenário do Senado Federal, no mesmo dia treze de abril, pelo Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em que contou com a aquiescência do Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI – e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Melles. E, por ser verdade, eu, **ANTONIO MARCOS MOUSINHO SOUSA**, lavrei o presente termo, que vai por mim assinado.

Senado Federal, em 13 de abril de 2004

ANTONIO MARCOS MOUSINHO SOUSA

Subsecretaria de Apoio à Conselhos e Órgãos do Parlamento
Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal

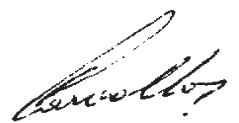
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 12 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 266, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **AIRES PEREIRA DAS NEVES JÚNIOR**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 538, do Contrato nº. 55/2002, constante do processo nº 46/02-7, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-PRODASEN e a Empresa DATALAN INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-do prodasen, 10 de março de 2004.



PETRONIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 13 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JORGE PEREIRA DOS SANTOS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 396, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 266, do Contrato nº. 04/2004, constante do processo nº 1066/02-1, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-PRODASEN e a Empresa SUPPORT TELEINFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-do prodasen, 12 de março de 2004.



PETRONIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

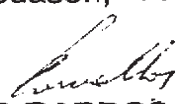
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 14, DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ WELLINGTON DE OLIVEIRA REGO**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 414, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **JORGE PEREIRA DOS SANTOS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 396, do Contrato nº. 03/2004, constante do processo nº 1066/02-1, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-PRODASEN e a Empresa MISTER BIT TELEINFOMÁTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-do prodasen, 12 de março de 2004.


PETRONIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

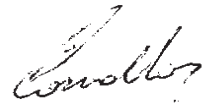
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 15, DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **CUSTODIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 05, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 65, do Contrato nº. 06/2004, constante do processo nº 1105/03-5, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-PRODASEN e a Empresa MINERADORA SAINT CLAIRE LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-do prodasen, 15 de março de 2004.


PETRONIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

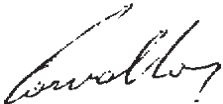
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 16 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 65, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **CUSTODIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 05, dos Contratos nº.s 08/2004 e 09/2004, constante do processo nº 1605/03-8, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-PRODASEN e as Empresas UEDAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA e FINO SABOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-do Prodasen, 24 de MARÇO de 2004.



PETRONIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

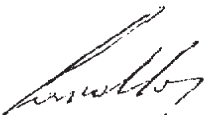
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 17 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **EDWARD CATTETE PINHEIRO FILHO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 63, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **SANDRO MARCO FARIA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 606, do contrato nº 007/2004, constante do processo nº 411/02-7, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a Empresa COMP LINE INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, 26 de MARÇO de 2004.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 18 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora **HELENA RODRIGUES BARROS**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 326, para Gestora Titular, em substituição ao servidor **PAULO FERNANDO DOS SANTOS MONIZ**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 357, no contrato de termo de ocupação de área por terceiros, constante do processo nº 9233/03-2, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, 30 de MARÇO de 2004.


PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 19 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora **CLAUDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 329, para Gestora Titular, e como substituta a servidora **MIRIAN GASSENFERTH VELOSO INNECCO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 460, do contrato nº 13/2004, constante do processo nº 1074/04-0, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a Empresa BRITÂNICA PUBLICAÇÕES TÉCNICAS LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, 01 de ABRIL de 2004.


PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 20 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **NELSON FLORES DE ALBUQUERQUE**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 306, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **CLÁUDIO SILVA MIRANDA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 563, do contrato nº 12/2004, constante do processo nº 394/02-5, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a Empresa CADSERVICE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodase, 01 de *ABRIL* de 2004.


PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

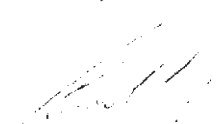
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 21 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **CARLOS ALBERTO BELESA SOUSA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 272, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 476, do contrato nº 10/2004, constante do processo nº 1050/03-6, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a Empresa PROJEL PLANEJAMENTO ORGANIZAÇÃO E PESQUISA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodase, 01 de *ABRIL* de 2004.


PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 22 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 266, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **JOSÉ WELLINGTON DE OLIVEIRA REGO**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 414, do contrato nº 67/2002, constante do processo nº 98/01-9, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a Empresa NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, 07 de ABRIL de 2004.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 23 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ WELLINGTON DE OLIVEIRA REGO**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 414, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 266, do contrato nº 31/2001, constante do processo nº 286/01-0, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a Empresa TECNOCOOP INFORMÁTICA – COOPERATIVA DE TRABALHO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, 07 de ABRIL de 2004.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

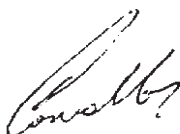
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 24 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **CLAUDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 329, para Gestora Titular, e como substituta a servidora **MIRIAN GASSENFERTH VELOSO INNECCO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 460, do contrato nº 16/2004, constante do processo nº 992/04-6, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a Empresa PERIODICALS PUBLICAÇÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, 07 de ABRIL de 2004.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

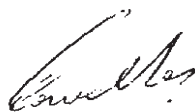
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 25 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **CLAUDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 329, para Gestora Titular, e como substituta a servidora **MIRIAN GASSENFERTH VELOSO INNECCO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 460, do contrato nº 14/2004, constante do processo nº 1119/04-4, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e a Empresa PUBLICAÇÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, 07 de ABRIL de 2004.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 26 , DE 2004

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora **CLAUDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 329, para Gestora Titular, e como substituta a servidora **MIRIAN GASSENFERTH VELOSO INNECCO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 460, do contrato nº 11/2004, constante do processo nº 1104/03-9, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN** e a Empresa **DIVULGAÇÃO CULTURAL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, 07 de ABRIL de 2004.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 19.04.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO)	(VAGO)
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 19.01.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL -PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 19.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



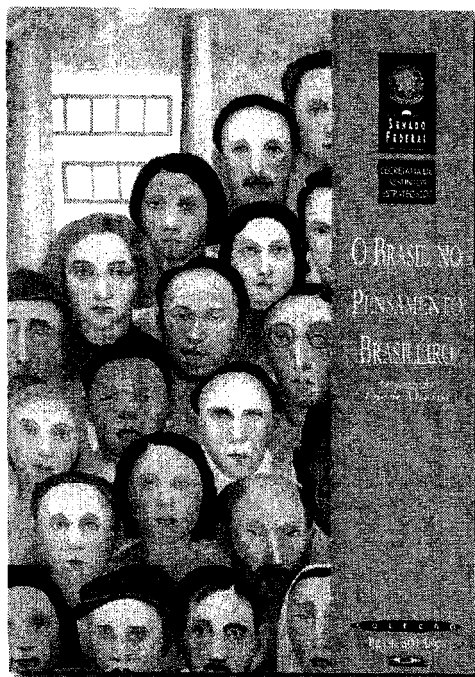
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS